

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTORES
FAMILIARES DE TEODORO SAMPAIO-SP**

ANA PAULA SILVA PONCHIO

**CAMPINAS – SP
AGOSTO DE 2011**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTORES
FAMILIARES DE TEODORO SAMPAIO-SP**

Tese de doutorado submetida à banca examinadora
para a obtenção do título de Doutor em Engenharia
Agrícola, na área de concentração Planejamento e
Desenvolvimento Rural Sustentável

ANA PAULA SILVA PONCHIO

Orientador: Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira

**CAMPINAS – SP
AGOSTO DE 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -
UNICAMP

P773c Silva Ponchio, Ana Paula
Comunicação e desenvolvimento de agricultores
familiares de Teodoro Sampaio-SP / Ana Paula Silva
Ponchio. --Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Julieta Teresa Aier de Oliveira.
Tese de Doutorado - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Reforma agrária. 2. Paranapanema, Pontal do (SP).
3. Comunicação na agricultura. 4. Desenvolvimento rural. I.
Oliveira, Julieta Teresa Aier de. II. Universidade Estadual
de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: Communication and development of family farmers from
Teodoro Sampaio-SP

Palavras-chave em Inglês: Agrarian reform, Paranapanema, Pontal do (SP),
Communication in agriculture, Rural development

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural

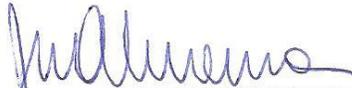
Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Mirian Rumenos Piedade Bacchi, Geraldo Sant'Ana de
Camargo Barros, Kellen Maria Junqueira, Sonia Maria
Pessoa Pereira Bergamasco

Data da defesa: 31/08/2011

Programa de Pós Graduação: Faculdade de Engenharia Agrícola

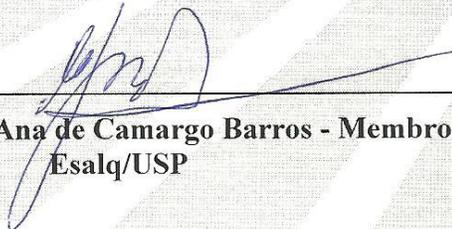
Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Ana Paula Silva Ponchio**, aprovada pela Comissão Julgadora em 31 de agosto de 2011, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira – Presidente e Orientadora
Feagri/Unicamp



Profa. Dra. Mirian Rumenos Piedade Bacchi - Membro Titular
Esalq/USP



Prof. Dr. Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros - Membro Titular
Esalq/USP



Dra. Kellen Maria Junqueira - Membro Titular
Feagri/Unicamp



Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco - Membro Titular
Feagri/Unicamp

Dedico esta tese à minha *família*:
à minha família de sangue e à que também
passei a integrar ao me casar.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito especial! É hora de formalizar minha gratidão. E, em primeiro lugar: Obrigada, Senhor, por toda a energia de vida que me dá! Obrigada, também, meus *M.E.*

Neste início, quero destacar minha gratidão à minha orientadora, a professora Dra. Julieta Aier de Oliveira, que me deu a oportunidade de participar desta pós-graduação. Acompanhou meu amadurecimento, contribuiu com argüições firmes e me ajudou a alinhar as idéias.

Um parágrafo especial reservo para outros que também me ajudaram intensamente. Trago para cá minha mãe, a educadora Marlene Polido, que, com brilho nos olhos, percorreu diversos assentamentos na etapa de aplicação do questionário. Meus agradecimentos especiais vão também para meu marido, Leandro A. Ponchio, e para a queridíssima professora Dra. Mírian Bacchi, que pacientemente me deram noções de econometria e se dispuseram a compreender minha pesquisa para me auxiliar. A você, Leandro, certamente preciso agradecer também por tanta compreensão diante da minha ausência e apoio incondicional. Neste parágrafo, com muito carinho, incluo as companheiras de comunicação do Cepea, Alessandra da Paz e Flávia Gutierrez, sempre prontas para assumir a carga do dia-a-dia para que eu pudesse me dedicar a esta tese.

Agradeço também à professora Dra. Sônia Bergamasco e ao Dr. Abelardo Gonçalves Pinto, da Cati, pelas contribuições na etapa da qualificação. Também da Cati, trago para esta página em que registro minha gratidão o nome de João Brunelli Júnior, que me auxiliou sobremaneira a acessar dados do Lupa/Cati que foram importantes para esta pesquisa.

Em sala de aula, muito aprendi com professores, colegas de altíssimo nível e convidados que sempre acrescentavam novos pontos de vista. Foi uma etapa muito rica, e a todos que dela participaram, sou muito grata. O mesmo sentimento tenho em relação à equipe da pós-graduação, funcionários e professores, sempre gentis e competentes.

Em Teodoro Sampaio, tive calorosa acolhida de todos que contatei, dos coordenadores das instituições aos atendentes do hotel onde estive, de cada assentado e sitiante que entrevistei. Foi valioso também o apoio que recebi de meu pai, Paulo, de Risa e Marianinha.

Com muita satisfação, agradeço também a todos os meus familiares, amigos particulares e do Cepea (*seriam muitos os nomes a serem citados com carinho...*), que direta ou indiretamente me apoiaram ao longo dos quatro anos deste curso. Incluo neste grupo o professor Dr. Thomas Bruening, Jessica Bagdonis, Ronald Hoover e Tom Murphy, da Penn State, e também Mara Barros, Sady Ribeiro e Anita, que muito me apoiaram no período em que estive “fora de casa”.

Obrigada a todos pelas palavras de estímulo e compreensão pelas minhas eventuais ausências. Divido com todos vocês a satisfação de concluir esta tese.

*A Humanidade progride por meio da
melhora gradativa dos indivíduos que se esclarecem.
Então, quando estes aumentam em quantidade,
tomam a dianteira e arrastam os outros.*

Allan Kardec (2004, p.378)

Livro dos Espíritos

RESUMO

Esta pesquisa analisa as relações entre comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares de Teodoro Sampaio (SP), no Pontal do Paranapanema. Apurações revelaram que a agricultura familiar desse município é representada basicamente por assentados da reforma agrária. O Pontal do Paranapanema é uma das regiões com menor desenvolvimento do estado de São Paulo e também a que concentra mais da metade de todas as famílias assentadas no estado – é terra de ativa reconstrução de território. O embasamento teórico principal é o da comunicação para a mudança social, segundo a qual a comunicação pode ter papel estratégico no processo de desenvolvimento à medida que facilita trocas e aproximações entre as pessoas. O objetivo geral desta tese foi entender as práticas de comunicação desses agricultores e relacioná-las com o desenvolvimento de suas famílias. Assumiu-se como *proxy* de desenvolvimento a combinação entre a percepção que a família tem sobre sua condição de vida e a evolução da sua produção agropecuária. A hipótese principal é que a comunicação é um dos fatores que influenciam positivamente o desenvolvimento de agricultores familiares desse município. Outra hipótese é que existe uma rede de interações sociais que favorece trocas consistentes entre os agricultores familiares do município e desses com outros atores locais. Uma terceira hipótese é que os agricultores têm avançado no processo de emancipação. Por meio das interações sociais, realizadas com autonomia, é que a comunicação cumpriria seu papel de colaborar para o desenvolvimento. Os métodos de coleta foram entrevistas guiadas, entrevistas estruturadas (questionário) e observação não-participante. Para a interpretação das entrevistas guiadas, adotou-se a análise do significado semântico-pragmático da conversação; os dados do questionário foram processados com apoio dos softwares Excel e Stata 9.0. Entre os principais resultados, constatou-se pela via estatística o efeito positivo da comunicação em favor da melhoria da “condição de vida e produção” de parte dos produtores, para aqueles com maior desenvolvimento; para os demais, comunicação “não é o remédio”. Contudo, ao serem consideradas as entrevistas guiadas e também o que se observou em campo, não resta dúvidas sobre as potenciais contribuições da comunicação para as diferentes perspectivas de desenvolvimento que aquelas famílias venham a assumir – nem todas privilegiavam o enfoque agropecuário. Já há estabelecida uma rede de comunicação da qual participam os agricultores, extensionistas e atores de outros segmentos da sociedade local, o que viabiliza as contribuições da comunicação. Os produtores assentados estão, sim, em processo de construção de cidadania, que é refletido em sua postura participativa, crítica e de busca pelo cumprimento de direitos. A principal sugestão é que sejam ampliadas as formas de acesso a informação tanto dos produtores quanto dos profissionais do serviço público que os atendem.

Palavras-chave: Reforma agrária; Paranapanema, Pontal do (SP); Comunicação na agricultura; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This research investigates relations between communication and the development of family farmers from Teodoro Sampaio city (São Paulo state), in the Pontal do Paranapanema region. Family agriculture in that city is represented basically by settlers from the Agrarian Reform program (implemented by state and federal governments). Traditional farmers do not fit the profile for family farmers – especially in terms of main income source. The Pontal do Paranapanema is one of the regions with the lowest level of development in São Paulo state which gathers more than half of all settled families in the state. The main theoretical basis for the research is the “communication for the social change” (or “Communication for Development”), in which the communication might have a strategic role in the development process, as it promotes interactions among people. This study aimed to understand communication practices of these farmers and relate them with the development of families. The development *proxy* is understood as the combination between the perception that family has about its life conditions and the evolution of the agricultural production. The main hypothesis is that communication is one of the factors that contributes positively to the development of family farmers from Teodoro Sampaio. Another hypothesis is that a network of social interactions involves family farmers from the city and other local agents. A third hypothesis is that settled farmers are in the process of building their citizenship, which tends to increase their participation in social processes over time. Through social interactions, communication might accomplish its role to collaborate to development. Guided interviews, structured interviews (questionnaires) and non-participant observation were used to collect data. For the interpretation of guided interviews, the analysis of the semantic-pragmatic meaning of the conversation was adopted; the data in the questionnaires were processed in Excel and Stata 9.0. The results highlighted the positive effect of communication for “life conditions and the evolution of agricultural production” only for some farmers, for those with higher development. For others, communication did not present as essential. However, once guided interviews and what has been observed at the field are considered, the potential contributions of communication for different development perspectives that those families might choose become clear – not all of them prioritize the agricultural focus. There is already a communication network established in which farmers and other segments of the local society participate in, which promotes contributions of communication. Settled farmers are in the process of building their citizenship, which is reflected in their participative attitude and in their search to practice their rights. The main suggestion is to improve ways for producers and professionals from public services related to them to access information.

Keywords: Agrarian reform; Paranapanema, Pontal do (SP); Communication in agriculture, Rural development.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Localização do município de Teodoro Sampaio na Região Administrativa de Presidente Prudente; no detalhe, localização da região no estado de São Paulo.....	58
Figura 2. Perfil da amostra quanto à idade do entrevistado – número de pessoas.....	92
Figura 3. Perfil da amostra quanto à escolaridade do entrevistado e da pessoa com quem divide a direção do lote – número de entrevistados.....	93
Figura 4. Perfil da amostra quanto ao ramo de atividade profissional antes de ser assentado – número de entrevistados.....	94
Figura 5. Perfil da amostra quanto à forma de obtenção do lote – número de entrevistados.....	95
Figura 6. Assentado de segunda geração.....	95
Figura 7. Assentado pelos critérios da Portaria nº 50 do Itesp.....	95
Figura 8. Infraestrutura de boa qualidade.....	96
Figura 9. Assentamento consolidado.....	96
Figura 10. Perfil da amostra quanto à renda familiar mensal – número de entrevistados.....	97
Figura 11. Participação da receita agropecuária na renda familiar – número de entrevistados.....	98
Figura 12. Renda principal vem do governo.....	99
Figura 13. Renda principal vem da agropecuária.....	99
Figura 14. Acesso a meios formais de comunicação - internet.....	108
Figura 15. Interação social na cidade.....	120
Figura 16. Interação social no campo.....	120
Figura 17. Lazer de fim-de-semana.....	120

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1. Evolução das variáveis de composição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Município de Teodoro Sampaio, SP – 2000 a 2008.....	60
Tabela 2. Assentamentos considerados na amostra e estimativa do número de sítios; distribuição proporcional e número de entrevistas realizadas.....	83
Tabela 3. Descrição das variáveis utilizadas no modelo de <i>comunicação cotidiana</i>	90
Tabela 4. Descrição das variáveis utilizadas no modelo de <i>condição de vida e produção das famílias assentadas</i>	91
Tabela 5. Número de entrevistados de acordo com a evolução da produção agropecuária – por faixa de participação da renda agropecuária na renda familiar.....	100
Tabela 6. Número de entrevistados de acordo com a intenção de investir na produção agropecuária - por faixa de condição de vida da família.....	102
Tabela 7. Distribuição da amostra segundo as categorias de condição de vida e produção...	103
Tabela 8. Número de produtores por subcategoria e estatísticas sobre idade e escolaridade dos entrevistados que compõem o grupo “desenvolvimento parcial”	105
Tabela 9. Número de produtores por categoria e estatísticas sobre idade, escolaridade e tempo no lote.....	106
Tabela 10. Médias das rendas mensais auferidas pelas diferentes categorias da pesquisa....	106
Tabela 11. Condição dos produtores, por categoria, quanto à possibilidade de obter financiamento das linhas destinadas à agricultura familiar em bancos.....	107
Tabela 12. Hábitos que denotam interação social ao receber informação e expressar-se.....	108
Tabela 13. Meios formais que entrevistados dispõem para obter informação.....	109
Tabela 14. Comunicação dos entrevistados segundo o “grupo de desenvolvimento”.....	110
Tabela 15. Estimativa da função do <i>indicador de comunicação cotidiana</i>	111
Tabela 16. Estimativa da função do <i>indicador de condição de vida e produção das famílias assentadas</i>	114

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
DATALUTA/NERA	Banco de Dados da Luta pela Terra/Núcleo de Estudos, Pesquisas Projetos de Reforma Agrária
ECA/USP	Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEAGRI/UNICAMP	Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas
FUNDAÇÃO SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNUD/ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PNUD/ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAF/MDA	Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNIPONTAL	União dos Municípios do Pontal do Paranapanema
UPA	Unidades de Produção Agropecuária
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Hipóteses e objetivos.....	04
2 CAMINHOS TEÓRICOS	07
2.1 Comunicação	07
2.1.1 Sociedade do conhecimento	07
2.1.2 Multidisciplinaridade para entender o cotidiano.....	11
2.1.2.1 Estudos Culturais na América Latina.....	13
2.1.3 Comunicação e desenvolvimento: do difusionismo ao participativo.....	15
2.1.3.1 A influência humanística de Paulo Freire.....	18
2.1.3.2 Freire “aplicado” à comunicação.....	19
2.1.3.3 O conceito teórico acrescido de direitos, necessidades e recursos.....	21
2.1.3.4 “Comunicação para a mudança social”.....	23
2.1.3.5 Comunicação participativa também na pauta da FAO/ONU.....	25
2.1.4 Avanços da comunicação para a mudança social.....	27
2.1.5 Comunicação rural face ao participativo.....	30
2.1.5.1 <i>Extensão</i> rural nacional renovada.....	32
2.1.5.2 A extensão oficial em assentamentos de São Paulo.....	34
2.2 A Multidimensionalidade do Desenvolvimento.....	36
2.2.1 Desenvolvimento rural sustentável.....	39
2.3 Agricultura Familiar.....	43
2.3.1 Contornos quantitativos da agricultura familiar no Brasil.....	48
2.3.1.1 Heterogeneidade da agricultura familiar.....	51
2.3.1.2 Agricultores familiares assentados.....	53
2.3.1.2.1 Condições dos assentamentos.....	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1 Caracterização da região.....	57
3.1.1 As raízes do conflito agrário no Pontal do Paranapanema.....	61

	Página
3.1.2 Uma região de “domínio dos silvícolas”.....	62
3.1.3 A formação do município de Teodoro Sampaio.....	66
3.1.4 Início das ocupações de terra e primeiros assentamentos.....	68
3.1.5 Perfil da agropecuária de Teodoro Sampaio.....	71
3.2 Material e Métodos.....	75
3.2.1 Procedimentos para a coleta de dados.....	75
3.2.2 Levantamentos de campo.....	77
3.2.2.1 Tamanho e distribuição da amostra.....	79
3.2.3 Métodos de análise do material coletado.....	84
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	94
4.1 Perfil das famílias pesquisadas.....	94
4.2 Enlace entre comunicação e “desenvolvimento” em assentamentos.....	103
4.2.1 Relações entre “desenvolvimento” e comunicação: uma análise estatística.....	111
4.2.1.1 Apontamentos estatísticos sobre a <i>comunicação cotidiana</i>	111
4.2.1.2 Apontamentos estatísticos sobre o <i>condição de vida e produção</i>	112
4.3 Entrevistas guiadas: vozes de representantes públicos/sindicato dos trabalhadores.....	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
ANEXOS.....	140

1 INTRODUÇÃO

A natureza complexa da agricultura familiar enquanto objeto de estudo proporciona a tantos quantos se interessarem pelo tema a oportunidade de explorar aspectos e ângulos complementares aos já registrados na literatura. O mesmo é válido para desenvolvimento. Nesta tese, o tema é a relação entre *comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares* de Teodoro Sampaio, município da região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo.

Nas discussões teóricas sobre comunicação, é ampla a adesão dos interessados em preterir os estudos da comunicação enquanto práticas e técnicas profissionais relacionadas a meios formais em favor do grupo que a entende como “liga” das complexas interações humanas. Neste caso, o interesse é pela comunicação enquanto *processo social* e pelos contextos resultantes. Esse tipo de estudo da comunicação, portanto, não pode prescindir de vínculos com outros ramos das ciências sociais. Há críticos a essa posição, teóricos que alegam perda da autonomia do saber comunicacional. Apesar disso, esta tese busca respaldo justamente nos estudos de comunicação que admitem a imbricação de áreas do conhecimento para que venha a ser compreendida no contexto das mudanças da sociedade contemporânea ou, mais precisamente, para que possa ser entendida a sua relação com desenvolvimento.

A dinâmica atual das relações sociais é, em grande medida, influenciada pelas Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTIC), que têm a interatividade entre suas características marcantes. Isso significa a possibilidade de cada ator tornar-se também fonte em uma rede acessível ao redor do globo. Ter à disposição meios e espaços para expressar-se é, em alguma medida, um estímulo ao diálogo e à participação social, apresentados por alguns autores como elementos essenciais para o alcance do efetivo desenvolvimento, ou seja, do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, justamente por sua ampla penetração na vida contemporânea, a sociedade do conhecimento ou sociedade em rede tem potencial também de atirar à margem aqueles que não se encaixam, ou não são encaixados, em seu paradigma.

Muitos elementos dessa sociedade em rede ainda não integram o cotidiano de agricultores familiares, mas, nem por isso, devem ser retirados do contexto de uma pesquisa que trata de comunicação. Pelo contrário. Tendo em vista seus potenciais e também “riscos” apontados por especialistas, neste trabalho, consideram-se necessários, primeiramente, o entendimento da comunicação de agricultores tal como ela se dá (enquanto processo social) e,

depois, a discussão, inclusive, de oportunidades de aproveitamento dessas formas de interação na perspectiva da promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Da literatura acerca de desenvolvimento, a propósito, são pinçadas para o pano de fundo desta pesquisa proposições do economista indiano Amartya Sen, que relaciona desenvolvimento social a liberdades individuais. Para ele, a partir de oportunidades sociais adequadas, as pessoas podem ter ações que melhoram sua condição de vida e de outros, sem precisar depender de vultosos programas de desenvolvimento. Entende-se que a comunicação, desdobrada em acesso, oportunidade de diálogo e livre participação social, integra o quadro de “oportunidades sociais adequadas” a ações individuais que contribuam para o desenvolvimento social.

Nesse sentido, o arcabouço teórico desta tese aproxima-se da “Comunicação para a Mudança Social”, apoiando-se especialmente nas discussões do boliviano Luis Ramiro Beltrán Salmón. Assume-se que a comunicação pode ter papel estratégico no processo de desenvolvimento – entendido, grosso modo, como melhora das condições de vida – à medida que facilita trocas e aproximações entre as pessoas. Esse relacionamento, por sua vez, é parte do próprio tecido social e tende a ser mais intenso (ou efetivo, em termos de qualidade) quanto mais consolidada for a rede de interações onde se realiza essa comunicação. A ideia é de estreita interdependência, funcionando como engrenagem de um círculo virtuoso.

Numa sociedade com laços firmes entre seus participantes, a comunicação tenderia, então, a se processar de modo a reforçar trocas e aproximações, e esse relacionamento concorreria para o “desenvolvimento”. Por outro lado, o desafio estaria em otimizar (ou aproveitar) os recursos dessa “comunicação-processo-social” numa sociedade que está construindo sua teia social de modo que funcionassem como catalisador do desenvolvimento do grupo. Conforme se discute adiante, o propósito da comunicação para a mudança social é auxiliar comunidades a criar e a manejar processos de melhoramento de suas vidas sob as perspectivas que o próprio grupo vislumbra.

Esse contexto desafiador pode ser encontrado em regiões onde foram implantados assentamentos de reforma agrária. Famílias com diferentes históricos são instaladas em áreas próximas e têm, em geral, a perspectiva de construir um novo território, processo que se dá mediante sucessivas negociações também com outros segmentos da sociedade local.

Sob esse escopo teórico, a pesquisa trata especificamente da relação entre comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares do município de Teodoro Sampaio (SP), no Pontal do Paranapanema. O conjunto de agricultores familiares locais foi compreendido inicialmente como aquele que reúne tanto assentados de programas de reforma agrária quanto aqueles que obtiveram a terra ou o direito ao seu uso por meios particulares, seja herança, doação, compra ou arrendamento; a este segundo grupo, chama-se de sitiantes tradicionais. Apurações de campo, no entanto, revelaram que a agricultura familiar desse município é representada basicamente pelos assentados da reforma agrária. Sitiantes tradicionais locais, maciçamente, não se encaixam nos critérios da Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais¹.

O Pontal do Paranapanema é uma das regiões com menor desenvolvimento do estado de São Paulo e também a que concentra mais da metade de todas as famílias assentadas no estado – ou seja, é terra de ativa reconstrução de território. Tomando-se como base o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que classifica cada um dos 645 municípios do estado em um dos seus cinco grupos de acordo com riqueza, longevidade e escolaridade, Teodoro Sampaio deixou a pior marca, o grau 5, onde esteve até 2004 para chegar ao nível 4 em 2006, posição que manteve em 2008 – dados de 2010 ainda não foram divulgados (FUNDAÇÃO SEADE, 2011). Pela classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município era de 0,757 em 2000. Com base em dados de 2008, a Fundação Seade do governo paulista apontava que o PIB *per capita* local era de R\$ 8.500/ano, contra a média de R\$ 24.457/ano do estado.

E a história da região ajuda a explicar a sua configuração socioeconômica atual. Metaforicamente, pode-se dizer que a região tem sido palco de um longo filme de ação. Originalmente, o cenário é de grandes rios margeados por matas que abrigam índios e animais selvagens. A partir da ação de “desbravadores do sertão”, o enredo passou a ser animado por caçadas aos então habitantes, imbróglis político-econômicos, sucessão de negociatas, devastação ambiental, pouco caso à lei e, nas décadas recentes, também por um forte movimento de resistência e mesmo afronta à cultura instalada da grilagem de latifúndios.

¹ Em linhas gerais, requer que sejam atendidos simultaneamente critérios como: área de até quatro módulos fiscais (120 ha na região); uso predominante da mão-de-obra da família; renda familiar originada principalmente das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e direção exercida com a família (BRASIL, 2006).

Como resultado desse “levantamento social”, a história – que não é fictícia – têm registrado, como dito, a construção de novos territórios naquela região. Os declarados proprietários de lotes de terra a perder de vista passaram a dividir o protagonismo com personagens que se mantiveram como figurantes por mais de um século desde o início da ocupação do Pontal.

Os efeitos desses choques estão inscritos na paisagem – já bem distinta da de outros tempos. Ao se aproximar do município pela rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo – principal acesso para quem vem de regiões paulistas –, de longe já se vê a convivência de realidades contrastantes. Entre vastas áreas de cana-de-açúcar e pastagem brotam moradias, basicamente cobertas por telhas onduladas (não mais de amianto, espera-se) dispostas em duas águas. Ao redor dessas casas, há sempre plantas ainda jovens que dão ares de lar à terra que antes era pasto ou canavial. Já não tão frequentes, existem ainda alguns acampamentos, reconhecidos também à distância pelas fatigantes lonas pretas.

Apesar de o município de Teodoro Sampaio estar no meio da região que concentra mais da metade dos assentamentos do estado, o Censo 2006 do IBGE mostra que os 806 estabelecimentos agropecuários classificados como familiares (80,3% do total) no município ocupavam apenas 16,6% da área (16.538 hectares). Trata-se de uma prova atualizada de que mesmo com a implantação de 20 assentamentos no município, Teodoro Sampaio ainda mantém forte concentração da terra.

1.1 Hipóteses e objetivos

Tendo em vista o interesse pela comunicação enquanto processo social (dinâmico, portanto), foram pesquisadas as práticas cotidianas que as famílias têm para se informar sobre assuntos gerais e também específicos da atividade produtiva rural e expressar suas próprias ideias e dúvidas. Acredita-se que a interação social dos produtores rurais seja distinta e que haja relação entre o nível de comunicação e o grau de desenvolvimento das famílias.

Atrelando-se, então, comunicação e desenvolvimento, a hipótese principal desta pesquisa é que a comunicação é um dos fatores que influenciam positivamente o desenvolvimento de agricultores familiares de Teodoro Sampaio. Em outras palavras, acredita-se que hábitos mais intensos de comunicação funcionem como estímulo ao desenvolvimento

no contexto em análise. No entanto, tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a amplitude do conceito de desenvolvimento de modo a se testar tal hipótese, esta pesquisa avalia especificamente as relações entre comunicação e “condição de vida e produção agropecuária”, numa tentativa de que essa combinação represente, ainda que modestamente, uma *proxy* de desenvolvimento de famílias da agricultura familiar na região.

A evolução da sua produção agropecuária foi escolhida para representar 50% dessa *proxy* pelo fato de que o escopo deste trabalho é a agricultura familiar, que, também num ambiente de assentamentos de reforma agrária, tem em seu *modus operandi* a produção agropecuária como parte essencial, assim como preconizam as diretrizes do programa nacional de reforma agrária em nosso País². A seleção desse critério é reiterada pelas concepções atuais de desenvolvimento rural que mantêm a agricultura como centro desse processo, ainda que a multifuncionalidade do rural e a diversificação das atividades lhe sejam também características fundamentais.

Relacionadas a essa hipótese central, apresentam-se outras duas que a “operacionalizam”, de certa forma. A primeira é que existe uma rede de interações sociais – em contínua evolução – que favorece trocas consistentes entre os agricultores familiares do município e desses com outros atores locais. E a segunda é que os agricultores têm avançado no processo de emancipação, de construção da sua cidadania, entendida como qualidade do cidadão que age conscientemente para fazer valer os direitos individuais e coletivos que tem (em âmbitos civil, político e social entre outros) ao mesmo tempo em que cumpre os deveres que são lhe são atribuídos numa sociedade democrática. Por meio dessas interações conscientes é que a comunicação exerceria seu papel de contribuir para o desenvolvimento.

Nesse contexto, o objetivo geral desta tese foi buscar compreender as práticas de comunicação desses agricultores e relacioná-las com o desenvolvimento de suas famílias, o que tenderia a estimular também o desenvolvimento do território (entendido como espaço físico onde são projetadas relações de poder entre seus diversos atores).

Os objetivos específicos apresentam-se relacionados às hipóteses: (a) verificar se, com o passar dos anos, estaria sendo reforçada a coletividade ou se, ao contrário, haveria tendência à individualização, pois o conhecimento deste comportamento dos agricultores é

² Referência à Lei nº 8.629, de 25/2/1993, que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (BRASIL, 1993), ao II Plano Nacional de Reforma Agrária, de 2004, e a diretrizes do Incra e da Fundação Itesp, que destacam a produção de alimentos.

importante para a definição e condução eficaz de políticas públicas; (b) identificar se profissionais do serviço público de assistência técnica e extensão rural e representantes de organizações sociais como o sindicato de trabalhadores rurais participam correntemente das interações sociais de assentados e sitiantes; e (c) identificar se há relação entre os hábitos de comunicação individuais e o “desenvolvimento” já alcançado pelas famílias produtoras.

Para a verificação das hipóteses e alcance dos objetivos, os métodos de pesquisa adotados foram entrevistas guiadas, entrevistas estruturadas (questionário) e observação não-participante. Para a interpretação das entrevistas guiadas, adotou-se a análise do significado semântico-pragmático da conversação; por sua vez, a análise dos dados do questionário foi feita com apoio dos softwares Excel e Stata 9.0 Statistics/Data Analysis. Informações captadas em observações não-participantes também foram consideradas na interpretação dos resultados.

Dado esse escopo de pesquisa, o próximo capítulo traz o referencial teórico que apoia o esforço para se compreender a comunicação em meio às dinâmicas sociais de assentados da reforma agrária de Teodoro Sampaio. A sua primeira parte é voltada aos aspectos da comunicação e a seguinte, à temática do desenvolvimento rural, envolvendo a agricultura familiar. No capítulo 3, é caracterizada a região da pesquisa – Pontal do Paranapanema – e detalhada a metodologia que suportou os levantamentos de campo e a interpretação do conjunto de dados. No quarto capítulo, estão os resultados e discussões. A tese é concluída no quinto capítulo, com a verificação das hipóteses e alcance dos objetivos.

Acredita-se que a passagem do conhecimento empírico para o científico a respeito da comunicação de agricultores familiares – no caso, assentados de Teodoro Sampaio – pode colaborar com pesquisas centradas em variados aspectos da dinâmica familiar de produção agropecuária.

2 CAMINHOS TEÓRICOS

2.1 Comunicação

O panorama teórico de um estudo de comunicação na atualidade não pode ignorar a existência e influências das novas tecnologias de comunicação, ainda que tais aparatos tecnológicos sejam pouco freqüentes no cotidiano dos agricultores estudados. A contextualização teórica desta pesquisa começa, então, por rápida análise das principais características, potenciais contribuições e riscos das sociedades da informação, ou do conhecimento, para o desenvolvimento.

Delineado esse macrocenário, o referencial teórico passa pelos Estudos Culturais ingleses, tendo em vista o interesse pela comunicação enquanto processo social onde se dão as práticas (cotidiano) capazes de promover desenvolvimento. Essa linha de estudos relaciona comunicação com cultura, com cidadania, com o cotidiano e presta importante colaboração à temática dirigida a públicos que tradicionalmente não integram a camada socioeconômica dominante. Nesse contexto, são tratadas também as pesquisas desenvolvidas na América Latina. Há relevantes contribuições de autores dessa região sobre a influência dos meios de comunicação de massa e também no que diz respeito à proposição de um modelo de comunicação que suplantasse o difusionismo, sinalizando para mudanças estruturais em prol da democratização e desenvolvimento integral da sociedade.

2.1.1 Sociedade do conhecimento

Sociedade da informação, sociedade informacional, da informação e da comunicação, do conhecimento ou alguma outra variação, com as devidas singularidades de significado, são amplamente propaladas a partir dos anos noventas com o desenvolvimento da internet e de outras tecnologias de informação e comunicação. No entanto, a noção que carregam figura na literatura especializada já há algumas décadas. Castells (2005) lembra, por exemplo, que a internet evoluiu da rede criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Arpanet) ainda na década de 1960. Em 1973, o sociólogo norte-americano Daniel Bell já fala em

“sociedade de informação” no livro *O advento da sociedade pós-industrial* (BURCH, 2005). Em comum, as expressões que emergem no mesmo contexto têm o fato de considerarem que o conhecimento e a capacidade humana de processamento de informação, catalisados pelas novas tecnologias, são o eixo principal da sociedade, em substituição à máquina consagrada na era industrial.

Por novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs ou apenas TICs), a propósito, podem ser entendidos todos os aparelhos e tecnologias a eles associados para reunir, distribuir e compartilhar informações (sonoras, visuais ou audiovisuais) bem como para comunicar-se umas com as outras, individualmente ou em grupo, mediante o uso de computadores e redes de computadores interconectados. Isso significa que as TICs abrangem televisão, rádio, telefone fixo e móvel, projetor de imagem e/ou de som, computador (hardware e software), internet, satélites, *tablets*, aparelhos compactos de reprodução de imagens e sons, balcões de serviços automatizados (como caixas eletrônicos de banco), correio eletrônico, *webcam* e microfone entre outros.

Em seus estudos sobre as variantes do termo sociedade da informação, Burch (2005) destaca a escolha da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) por “sociedades do conhecimento” ou “sociedades do saber”, no plural, como tentativa de incorporar uma concepção mais integral, não apenas econômica. Paralelamente à terminologia, a autora chama a atenção para o significado que lhe venha a ser atribuído.

(...) mais além de debater o apropriado de tal ou qual termo, o fundamental é refutar e deslegitimar qualquer termo ou definição que reforce esta concepção tecnocêntrica da sociedade. (...) acolhemos a noção de que qualquer referência às ‘sociedades’ deva ser no plural, reconhecendo a heterogeneidade e diversidade das sociedades humanas. Isso implica também reafirmar o interesse de que cada sociedade se aproprie das tecnologias para suas prioridades particulares de desenvolvimento e não que deva se adaptar a elas para poder fazer parte de uma suposta sociedade da informação pré-definida (BURCH, 2005, versão eletrônica).

Um dos principais teóricos sobre essa temática – que envolve sociedade, cultura, economia, tecnologia –, Manuel Castells entende que, desde o final do século XX, vivemos um raro momento de transformação conduzida por um novo paradigma que se baseia nas tecnologias da informação. Castells (2005) caracteriza o momento atual como “no mínimo, um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII” (p.68). Para

ele, “a tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas” (CASTELLS, 2005, p.68).

Resgatando trabalhos de Melvin Kranzberg e Carroll Pursell, Castells (2005) observa que as revoluções tecnológicas são caracterizadas, todas elas, pela penetração que têm em todas as atividades humanas, no tecido social, influenciando mesmo aqueles segmentos que, por uma forma ou outra, mantêm-se ou são mantidos afastados. Ainda que nem todas as instituições e dimensões da sociedade sigam a lógica da “sociedade em rede” (termo amplamente usado por Castells), todas seriam, segundo o autor, em alguma intensidade perpassadas pela “lógica difusa da sociedade em rede”, que aos poucos influencia e altera as formas sociais preexistentes.

A característica principal dessa revolução tecnológica, segundo Castells (2005), seria a aplicação do conhecimento e da informação para a geração de novos conhecimentos. As atuais tecnologias seriam mais que ferramentas a serem usadas, seriam processos a serem desenvolvidos. “Usuários e criadores podem se tornar a mesma coisa (...). Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo do sistema produtivo” (CASTELLS, 2005, p.69).

Esse autor destaca as oportunidades de ação social que se abrem, sem, no entanto, deixar de reconhecer a “enorme defasagem entre nosso excesso de desenvolvimento tecnológico e o subdesenvolvimento social” (CASTELLS, 2000, p.437). Ao analisar a sociedade em curso sob o contexto do “capitalismo informacional/global”, que teria surgido no último quarto do século XX, o autor volta a destacar a simultaneidade do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, da inclusão e da exclusão social (CASTELLS, 2000). Por exclusão social, entende o “processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos num dado contexto” (CASTELLS, 2000, p.98).

O processo de exclusão, segundo esse autor, atinge pessoas e também territórios, podendo agravar a polarização entre grupos sociais, entre países. Analisando a sociedade dos Estados Unidos no final do século XX, por exemplo, ele observa que muitos dos novos empregos da economia informacional exigem nível educacional e habilidades que raramente as escolas da rede pública têm condições de propiciar (CASTELLS, 2000). Grandes

segmentos da população poderiam ser “desabilitados” na sociedade informacional, ao mesmo tempo em que a tecnologia da informação favorece conexões mundiais capazes de aumentar o conhecimento, a mobilização social, o poder de grupos antes desprovidos desse tipo de suporte (CASTELLS, 2000). “O modo de utilização dessas ferramentas e os objetivos de seu uso devem ser prerrogativa exclusiva dos próprios atores sociais em contextos sociais específicos e em nome de seus valores e interesses” (CASTELLS, 2000, p.437).

Enquanto Castells trabalha com a terminologia da “sociedade em rede”, dedicando especial atenção à geografia política e econômica na Era da Informação, Pierre Lévy, filósofo francês, é uma importante referência para os estudos das implicações das tecnologias sobre a cultura. Pode-se dizer que as ideias desse autor são complementares às de Castells. Mas, ainda que reconheça o potencial de exclusão da sociedade em rede, com tendência de reforçar os centros tradicionais das diversas modalidades de poder, Lévy é mais otimista em relação às possibilidades de participação abertas pela rede ou *ciberespaço*. “Algumas das forças atuais ganharão poder, outras irão perdê-lo, enquanto recém-chegados começam a ocupar posições que nem mesmo existiam antes da emergência do ciberespaço” (LÉVY, 2000, p.223)

A obra de Lévy é marcada pelos termos “ciberespaço³” e “cibercultura”. O primeiro refere-se tanto à infraestrutura material da comunicação digital quanto ao universo de informações que ela abriga, incluindo-se ainda as pessoas que navegam e alimentam esse universo. Quanto à cibercultura, é entendida pelo autor como o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2000, p.17).

O autor propõe o conceito de “inteligência coletiva”, que é considerada por ele um projeto que representa a “aspiração mais profunda” da cibercultura. “Não se trata de forma alguma de ‘utopia tecnológica’, mas de aprofundamento de um antigo ideal de emancipação e de exaltação do humano que se apoia nas disponibilidades técnicas de nossos dias” (LÉVY, 2000, p.208). Nesse projeto, não há administrador, todos são responsáveis, não há sujeito submetido, as atividades são espontâneas, descentralizadas. “Estou profundamente convencido de que permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligência a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais” (LÉVY, 2000, p.208).

³ Termo cunhado pelo escritor de ficção científica Willian Gibson em seu romance *Neuromancer*, de 1984.

Esse espaço de acesso, manifestação, interatividade é entendido por Lévy também como *alternativa* às mídias de massa tradicionais que praticam comunicação unidirecional, com receptores isolados uns dos outros. O ciberespaço, diferentemente, permite que os indivíduos e os grupos sejam autônomos tanto na busca por informações quanto na divulgação de suas versões dos fatos, encorajando “troca recíproca e comunitária” (LÉVY, 2000, p.203).

Para que essa concepção de ciberespaço e de inteligência coletiva se efetive, mais do que acesso de todos aos equipamentos e conexão, inclusive sob condições financeiras adequadas, é preciso ainda que sejam superados os “obstáculos humanos”, que vão desde as barreiras institucionais, políticas e culturais para as formas de comunicação comunitária até o sentimento de “incompetência e de desqualificação” frente às novas tecnologias (LÉVY, 2000). “É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva” (p.238). Como forma de atingir esse objetivo, Lévy (2000) defende que as políticas voluntárias de combate às desigualdades e à exclusão se foquem no ganho em autonomia das pessoas ou de grupos envolvidos sem, no entanto, que sejam criadas novas dependências ou desvalorização da cultura/saberes locais.

Por mais entusiasta que seja, Lévy declara não acreditar que o desenvolvimento do ciberespaço venha a mudar a vida das pessoas milagrosamente ou a resolver problemas sociais e econômicos. Apesar disso, reafirma seu potencial de desenvolver novos modos de relacionamento, de conhecimento, aprendizagem e pensamento, além de proporcionar novos gêneros literários e artísticos (LÉVY, 2000, p.218).

Na conclusão da obra “Fim de Milênio”, volume 3 da coleção A Era da Informação, Castells (2000) é ainda mais comedido, preferindo dizer que “o século XXI não será de trevas”, mas “para a maioria das pessoas, também não trará as recompensas prometidas pela revolução tecnológica mais extraordinária da história. Ao contrário, é provável que seja caracterizada por perplexidade consciente” (p.436).

2.1.2 Multidisciplinarietà para entender o cotidiano

Para entender a comunicação no contexto em que se realiza, pesquisadores da área têm se aberto, já há algumas décadas, para outros ramos das ciências sociais. Conforme

Martino (2006), esse fato é festejado por alguns, mas considerado por outros uma perda para a autonomia do saber comunicacional⁴. Para esse autor, a produção teórica se empobreceria justamente à medida que os problemas comunicacionais se dissolveriam pelos diversos campos. Crítico a tal abertura, Martino (2006) ironiza dizendo que “estudar a comunicação se torna equivalente a encontrar as soluções para os países subdesenvolvidos, gerar modelos alternativos para o desenvolvimento do terceiro mundo ou qualquer coisa semelhante” (p.6).

Em obra⁵ resultante de evento realizado em 2002, em Bogotá (Colômbia), especificamente para a análise de conceitos e transformações geradas pela globalização no âmbito da comunicação, da educação e cultura na América Latina, a Cátedra da Unesco de Comunicação Social também defende a necessidade de novas formas de pesquisa nas ciências sociais e particularmente nos estudos dos processos de comunicação e cultura, que definem conjuntamente o contexto (PEREIRA G. e PRINS, 2003). Por cultura, a propósito, adota-se o conceito de “conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. (...) engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças” (UNESCO, 2003, p.13).

Já há cerca de cinco décadas, os adeptos dos “Estudos Culturais” desenvolvem trabalhos que mergulham justamente na interdisciplinariedade como chave para o entendimento do cotidiano. A pesquisa ora desenvolvida se identifica com essa abordagem e a traz para a composição de seu “pano de fundo” teórico (sem, no entanto, caracterizar-se como uma pesquisa desta linhagem), assumindo a comunicação como processo social, portanto, definida no relacionamento de muitas variáveis que dão contorno a cada sociedade.

Os Estudos Culturais (EC) emergem na Inglaterra, no final dos anos cinquenta e início dos sessenta do século XX, período de efervescência social no mundo, em que novos grupos ganhavam espaço cultural e político. Na Europa, era momento histórico de discussão da cultura, da democracia, da educação de livre acesso, que acolhesse os saberes das pessoas comuns e que reconhecesse seus interesses.

Costa et al (2003) descrevem os Estudos Culturais como uma “movimentação intelectual que surge no panorama político do pós-guerra, na Inglaterra, nos meados do século XX, provocando uma grande reviravolta na teoria cultural” (p.36). Esses autores destacam que

⁴ Mais informações sobre a comunicação ser ou não um campo científico autônomo: ARAÚJO, Carlos. Correntes teóricas de estudo da comunicação. Verso e Reverso, Ano XXI - 2007/1, nº 46. Disponível: www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/viewArticle/5774/5232 Acesso 8.fev.2011.

⁵ Comunicación, cultura y globalizacion (PEREIRA G. e PRINS, 2003).

os trabalhos que se desenvolvem nesse movimento não são definidos por contornos firmes, mas encontram ponto de contato entre si ao buscarem, no conjunto da produção cultural de uma sociedade, as explicações para seus padrões de comportamento e ideias compartilhadas por seus membros. São voltados para a cultura enquanto processo social.

Nesta acepção, cultura abrange a enorme expansão de tudo que está associado a ela, contexto chamado de “virada cultural”.

Um noticiário de televisão, as imagens, gráficos etc. de um livro didático ou as músicas de um grupo de *rock*, por exemplo, não são apenas manifestações culturais. Eles são artefatos produtivos, são práticas de representação, inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas (COSTA et al., 2003, p. 38).

Por tal escopo, os Estudos Culturais não seriam considerados um conjunto articulado de ideias e pensamentos, assemelhando-se mais a “formações instáveis e descentradas”, tendo em vista que comportam diferentes posições teóricas, o que poderia caracterizá-los como “um tumulto teórico” (COSTA et al., 2003).

De fato, encontram-se na literatura críticas ao agregado de posicionamentos que se coadunam sob o arcabouço dos Estudos Culturais. O antropólogo argentino Carlos Reynoso, por exemplo, publica em 2000 o livro *Apogeo y decadencia de los estudios culturales: Una visión antropológica*, onde argumenta contra os méritos desse movimento, a começar pela ausência de métodos e técnicas criados em seu interior.

A pesquisa que se apresenta, como dito, não se inscreve neste campo e, portanto, não se aprofunda na defesa ou endosso a críticas que lhe caibam, mas dele toma as contribuições de mesclar conhecimentos de diferentes áreas na busca por se compreender a dinâmica social.

2.1.2.1 Estudos Culturais na América Latina

Os ingleses, especialmente o grupo do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, são tradicionalmente nominados pioneiros nesses estudos da cultura – iniciados entre meados da década 1950 e início da de 1960 –, mas tais enfoques estariam, quase simultaneamente, também na pauta de pesquisadores de outros países europeus, asiáticos e latino-americanos (COSTA et al., 2003).

O início do desenvolvimento de Estudos Culturais na América Latina é impreciso ou mesmo controverso – em boa parte, pela conceituação sobre o que são “Estudos Culturais”. Segundo Costa et al. (2003), os autores mais comumente mencionados como expoentes desse campo em países latino-americanos – Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Beatriz Sarlo – não se reconhecem totalmente alinhados ao que se denomina “Estudos Culturais”, apesar de haver proximidade entre os enfoques dos trabalhos dessa linha e os da chamada Escola Latino-Americana de Comunicação⁶. Ana Carolina D. Escosteguy, pesquisadora brasileira reconhecida por suas análises sobre estudos brasileiros de recepção, os quais, segundo ela, são vinculados aos estudos culturais, fala em “estudos culturais latino-americanos” (ESCOSTEGUY, 2006).

A América Latina já tinha tradição em estudos de “análise cultural” (ou “Teoria Cultural”), com seus autores influenciados por outros anteriores aos que despontavam na Europa da década de 1960 (COSTA et al., 2003). Paulo Freire, que se torna inspiração para o modelo de comunicação participativa ou horizontal (BELTRÁN S., 2005), por exemplo, no final da década de 1960, já exilado no Chile, argumentava que na *comunicação* não há sujeitos passivos (FREIRE, 1971), entendimento comum ao adotado nas pesquisas sobre recepção dos conteúdos de meios de massa que virão a se basear nos Estudos Culturais ingleses.

Os “Estudos de Recepção” ou de “Etnografia das Audiências”, referenciados, então, nos Estudos Culturais, conforme Figaro Paulino (2002), “ajudam a compreensão do que se passa no processo comunicacional e como essa comunicação adquire sentido, valor, ao tornar-se conhecimento para o sujeito receptor” (versão on-line). Escosteguy (2002) acrescenta que a temática da recepção se vincula, mas não se resume à relação com os *media*, trabalhando em contexto muito mais amplo, que alcança toda a cultura.

Os estudos de recepção avançam num contexto em que a perspectiva mecânica de emissor (meios de comunicação de massa) e receptor está superada. A recepção passa a se localizar no âmbito mais amplo da cultura, das interações cotidianas. O receptor é, então, analisado como sujeito que ressignifica as mensagens dos meios de massa, resistindo à lógica

⁶ A Escola Latino-Americana de Comunicação, enquanto uma escola de pensamento, é questionada por MARTINO (2006) (Disponível em: http://www.alaic.net/portal/revista/r6/art_09.pdf Acesso 10 fev 2011). Marques de Melo, no entanto, defende que a falta de hegemonia ocorre por “baixa estima da nossa comunidade acadêmica”, “falta de agilidade para responder às questões postas pelos centros contemporâneos de decisão, localizados nas empresas ou no setor público” e pela “recusa ao mercado” (Marques de Melo, 1999, apud FONSECA JÚNIOR, 2003).

desses meios e requerendo que assumam postura de negociação com o público – que deixa de ser visto como objeto reificado (FIGARO PAULINO, 2002). Eis que o receptor ganha *status* de ator, que interage. Essa mudança de postura dos meios formais revela, portanto, um passo importante na escala de conquista de cidadania do público massivo, segundo a autora.

Na América Latina, a publicação em 1987 de *De los medios a las mediaciones*, obra de Jesús Martín-Barbero, é considerada um marco nessa abordagem da recepção. Na década de 1990, ocorre forte popularização de pesquisas que se inscrevem no campo dos Estudos Culturais na América Latina, e isso tem grande influência sobre as pesquisas atualmente desenvolvidas no campo da comunicação (COSTA et al., 2003). O perfil multifacetado do que sejam Estudos Culturais tem atraído a identificação de pesquisadores ao longo das últimas décadas e também no presente. Como dizem Costa et al. (2003):

As instabilidades do mundo contemporâneo, a desintegração das narrativas mestras que o explicavam, as inúmeras rupturas com a ordem estabelecida, a intensa conexão planetária favorecida pela mídia, as novas questões trazidas por inéditas formas de migração e desterritorialização, condições às quais os EC parecem corresponder, produzindo encaixes temporários, porém fecundos (p. 44).

2.1.3 Comunicação e desenvolvimento: do difusionismo ao participativo

Simultaneamente aos trabalhos que localizam a comunicação no campo da *cultura* desenvolvidos sob a orientação dos Estudos Culturais e/ou da Escola Latino-Americana de Comunicação, também se pensa na comunicação como um processo envolvido nas demandas de “desenvolvimento” socioeconômico.

O atrelamento entre comunicação e desenvolvimento vem desde meados do século XX. De lá para cá, o conceito tanto de comunicação quanto de desenvolvimento têm se alterado. No Brasil e em vários outros países, há cerca de uma década vêm se firmando na literatura e também na prática proposições de latino-americanos elaboradas principalmente na década de 1970 sobre a imprescindível *participação dos diretamente interessados* no processo de *desenvolvimento*. Nesta tese, a leitura teórica que se faz sobre as relações entre os campos comunicação e desenvolvimento é orientada principalmente pela obra do boliviano Luis Ramiro Beltrán Salmón – referenciado como BELTRÁN S., conforme adotado por este autor ao citar trabalhos próprios.

No final da década de 1940, o governo dos Estados Unidos se dá conta de que muitos países então chamados de subdesenvolvidos que haviam participado da Aliança⁷ contra os países do eixo nazifacista, na II Guerra Mundial, precisavam de apoio. Em 1949, em um discurso de 14 pontos, o quarto representa a criação de um programa internacional de assistência técnica e financeira para o desenvolvimento nacional. Para executar o “Quarto Ponto”, criou a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional, a Usaid (BELTRÁN S., 2005).

Foram estabelecidos serviços cooperativos com governos de vários países, inclusive latino-americanos, nas áreas de agricultura, saúde e educação. Para atingir os objetivos, foi criada em cada um desses setores uma unidade de comunicação que apoiaria as atividades, comunicação essa baseada na persuasão para mudar a conduta tanto dos funcionários dos governos quanto dos beneficiários dos serviços. A ação dessas unidades de comunicação seria uma das bases do que mais tarde seria chamado de “comunicação para o desenvolvimento”, conceito que também evoluiu nas últimas décadas (BELTRÁN S., 2005, p.5).

A comunicação de apoio às ações coordenadas pela Usaid era unidirecional, segundo Beltrán S. (2005), com função de persuasão para a mudança de comportamento, fundamentada inicialmente no modelo de Harold Lasswell, de 1948: *quem diz o que em qual canal a quem e com que efeito*. Esse modelo, por sua vez, representava o acréscimo do *como* e do *para quem* sobre a base proposta no século IV a.C por Aristóteles, para quem comunicação era sinônimo de retórica e a sua finalidade era persuadir alguém. No modelo aristotélico, há três elementos, apenas: o *locutor*, o *discurso* e o *ouvinte*.

Outros modelos também provenientes dos Estados Unidos, que se afinavam pela intenção de exercer influência sobre a conduta do próximo por meio da persuasão, se sucederam com algumas “evoluções”. No entanto, sob o contexto de ditaduras militares, latino-americanos das décadas de 1960 e 1970 consideraram aqueles modelos – e as ações de apoio ao que se chamava de desenvolvimento – insuficientes para os anseios de democratização participativa que alimentavam (BELTRÁN S., 2007).

Nesse sentido, autores latino-americanos, segundo Beltrán S. (2007), têm o mérito de terem iniciado a formulação de modelo de comunicação dirigido especificamente para a

⁷ Na Segunda Guerra Mundial, o “Eixo”, formado pela Alemanha, Itália e Japão, se opunha aos “Aliados”, encabeçados inicialmente pela França e Inglaterra e, posteriormente, com participação ativa dos Estados Unidos e União Soviética; esse grupo contou também com outros países; da América Latina, o Brasil foi o único a enviar tropas para as batalhas na Europa.

construção de uma sociedade democrática na década de 1970. Aqueles teriam sido os autores que romperam com o paradigma clássico do difusionismo (transmissão/persuasão) em favor de uma nova comunicação, que se realizava a partir de cidadãos emancipados e participativos. “Tal como en el caso del desarrollo, debemos primero ser capaces de construir un nuevo concepto de comunicación, un modelo humanizado, no elitista, democrático y no mercantil” (BELTRÁN S., 1974, p.15 apud BELTRÁN S., 2007, p.284).

Autores europeus também reconhecem o pioneirismo de latino-americanos nesse campo. O espanhol Alejandro Barranquero, por exemplo, destaca as contribuições de Paulo Freire, Luis Ramiro Beltrán e Juan Díaz Bordenave para a formação de um modelo de comunicação que privilegiava o participativo, o dialógico, o caráter endógeno da mudança social (BARRANQUERO, 2007). Esse autor valoriza ainda as críticas de latino-americanos quanto à despreocupação com o contexto sociocultural e históricos dos grupos “beneficiários” dos programas tidos como de desenvolvimento na época.

Segundo Trigueiro (2001), o artigo *Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal*, do brasileiro Luís Ramiro Beltrán, em 1978, as publicações de Paulo Freire em 1977, os informes da Nomic (Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação) em 1977 e o relatório Sean MacBride, em 1983, foram marcos para um novo direcionamento dos estudos de comunicação, que passam a ser focadas em questões políticas, ideológicas e educacionais.

O novo modelo latino-americano que se desenvolveu neste bojo recebeu várias adjetivações. Os pioneiros o chamam de comunicação horizontal, dialógica, popular, comunitária, participativa, “participatória”, grupal e alternativa. A essência é preservada, mas se detectam nuances particulares entre as denominações. Conforme Vidal Beneyto (1979 apud BELTRÁN S., 2007), o adjetivo *alternativa*, por significar oposição ao dominante, tendeu a predominar na literatura latino-americana da década de 1970. Nesta tese, opta-se pelas expressões “comunicação horizontal” e “comunicação para a mudança social”.

Antonio Pasquali, venezuelano, é assinalado por Beltrán S. (2005) como o precursor nos esforços para se desenvolver um modelo alternativo de comunicação, com trabalhos já em 1963. Contudo, a base propriamente para um novo modelo de comunicação, segundo Beltrán S. (2007), derivou das críticas profundas de Paulo Freire à educação no Brasil tecidas a partir da década de 1960. Críticas que levaram ao seu exílio do País, ao mesmo tempo em que ofereceram à comunicação subsídios profícuos.

2.1.3.1 A influência humanística de Paulo Freire

A obra de Paulo Freire é caracterizada por termos como solidariedade, humildade, esperança, amor, fé nos homens, diálogo, ação libertadora, pensar crítico, homem inconcluso, em constante busca por *ser mais*. E cada um desses termos é trabalhado pelo autor de modo a exprimir a essência de seu significado. É propriamente uma obra que requer mais do que compreensão teórica; o leitor que aceita dialogar com Freire é levado a uma comunhão com esses valores, ainda que opte, por fim, por discordar – como é próprio do diálogo de Freire. De fato, não se trata de teoria crítica da educação apenas; é uma obra de humanidade. Facilmente, compreende-se a adesão de latino-americanos às voltas com problemas sociais, econômicos e políticos a esse discurso *libertador* e, por isso, transformador num contexto ditatorial.

Apesar da nuance utópica que tais proposições podem inspirar, o trabalho de Freire é também conhecido por seu caráter aplicado – traduzido no método Paulo Freire de ensino-aprendizagem –, de valorização do concreto. Segundo o próprio autor:

Não há contexto teórico ‘verdadeiro a não ser em unidade dialética com o contexto concreto’. Nesse contexto, onde os fatos se dão, nos encontramos envolvidos pelo real, ‘molhados’ dele, mas não necessariamente percebendo a razão de ser dos mesmos fatos, de forma crítica. No ‘contexto teórico’, ‘tomando distância’ do concreto, buscamos a razão de ser dos fatos. Em outras palavras, procuramos superar a mera opinião que deles temos e que a tomada de consciência dos mesmos nos proporciona, por um conhecimento cabal, cada vez mais científico em torno deles. (FREIRE, 1976, p.135)

Para Freire (2006), é na comunicação entre os homens que se realiza a busca daquele que, ciente da sua inconclusão, segue eternamente em busca de *ser mais*. Na *comunicação* – desde que se esteja considerando o significado de comunicação assumido por esse autor⁸ – não há sujeitos passivos, e a constituição de sujeitos participantes se dá pela *educação libertadora*, que implica necessariamente em processo dialógico (FREIRE, 1971).

Esse processo, por sua vez, não pode carecer do aspecto *humanista*, explica o autor, equivalente a reconhecer que os homens são capazes de transformar as coisas, o seu mundo, “podem superar a situação em que *estão sendo* um quase *não ser* e passar a ser um *estar sendo* em busca de *ser mais*” (FREIRE, 2006, p.74, destaques do original). Deixam, portanto, de serem reificados num processo de manipulação para se tornarem verdadeiramente homens.

⁸ “A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente” (Freire, 1971, p.70)

O diálogo é “uma exigência existencial” e “se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”, reitera Freire (2006, p.91). Para que seja diálogo, a interação não pode se limitar a um sujeito apresentar ideias e outro as ouvir, tampouco se resumir a troca de ideias entre as partes. Para que o diálogo se configure, segundo Freire, é preciso que haja “um profundo amor ao mundo e aos homens”, que haja também “intensa fé nos homens” e no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar.

Essa fé no poder de construir e reconstruir levaria à confiança entre os sujeitos e também à solidariedade e à esperança. “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a *confiança* de um pólo no outro é consequência óbvia” (FREIRE, 2006, p.94).

2.1.3.2 Freire “aplicado” à comunicação

A transposição do pensamento de Paulo Freire para a comunicação⁹, segundo Beltrán S. (2007) começou a ser feita por Frank Gerace, na Bolívia, na década de 1970. Seus primeiros esboços nesse sentido foram divulgados por meio apenas de fotocópia e contato pessoal, o suficiente, contudo, para que também fosse exilado logo depois, indo para o Peru. Nesse país, com a colaboração de Hernando Lázaro, analisa algumas experiências populares de uso do rádio e vídeo, realizadas de forma modesta, mas que envolviam a participação, o diálogo das comunidades a que se referiam, tal qual a dinâmica proposta por Freire. Reunindo todos os textos sobre essas experiências, em 1973, Gerace publica *Comunicación Horizontal*, em Lima.

Outro autor de destaque nesses primeiros momentos de elaboração de um modelo de comunicação horizontal é o paraguaio Juan Díaz Bordenave. Conforme Fonseca Junior (2003), até a década de 1970, Bordenave foi influenciado pelo behaviorismo de Skinner e pelo difusionismo de Everett Rogers, dada a sua formação acadêmica na década de 1950 nos Estados Unidos. No entanto, a exemplo de outros dessa época, afasta-se dessas concepções na

⁹ Alguns autores, como dito, opõem-se ao reconhecimento de teóricos de áreas distintas da comunicação como fundadores de teorias encampadas pela comunicação. Veja trecho de MARTINO (2007, p.107): “Paulo Freire, por exemplo, bastante reconhecido como pedagogo, acaba se tornando um dos quatro principais teóricos latino-americanos da comunicação (Roncagliolo, 1986; Berger, 2001), ainda que a real contribuição desse autor seja bastante discutível: sua visão humanista e filosófica da comunicação se deixa melhor expressar em uma *teologia* que toma o amor divino como fundamento e critério último da comunicação (Marques de Melo, 1999)” - Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación - ALAIC, ano IV, no.6, enero - junio 2007. Disponível em: http://www.alaic.net/portal/revista/r6/art_09.pdf

década seguinte para adotar a perspectiva construtivista de Jean Piaget, bem como as ideias de Frank Gerece, Paulo Freire e Luis Ramiro Beltrán Salmón. Bordenave acompanhou o desenvolvimento das correntes teóricas norte-americanas e européias e as interpretou à luz da realidade latino-americana (FONSECA JÚNIOR, 2003). Segundo Rezende (1996), a principal contribuição de Bordenave para as Ciências da Comunicação talvez tenha sido sua “capacidade de captar e reordenar idéias que outros formularam” (p.88).

Para Beltrán S. (2007), Bordenave, que muito se dedicou aos princípios da comunicação para o desenvolvimento rural, tem o mérito de ter se “empenhado mais sistematicamente”, ter sido “criativo” e “perseverante”. Bordenave ressalta a importância de o povo assumir o protagonismo na comunicação, exercendo, portanto, papel também de emissor de suas próprias mensagens; enfatiza a liberdade dos interlocutores no processo da comunicação, trocando e gerando informações, conhecimentos, compartilhando sentimentos e construindo poder coletivo que os auxilia a resolver seus problemas em comuns e a avançar para a transformação social (BELTRÁN S., 2007).

Existe Comunicación Participatoria cuando todos los interlocutores tienen igual derecho y oportunidad de expresarse libremente para construir un discurso en común-orientado hacia el crecimiento de la conciencia crítica, individual y social -, para el desarrollo de la capacidad de resolver solidariamente problemas sentidos y la adquisición de poder colectivo con el fin de transformar las estructuras sociales injustas” (BORDENAVE, 1979, p.6, apud BELTRÁN S, 2007, p. 285).

Apesar dessa conceituação sobre “comunicação participatória”, Bordenave e Carvalho (1979) reconhecem que a perspectiva da ampla participação popular ignora a sociedade de classes, presumindo “ação do Estado como isenta de ideologia, como uma prática não comprometida com os grupos dominantes da sociedade” (p.145). Com isso, os autores chamam a atenção para o fato de que o debate sobre participação popular requer, antes, a reflexão sobre o processo político e as relações do Estado com a sociedade.

Quanto à participação brasileira na profícua década de 1970, quando se elaborava o referencial teórico e também se empreendiam experiências acerca de comunicação alternativa, destacam-se as contribuições do sociólogo João Bosco Pinto (BELTRÁN S., 2007). Então residente na Colômbia, produziu estudos sobre subdesenvolvimento, meios de comunicação de massa e educação e também sobre a comunicação participativa como pedagogia da mudança.

Ao elaborar a obra *Ontologia da Comunicação para a Mudança Social (Communication for social change anthology: historical and contemporary readings)*, Alfonso

Gumucio Dagron e Thomas Tufte destacam que João Bosco Pinto, após publicar *Extensión o educación: una disyuntiva crítica*, em 1973, dedicou muito do seu trabalho à pesquisa-ação, entendida como um projeto de prática social, e nunca uma receita de livro. Para esse sociólogo, o principal objetivo era o desenvolvimento da consciência coletiva para uma ação (GUMUCIO DAGRON e TUFTE, 2006)

Na segunda metade dos anos 1980, no entanto, a produção intelectual sobre o tema na América Latina arrefece. É retomada na década seguinte e, segundo Beltrán S. (2007), continuaria contando com entusiastas nos anos correntes.

2.1.3.3 O conceito teórico acrescido de direitos, necessidades e recursos

O boliviano Luis Ramiro Beltrán Salmón também é considerado um dos pioneiros na conceituação e disseminação de comunicação horizontal na América Latina. Artigo publicado em 1981 por esse autor que tem sua biografia caracterizada por trabalhos que relacionam comunicação e desenvolvimento destaca o acesso livre e igualitário, o diálogo e a participação, com funções interdependentes no processo de comunicação, como os três elementos-chave do modelo da comunicação horizontal (TRIGUEIRO, 2001).

Nas palavras de Beltrán:

La comunicación alternativa para el desarrollo democrático es la expansión y el equilibrio en el acceso de la gente al proceso de comunicación y en su participación en el mismo empleando los medios – masivos, interpersonales y mixto – para asegurar, además del avance tecnológico y del bienestar material, la justicia social, la libertad para todos y el gobierno de la mayoría (BELTRÁN S., 1973, apud BELTRÁN S., 2005, p.21).

Em 1979, ao realizar trabalho para a Comissão MacBride¹⁰ da Unesco, Beltrán propõe as bases para um paradigma sobre tal comunicação. Segundo Beltrán S. (2007), ele conjuga as principais reflexões desenvolvidas na América Latina com as noções de direito, necessidade e recursos de comunicação presentes em trabalhos dos norte-americanos L.D. Harms e J. Richstad e do francês Jean Cloutier.

Todos tienen el *derecho* a comunicarse con el fin de satisfacer sus *necesidades* de comunicación por medio del goce de los *recursos* de la

¹⁰ Marques de Melo (1989) caracteriza o Relatório MacBride como “um dos principais instrumentos da Nova Ordem Mundial da Informação e da articulação contemporânea que se esboça entre comunicação e desenvolvimento sócio-econômico” (p.21). O nome desse relatório se deve ao senador irlandês Sean Macbride que liderou uma comissão de alto nível que tinha o objetivo de propor “uma nova ordem mundial mais justa e eficaz da informação e da comunicação”, conhecida como Nomic (MARQUES DE MELO, 1989, p. 18).

comunicación. Los seres humanos se comunican con múltiples *propósitos*; el principal no es el ejercicio de influencia sobre el comportamiento de los demás (BELTRÁN, 1979, p.16, apud BELTRÁN S., 2007, p.287).

Em suas explicações sobre os termos-chave desse modelo, o autor repete para quase todos que se trata de “exercício efetivo do direito a/de”. Assim, por *acesso*, o autor entende o exercício efetivo do direito a receber mensagens; por *diálogo*, de receber e ao mesmo tempo emitir mensagens; *participação* vem a ser o exercício efetivo do direito de emitir mensagens. *Direito de comunicação* é, então, assumido como direito natural de todo ser humano de receber e emitir mensagem ao mesmo tempo e de forma intermitente. *Necessidade de comunicação*, pois, é tanto uma exigência natural da pessoa quanto um requisito da existência social a fim de compartilhar suas experiências, por meio dos *recursos de comunicação*. Estes, por sua vez, vêm a ser todo elemento – cognitivo, afetivo ou físico – que puder ser usado para a troca de símbolos entre os seres humanos (BELTRÁN S., 2007, p.287).

De forma resumida, com base nesse autor, pode-se dizer que comunicação horizontal é o livre e igualitário processo de acesso, diálogo e participação baseado nos direitos, nas necessidades e nos recursos de comunicação para a realização de múltiplas finalidades, sendo:

- Acesso: condição para a comunicação horizontal;
- Diálogo: eixo crucial da comunicação horizontal;
- Participação: ápice da comunicação horizontal;
- Emissor & Receptor: A distancia entre “emissor” e “receptor” não figura no modelo; os participantes do processo cumprem ambas funções alternativa e equitativamente; portanto, todos se identificam por igual como “comunicadores”;
- Acesso, diálogo e participação são interdependentes entre si.

Conforme Marques de Melo (1989), as orientações de Beltrán à Unesco quanto ao fomento de pesquisas sobre comunicação, sobretudo quanto à formulação de políticas e de estratégias de comunicação relacionadas a desenvolvimento são decisivas para a formulação do arcabouço conceitual do que seriam políticas nacionais de comunicação.

Na verdade, a contribuição de Beltrán representa, ademais da originalidade das suas idéias e das reflexões, a convergência de uma série de inquietações e propostas, que germinaram em todo o continente na década de 60 e criaram, nos círculos ligados aos estudos de comunicação, uma consciência de que o processo de desenvolvimento das indústrias da informação e da cultura na América Latina trilhava caminhos não necessariamente comprometidos com as expectativas de fortalecimento dos programas nacionais de desenvolvimento sócio-econômico (MARQUES DE MELO, 1989, p.22).

2.1.3.4 “Comunicação para a mudança social”

No momento histórico em que o conceito de comunicação participativa ganhava espaço (início da década de 1980), avançavam também o neoliberalismo e a globalização, que mudariam em pouco tempo as bases estruturais da economia, política, cultura e da comunicação no mundo (BELTRÁN S., 2005). Iniciava-se a década perdida para a economia, mas não para a reflexão nem para a ação de latino-americanos no sentido de se alcançar mudança social, segundo Beltrán.

Autores latino-americanos se complementam na defesa de que a comunicação deve cumprir papel estratégico para o processo de desenvolvimento baseado na participação popular, funcionando como facilitador das trocas e aproximações entre as pessoas de modo a fortalecer o tecido social. Nesse contexto, o entendimento de comunicação passa pela defesa da diversidade cultural. Fala-se também em informação como prática de formação e desenvolvimento da “cidadania comunicativa”¹¹.

Para Bordenave (1995), “sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo” (p.68). Esse autor entende diálogo como “a maior força para a participação” e destaca que não se limita a uma conversa, implicando, sim, em um participante “se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; participar a informação disponível” (p.50).

No início da década de 1990, no entanto, ainda prevaleciam três conceitos principais a respeito da relação entre comunicação e desenvolvimento na América Latina: comunicação de desenvolvimento, comunicação de apoio ao desenvolvimento e comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático (BELTRÁN S., 1993). O amplo avanço dos meios de comunicação, o surgimento de novas tecnologias e trabalhos sobre a mediação dos conteúdos dos meios de massa colaboram para a proposição de uma “comunicação para um outro desenvolvimento”¹², em que a comunicação passa a ser percebida como relação sociocultural e não como aparato de apoio aos programas de desenvolvimento (BELTRÁN S., 2005).

¹¹ Expressão do pesquisador boliviano Carlos Camacho, mencionada por Beltrán (2005, p. 30)

¹² Expressão de Rosa María Alfaro citada por Beltrán (2005), p. 26

O espanhol Alejandro Barranquero completa que vai se firmando, então, a noção de “comunicação para a mudança social” e destaca a importância de que seus programas sejam conduzidos com planejamento (BARRANQUERO, 2007).

Desde los años cuarenta, un sinnúmero de investigaciones realizadas en diferentes países del mundo han proporcionado la evidencia de que existe vínculos comprobables entre el desarrollo de un grupo humano y la comunicación. (...) Sin embargo, el cambio social positivo no aparece de forma causal o inmediata. Para promover una auténtica comunicación transformadora nuestras acciones tienen de estar intencionalmente dirigidas y sistemáticamente planificadas; es decir, han de responder a unas estrategias y a unos objetivos previos (BARRANQUERO, 2007, p.117).

Na condução de programas de comunicação para a mudança social, esse autor destaca a necessidade de flexibilidade metodológica à medida que “el método se construye en comunidad y se modifica en función de los problemas concretos que se vayan originando durante el proceso” (p.118), mas algumas premissas seriam fundamentais para que a comunicação cumpra seu papel de ser transformadora. Barranquero (2007) destaca:

- Interessa mais o processo – de transformação coletiva – que os próprios produtos (um programa de rádio, um vídeo, etc);
- Esse processo deve promover o acesso, a participação e a apropriação final do mesmo por parte dos próprios atores envolvidos;
- Deve ser contemplada a pertinência cultural das ações que se propõem, que devem se ater às particularidades de cada cultura e língua;
- Interessa criar um marco de atuação local, baseado no saber comunitário e na representatividade de todos os membros do grupo nas tomadas de decisão, evitando que o poder se concentre em alguns;
- Para evitar o excessivo localismo, é preciso estimular a organização em rede e vincular cada projeto com outras experiências similares em nível local, regional e global;
- Utilizar a metodologia ou meio apropriado a cada contexto, entendendo-os unicamente como meios e nunca como fins em si mesmos;
- Deve-se trabalhar, por último, com objetivos de médio e longo prazos, a única forma de se conseguir uma apropriação dos processos por parte da comunidade e uma mudança prolongada e sustentável.

No avançar da primeira década deste século, agências financiadoras e organizações não-governamentais investiram em ações pautadas na comunicação para o desenvolvimento participativo (ou para a mudança social), segundo BELTRÁN S. (2005). A Fundação Rockefeller, por exemplo, desde o final da década de 1990 difundiria ações de “comunicação para a mudança social”, entendidas como um processo de diálogo, privado e público, através do qual os participantes decidem quem são, o que querem e como podem obtê-lo.

De este concepto surge el planteamiento de que las comunidades deben ser actoras protagónicas de su propio desarrollo, de que la comunicación no debe ser necesariamente sinónimo de persuasión sino primordialmente mecanismo de diálogo horizontal e intercambio participativo y que, en vez de centrarse en forjar conductas individuales debe hacerlo en los comportamientos sociales condicentes con alzado los valores y las normas de las comunidades (BELTRÁN S., 2005, p. 32).

Segundo o autor, em 2003, a Fundação Rockefeller em aliança principalmente com o Communication Initiative y Panos London criou o Consórcio de Comunicação para a Mudança Social, entidade independente, sediada em Nova Iorque, que realiza trabalhos baseados nesse modelo de comunicação. Conforme Beltrán S. (2005), essa entidade desenvolve programas na África, Ásia e América Latina, com o apoio de uma rede mundial de profissionais que executam atividades aplicadas, de pesquisa e docência de comunicação. O propósito é auxiliar comunidades marginalizadas a criar e a manejar processos de melhoramento de sua vida com base na democracia, igualdade e tolerância.

Já em relação às ações de governos, Beltrán tece críticas quanto ao não-aproveitamento das potencialidades da comunicação:

En el presente primer quinquenio del tercer siglo de la humanidad la fe en las virtudes de la comunicación para promover la construcción del desarrollo democrático se mantiene en pie en Latinoamérica, en cierto grado y en algún modo, tanto en la práctica operativa como en la teorización profesional. Sucede ésto pese a que la gran mayoría de los gobiernos aun no la entiende a cabalidad ni la aprovecha plenamente y a que, lamentablemente, se la enseña apenas en un puñado del millar de facultades de comunicación con que cuenta hoy la región (BELTRÁN S., 2005, p. 31).

2.1.3.5 Comunicação participativa também na pauta da FAO/ONU

A orientação participativa é também adotada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), em que pese a continuidade da expressão “comunicação para o desenvolvimento” – “communication for development” ou

“comunicación para el desarrollo” em seus documentos. O principal objetivo do I Congresso Mundial sobre Comunicação para o Desenvolvimento, realizado em 2006, em Roma, foi inserir o campo de “comunicação para o desenvolvimento” na agenda de desenvolvimento e cooperação internacional (THE COMMUNICATIONS INITIATIVE et al. 2007).

Na publicação oficial que relata o contexto, objetivos, debates, parte dos artigos apresentados e recomendações desse Congresso, é amplamente reiterada a importância de que políticas nacionais incluam a comunicação participativa. Diferentemente da interpretação de “comunicação para o desenvolvimento” das décadas anteriores, quando se afiliava ao difusionismo e modernização, agora as Nações Unidas a definem como processo que “permite a comunidades manifestar-se livremente, expressar suas aspirações e preocupações e participar das decisões que dizem respeito ao seu desenvolvimento” (THE COMMUNICATIONS INITIATIVE et al., 2007, tradução da autora).

Na publicação (FAO/ONU, 2007) que reúne os artigos usados como preparação para a 9ª edição da mesa-redonda da ONU sobre o tema, ocorrida em Roma, em setembro de 2004, o enfoque também havia sido o modelo participativo de comunicação, tendo como ponto de partida a comunidade. Foram discutidas naquele evento diferentes perspectivas de desenvolvimento, sendo defendidos – conforme registro da publicação oficial do evento – os enfoques culturais, que refutam a busca por um modelo universal.

O desenvolvimento é um processo integral, multidimensional e dialético que pode diferir de sociedade para sociedade, de comunidade para comunidade, de contexto para contexto. (...) cada comunidade e cada sociedade deve definir sua própria estratégia de desenvolvimento sustentável” (SERVAES e MALIKHAO, 2007, p.07-08, tradução da autora).

Esses autores também reafirmam as “novas” concepções de comunicação, cultura e democracia participativa, conforme a publicação da FAO/ONU (2007). Para o primeiro campo, consideram o processo necessariamente bidirecional, com vistas a intercambiar informações sobre as quais há interesse por parte das comunidades, em detrimento da disseminação de informações para as quais se tenta criar demanda. Ao tratar de cultura, Servaes e Malikhao (2007) enfatizam que deve ser entendida como elemento central no debate de comunicação para o desenvolvimento, recomendando análises de múltiplas perspectivas. Sobre democracia participativa, os autores reconhecem que em muitas ocasiões os princípios democráticos se restringem ao papel, com governo e interesses privados mantendo o domínio dos meios de comunicação de massa, mas que estariam, paulatinamente, “mais sensibilizados

e adaptados aos ideais democráticos”. Ao mesmo tempo, estaria aumentando a alfabetização e a habilidade das pessoas em usar as tecnologias de comunicação.

No mesmo artigo, são discutidos, entre outros aspectos, o desequilíbrio dos recursos de comunicação (tradicionais e tecnológicos) entre os países/regiões, o avanço da globalização e da hibridação de culturas e a consolidação da sociedade do conhecimento, que é gerada, no entendimento desses autores, como resultado da assimilação de informação no cotidiano: “O verdadeiro conhecimento é mais que informação. Inclui o significado ou a interpretação da informação. (...) O significado não é algo que se entrega às pessoas; é algo que as pessoas criam/interpretam por si mesmas” (SERVAES e MALIKHAO, 2007, p.11).

É necessário, portanto, que os membros da comunidade interpretem e avaliem as informações que lhes interessam e, para isso, interessados em apoiar o processo devem entender o contexto no qual se desenvolve a comunicação. Essa postura, na avaliação de Servaes e Malikhao (2007), seria fundamental para que a sociedade melhore sua capacidade de aprender e agir com conhecimento.

No mesmo documento da FAO/ONU, Deane (2007) discute o papel central da comunicação para o alcance dos objetivos da Declaração do Milênio, que prevê para 2015: erradicação da extrema pobreza e da fome; acesso universal à educação primária; igualdade de gênero e de “empoderamento” da mulher; redução da mortalidade infantil; melhora da saúde materna; combate à Aids, malária e outras enfermidades; garantia da sustentabilidade do meio ambiente; e fomento a uma associação mundial para o desenvolvimento. Também esse autor, ao examinar diferentes modelos de comunicação com vistas ao desenvolvimento, reitera que a ação deve estar baseada nas perspectivas das pessoas participantes, que são os que têm mais a ganhar e a perder com o processo de desenvolvimento, com as estratégias de comunicação alicerçadas em comunicação horizontal.

2.1.4 Avanços da comunicação para a mudança social

Assumir a postura participativa prevista no modelo de comunicação para mudança social pode ser entendido como conquista de cidadania, segundo Peruzzo (2002). Essa autora destaca que cidadania, a qual se fundamenta em direitos e deveres do cidadão, vai além das

dimensões de liberdade individual (como liberdade, igualdade, locomoção, justiça) e participação política. Abrange também direitos sociais e coletivos, como direito das mulheres, direito ao desenvolvimento, direito à paz, ao meio ambiente. O acesso à informação e aos canais de expressão é também considerado por ela como um direito de cidadania, inscrito entre os direitos da pessoa.

E nos idos deste século, ainda que lentamente, há indícios de que a fundamentação da comunicação participativa ou para a mudança social vem se concretizando. Ações interpessoais e também via meios formais de comunicação empreendidas por movimentos sociais, organizações não-governamentais, igrejas e núcleos comunitários seriam exemplos desse avanço. “A cidadania é sempre uma conquista do povo. A ampliação dos direitos de cidadania depende da ‘capacidade política’ dos cidadãos, da qualidade participativa desenvolvida” (Peruzzo, 2002, p.5.).

O estudioso das áreas de comunicação e cultura Jesús Martín-Barbero, espanhol com pesquisas focadas na América Latina, considera haver nítidos avanços na formação de cidadãos nesses países, em boa parte resultante do trabalho de movimentos sociais.

Neste momento [1999], o que vejo é a multiplicidade de pequenos movimentos, um pouco tateantes, construindo algo que tem traços de cidadania, por um lado, uma superação, em certa medida, do silêncio. Isto é, existe uma insubmissão, uma rebeldia frente ao poder da Igreja, frente ao poder do Estado, frente ao poder da escola... frente a muitos poderes. (MARTÍN-BARBERO, entrevista a FÍGARO e BACCEGA, 1999, p.80)

Martín-Barbero ressalta a existência de uma “nova sociabilidade”, de uma “nova agenda de temas importantes para as pessoas” decorrente da articulação paulatina de movimentos pequenos, mas capazes de influenciar a escola, meios de comunicação municipais e comunitários entre outros de modo a criar redes eficazes para potencializar vozes dispersas no espaço regional e mesmo em âmbito nacional. “Dessa multiplicidade, vejo que está surgindo uma nova cidadania” (p.9 on-line).

Ao estudar as relações entre comunicação e educação no processo de conquista de cidadania, priorizando a comunicação implementada por organizações, movimentos populares e ONGs, Peruzzo (2002) conclui que seria “possível visualizar a concretização, na prática, dos princípios da comunicação horizontal” (p.10). Os meios de comunicação usados por esses grupos, segundo a autora, assumem papel educativo pelo conteúdo de suas mensagens e também pela oportunidade que concedem no processo de sua elaboração.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita à pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados (...). A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura (PERUZZO, 2002, p.10).

Os avanços da comunicação popular/comunitária, segundo a autora, são vistos principalmente a partir de meados dos anos 90, tanto no sentido de entidades se apropriarem das tecnologias de comunicação, em especial do rádio, TV e, mais recentemente, da internet, em substituição aos antes simples e restritos meios utilizados, para a divulgação de suas mensagens, quanto em sua capacidade de inserir seus pontos de vista na pauta de canais tradicionais de informação. Conforme Peruzzo (2002), também o interesse do público (audiência) por temas voltados a realidades locais ou por assuntos segmentados contribuiu para essa mudança do *mainstream* da mídia.

Não só para o meio rural, mas para todo o movimento popular nacional, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é um caso emblemático de organização em busca de direitos sociais. Com base em relato da jornalista Cácia Cortez, então responsável pela comunicação do MST, no I Simpósio Comunicação, Cultura e Política, de setembro de 1997 (CORTEZ, 1999), pode-se dizer que o Movimento exemplifica o amadurecimento que iniciativas sociais estariam obtendo sobre o uso amplo da comunicação.

De acordo com Cortez (1999), o trabalho de comunicação do MST foi construído num processo lento, com muitos impasses. Sem apoio da mídia e mesmo sem contar com profissionais de comunicação, o Movimento assumiu a produção de material informativo voltado para o próprio grupo e também ao público externo. “Para nós, a comunicação não é um apêndice, uma coisa paralela, à parte. Ela faz parte das ações, tanto que, no MST, o setor de comunicação é tão importante quanto o setor de produção, que é quem ajuda a pensar e organizar os assentamentos” (p.134).

Também no contexto de reforma agrária, Sebastião Geraldo analisa em sua tese de pós-doutorado apresentada à ECA-USP em 2002 o cotidiano e a comunicação no assentamento 17 de Abril, da fazenda Boa Sorte, em Restinga (SP). Seu entendimento de comunicação coincide com o adotado pela tese ora desenvolvida. Para Geraldo (2002), a análise da comunicação implica “falar de cultura e de relação, portanto na dimensão mais profunda da interdisciplinaridade” (p.104). Em sua análise, o pesquisador destaca a

importância dos processos de comunicação desde a mobilização para a ocupação do Horto Florestal da Fazenda Boa Sorte. Essa fase inicial, comenta, “ocorre a partir de um processo intenso de comunicação, de interação e até de persuasão” (p.104). A comunicação nesse grupo, no entanto, teria como característica essencial a participação, segundo o autor.

A prática da comunicação no assentamento é também destacada pelo pesquisador como o espaço de conflito, de mediações sociais, de negociação. Ele comenta que é através da comunicação que os sujeitos interagem, manifestam suas divergências e, assim, exercem sua participação na comunidade. “A comunicação tem o compromisso de agitar os valores que estão sendo construídos e outros que estão sendo rejeitados” (GERALDO, 2002, p.113).

Nesse contexto, Geraldo (2002) conclui que a comunicação funciona como um elo das iniciativas que se processam no dia-a-dia do assentamento, que compõe a integridade das relações sociais. “Não é um fragmento, ela sustenta e se sustenta na constituição cotidiana e na tentativa incessante de criação desse espaço [social]. Não pode ser dissociada dos processos históricos, políticos e culturais pois está manifesta na concretização dessas práticas” (p.125).

Segundo o autor, as condições daquele grupo não permitiam no período o uso de técnicas avançadas de comunicação, predominando a oralidade que, por sua vez, vinha a reiterar o “potencial emancipador e transformador da palavra” (GERALDO, 2002, p.125).

2.1.5 Comunicação rural face ao participativo

Na década de 1970 e início dos anos oitentas, como se viu, a literatura latino-americana desenvolveu a base conceitual da comunicação participativa como meio de contribuir para o desenvolvimento. No entanto, conforme Fett (1993) em artigo publicado nos anais do XI Congresso da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação) de 1988, que teve como tema “Comunicação Rural”, continuava difícil encontrar iniciativas concretas de comunicação participativa, ainda que esse conceito figurasse na maioria dos artigos de desenvolvimento rural da época.

Passada uma década daquele evento, ao apresentar um balanço das principais tendências assumidas pela comunicação rural até o final do século, Callou (1999) reiterava que ainda eram insignificantes os avanços, apesar de as pesquisas estarem se desenvolvendo para além do difusionismo.

Em artigo mais recente, no entanto, o mesmo autor já encontra argumentos para falar sobre as mudanças teórico-metodológicas que começavam a haver na comunicação rural no Brasil. Segundo Callou (2004), esse movimento seria explicado por pelo menos três fatores. O primeiro era a influência dos estudos na temática de desenvolvimento local, “compreendido como um processo de concertação/orquestração dos diferentes atores sociais empenhados no desenvolvimento sustentável das potencialidades econômicas endógenas” (versão on-line). Essa perspectiva privilegia os contextos populares em detrimento de políticas governamentais amplas de desenvolvimento. Outro fator seria a influência dos Estudos Culturais nas pesquisas em comunicação na América Latina – como dito, popularizaram-se na região na década de 1990 – e, o terceiro, as novas concepções sobre o rural brasileiro, relacionando as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Esse autor destaca a importância da participação popular, mas vista de forma atualizada. Com essa expressão, Callou critica o significado que participação popular estaria assumindo recentemente em programas públicos que convidam “as populações rurais [para que] participem dos processos de ‘concertação’ através de associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local” (CALLOU, 2006, p.15). A participação popular nos anos recentes, segundo a interpretação desse autor, assemelha-se a um tipo de “passaporte-cidadão”, a “mero arremedo teórico”, podendo até mesmo funcionar como “estratégia de manipulação”, bem distinta do significado de conquista que tinha nos movimentos populares dos anos sessentas e setentas. “Nestes termos, é de se perguntar se a ação participativa não está sendo moldada nos antigos padrões embraterianos¹³ e do desenvolvimento de comunidades, já criticados, como vimos, por pesquisadores dos anos 1970/80?” (CALLOU, 2006, p.15)

Em meados da primeira década do século XXI, esse autor considera ainda “folgados os laços que unem extensão rural ao desenvolvimento local” (CALLOU, 2006, p.17), sob risco de assim continuarem, segundo o autor, se “zonas vizinhas” como a agroecologia e a economia solidária não forem aproveitadas teoricamente pela extensão rural. “As palavras-chave ‘desenvolvimento’, ‘educação’, ‘participação’ por si sós não dão conta, se é que algum dia deram, do quefazer da Extensão Rural no Brasil atual” (CALLOU, 2006, p.19).

¹³ Referente à Embrater, criada pelo governo Geisel, em 1975 para coordenar as atividades de Ater do País.

Callou (2000) chama a atenção também para as novas formas de comunicação rural tendo em vista a emergência das tecnologias de comunicação. Uma das destacadas por ele é a educação (informal) a distância, em paralelo ao tradicional face a face – entre entidades de “extensão” e a população rural. No ano 2000, Callou se mostra otimista com o potencial das tecnologias, mas afirma que a comunicação rural ainda não estaria teoricamente estruturada para enfrentar tal desafio. Apesar disso, o impacto das novas tecnologias sobre toda a sociedade, abrangendo, portanto, a rural, não poderia ser ignorado.

2.1.5.1 Extensão rural nacional renovada

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) tem seus alicerces na participação dos diversos atores que constituem a agricultura familiar. A Pnater foi lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2003 após muitos debates entre governo e sociedade civil, implementada a partir de 2004 e instituída através da Lei nº 12.188 em 2010¹⁴ (PETTAN, 2010). Esta lei institui também o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), definido como principal instrumento de implementação da Pnater (BRASIL, 2004).

Apesar de manter a expressão *extensão rural*¹⁵, seu texto é bastante alinhado à teoria de comunicação para a mudança social. A Pnater propõe modelo descentralizado, com abertura para iniciativas regionais, recomendando metodologias de trabalho educativas e participativas, fomentando o fortalecimento da cidadania. Sua missão explicita o interesse de “participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004, p.9).

Aos agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater e Ates¹⁶), é recomendada postura dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, o que vem a representar a adoção de metodologias participativas, baseadas na pedagogia construtivista e humanista,

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm Acesso 12.abr.11

¹⁵ Faz-se menção à abordagem crítica de Freire (1971) que, ao analisar semanticamente o termo extensão, coloca-o em oposição à *educação*, que se apresenta, ao menos na teoria, como propósito da Política em questão.

¹⁶ Assessoria Técnica, Social e Ambiental adotada pelo Incra.

partindo-se da realidade e do conhecimento local. Os protagonistas das ações da nova Ater, segundo o documento, devem ser os beneficiários de tais programas.

Pettan (2010), que realiza profunda análise das proposições e prática da Pnater em sua tese de doutorado desenvolvida na Feagri/Unicamp, constata que, de fato, estão havendo mudanças na ação dos extensionistas orientadas pelos princípios da Ater agroecológica. Em suas conclusões, esse pesquisador destaca que “embora muitos autores tenham apontado dificuldades na implementação da política analisada, os resultados desta [sua] pesquisa demonstram que tanto os extensionistas quanto as organizações de Ater estão se ajustando às novas proposições demonstrando avanços na sua implementação” (p.337).

A Pnater é voltada exclusivamente a produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em especial de sua Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). É previsto o apoio tanto a atividades agrícolas quanto a não-agrícolas, pesqueiras e de extrativismo entre outras concebidas no âmbito da agricultura familiar (BRASIL, 2004).

Com o objetivo geral de “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável”, as estratégias da Pnater tratam de inclusão social, desenvolvimento econômico e aspectos ambientais. Sob essa diretriz, a recomendação é que sejam adotados princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

Caporal e Costabeber (2000) chegam a conceber como sinônimos a “*nova Extensão Rural*” e “*Extensão Rural Agroecológica*”, considerado-a:

Esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis (p.2).

Em síntese, comentam os autores, um enfoque oposto ao difusionismo praticado na Revolução Verde, com o ensino dando lugar à aprendizagem, concebida no contexto como “construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agricultura e de manejo dos recursos naturais capazes de estabelecer patamares crescentes de sustentabilidade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.8). O cerne da nova concepção de extensão rural, conforme esses autores, é a construção conjunta de saberes ecológicos, agrônômicos,

econômicos e sociais, pela interação de agricultores, extensionistas, pesquisadores e sociedade local, com vistas à sustentabilidade crescente.

O enfoque agroecológico destacado na Pnater, no entanto, pode sugerir uma inclinação para o agrícola, apesar de ser textualmente declarado que a Política deve apoiar também atividades não-agrícolas. Sobre esse aspecto, Callou (2006) observa: “as novas ruralidades, apontadas por muitos estudiosos como elementos importantes do desenvolvimento do meio rural hoje, embora apareçam nos objetivos da ATER como ‘atividades não agrícolas’, não se desdobram nas diretrizes que elabora” (p.19).

2.1.5.2 A extensão oficial em assentamentos de São Paulo

No estado de São Paulo, o planejamento e execução de políticas agrária e fundiária do governo estadual são conduzidos pela Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). O governo federal também atua com essas questões nas unidades da federação, através das Superintendências Regionais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsáveis pela coordenação e execução das atividades¹⁷. Além disso, o Incra também é responsável pela implementação de assentamentos nos estados. Em São Paulo, segundo informações do site do Itesp (FUNDAÇÃO ITESP, 2011), o governo estadual havia implementado 127 assentamentos (sob responsabilidade do Itesp) e o federal, 41 (Incra) até meados de 2011.

O trabalho de extensão dos profissionais do Incra é orientado pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Criado em 2003, ano em que a Pnater foi lançada, o Programa de Ates tem como referencial o que está proposto nesta Política Nacional (INCRA, 2008). Suas especificações constam do Manual Operacional da Ates, aprovado em 31 de outubro de 2008. Segundo Silva e Araujo (2008), a Ates tem alguns avanços de concepção comparativamente ao Projeto Lumiar, de 1997, ao qual sucedeu. Diferente daquele que, conforme os autores, baseava-se no produtivismo, a Ates leva em consideração os agroecossistemas, busca novos enfoques metodológicos e tem como norte a agroecologia, o que confirma a Pnater como seu referencial.

¹⁷ Essas unidades atuam, também, nas atividades de atualização e disseminação dos dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Incra.

Por sua vez, as ações do Itesp relativas à comunicação com assentados podem ser analisadas com base no já quase debutante (sua primeira edição é de 1998) *Cultivando Sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária*, da série Cadernos Itesp (FUNDAÇÃO ITESP, 1998). Apesar de ter sido elaborado há 13 anos, não se tem notícia de documento mais atualizado acerca da assistência técnica e extensão rural da Fundação Itesp.

Nessa publicação, elaborada, portanto, antes da Pnater e da Ates, é também defendida a postura participativa dos assentados na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, com o técnico levando em conta a lógica e os conhecimentos desse agricultor. É proposta, também, a formação continuada dos técnicos e dos assentados. No entanto, as atividades a serem apoiadas se restringem ao campo agropecuário, não sendo incorporadas – talvez, pelo momento em que foi elaborada – as concepções mais atuais de desenvolvimento rural que valorizam também as atividades não-agrícolas.

Cultivando Sonhos propõe ações para o desenvolvimento integral dos assentados, o que inclui, além de programas voltados para a atividade econômica dos lotes, aspectos sociais e culturais que favoreçam o alcance da emancipação desses produtores. É preconizada ainda a incorporação de conceitos ecológicos e ambientais, mas, em linhas gerais, não se encontram orientações que se aproximem de enfoques alternativos ao modelo de produção convencional.

Com o objetivo de analisar a proximidade que há entre discurso e prática do serviço de assistência técnica e extensão rural da Fundação Itesp, Taveira (2005) realizou pesquisa com agricultores de dois assentamentos do Pontal do Paranapanema (SP), o Santa Rosa e o Rancho Grande – dissertação de mestrado desenvolvida na Feagri/Unicamp. O pesquisador buscava saber se esse serviço atendia às expectativas de seu público e se as características socioeconômicas interferiam na avaliação individual dos assentados.

Ele constata que o perfil socioeconômico é, sim, determinante para a avaliação que os assentados fazem do serviço de extensão rural da Fundação Itesp, o qual não correspondia às expectativas. Em suas conclusões, Taveira (2005) aponta que há divergências entre o que a Fundação Itesp diz ser importante em seu trabalho (expresso nos *Cadernos Itesp*) e o que seus dirigentes expressaram nos relatórios de atividades. O pesquisador destaca que os novos pressupostos da extensão rural não estavam sendo postos em prática e tampouco eram demandados claramente pelos assentados. “Suas atitudes em relação ao serviço de extensão rural demonstraram que o serviço demandado era diferente do serviço ofertado” (p.110).

2.2 A multidimensionalidade do Desenvolvimento

Desenvolvimento firmou-se como uma das ideias-chave das ciências sociais na segunda metade do século passado, período em que era criada a Organização das Nações Unidas (1945) e países então ditos de “Terceiro Mundo” avançavam em sua emancipação (SACHS, prefácio de VEIGA, 2005). A questão do desenvolvimento configurava-se “uma problemática ampla de caráter pluri e transdisciplinar, atravessada por polêmicas vivas de caráter ideológico e teórico”, segundo Sachs (p.9, VEIGA, 2005).

Nesse contexto, vão sendo superadas as teorias que tentavam igualar desenvolvimento a crescimento econômico – ainda que não seja desconsiderada a importância do crescimento econômico para o desenvolvimento. O conceito vai agregando elementos da cultura, política e das complexas relações com o meio ambiente.

No contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria atrasada e exausta dos trabalhadores pobres (SACHS, 2008, p.13).

Autoridade em economia, o pensador brasileiro Celso Furtado também é crítico ao crescimento econômico “tal qual o conhecemos” e defende esforços em direção ao desenvolvimento, que se caracteriza, dizia o autor, “pelo seu projeto social subjacente”.

Disponer de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo (FURTADO, 2004, p.484)

Para Veiga (2005), há três respostas básicas à pergunta “o que é desenvolvimento”. A primeira seria a anacrônica sinonimização a crescimento econômico; outra recorre ao campo da ilusão, de mito, de que desenvolvimento seria manipulação ideológica. Apontada pelo autor como a resposta mais complexa estaria a que representa o “caminho do meio”. Os fundamentos dessa resposta, segundo Veiga, devem ser buscados na obra do indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sen é também amplamente

reconhecido por ter colaborado com o economista paquistanês Mahbub ul Haq na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, de forma complementar ao Produto Interno Bruto, que trata da riqueza *per capita*, considera também a longevidade e a educação formal.

Nas palavras de Veiga (2005), a obra *Desenvolvimento como Liberdade* que reúne conferências de Sen é “certamente [a que] mais traz respostas positivas e diretas à pergunta: o que é desenvolvimento” (p.33). Para esse autor brasileiro, Sen demonstra “a necessidade de se reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em mundo marcado por um grau de opulência que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás” (VEIGA, 2005, p.33).

Na referida obra (SEN, 2000), desenvolvimento é apresentado como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p.17). A liberdade é o principal fim do desenvolvimento e, portanto, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p.18).

Considera-se particularmente atraente a relação que Sen estabelece entre as liberdades individuais e o desenvolvimento social. Para ele, o que as pessoas conseguem realizar individualmente depende das oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e ainda do que chama de condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo para iniciativas. Por sua vez, as disposições institucionais que proporcionam essas condições são influenciadas pelas ações individuais à medida que as pessoas participam com liberdade de escolhas sociais e de tomadas de decisões públicas que podem estimular a geração dessas oportunidades. “Na visão do ‘desenvolvimento como liberdade’, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral” (SEN, 2000, p.25). As liberdades instrumentais citadas por Sen são as seguintes: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável - e até mesmo o papel positivo da paciência construtiva (SEN, 2000, pag.26).

A relação entre desenvolvimento e liberdades individuais apresentada por Sen, no entanto, é criticada por alguns autores. Muitas dessas apreciações relacionam negativamente o discurso desse economista ao afastamento do Estado, comportamento típico do liberalismo. Entre os críticos às ideias de Sen, Oliveira (2007) considera que o indiano não inclui em sua discussão as relações de poder tanto no que diz respeito às relações entre países quanto no plano micro e, disso, decorreria a “acentuada crença na capacidade de transformação que está nas mãos do agente” (p.11). Para Oliveira, Sen produz um discurso circular e vicioso, já que a liberdade precisa estar no começo e no final. “Assim, essa noção não parece ser portadora de um sentido de mudança real” (p.14). Esse pesquisador brasileiro argumenta ainda que a proposição central da obra de Sen não é propriamente original, podendo ser interpretada como contribuição à sofisticação dos princípios do liberalismo, ou “mais do mesmo”.

Ainda que se reconheça a validade de observações como essas em algumas sociedades, crê-se que, no Brasil, o espaço institucional permite que as pessoas assumam postura de envolvimento ativo na “realização” de suas vidas. Posto isso, o esforço deve, então, voltar-se para o arranjo de “oportunidades sociais adequadas” que proporcionem aos indivíduos ações em direção à melhora das condições de vida conforme o entendimento de cada um. Corroborando essa perspectiva, podem ser acrescentadas reflexões de Ignacy Sachs que incluem no conceito de desenvolvimento a manifestação de potencialidades, talentos e imaginação de cada ser humano “na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos” (SACHS, 2008, p.35).

Ao discutir a interpretação de desenvolvimento assumida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) em seus relatórios anuais, Veiga (2005) observa o destaque dado à ideia de que as pessoas têm de viver o tipo de vida que escolherem, devendo dispor de instrumentos e oportunidades para fazerem suas escolhas. Assim, para muito além das variáveis econômicas, o conceito de desenvolvimento revela estreita relação com proteção dos direitos humanos e aprofundamento da democracia.

De fato. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2009/2010, lê-se:

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem do desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas experiências, seus problemas e a partir disso tentar enxergar o todo. O desenvolvimento humano é feito de baixo para cima e não de cima para baixo: ele é baseado na participação de todos e no amadurecimento dessa participação através do estímulo à razão pública. (...)

A renda é importante, sim, mas como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim. (...) O desenvolvimento humano envolve escolhas. Envolve um debate sobre o que é mais importante, sobre o que é valorizado pelas pessoas para que suas vidas sejam melhores e mais felizes (PNUD, 2009, p.13).

Neste mesmo Relatório, encontram-se argumentos que reiteram com precisão o descrito na teoria da Comunicação para a Mudança Social. A comunicação é descrita como essencial para o desenvolvimento humano à medida que proporciona a troca de ideias e gera o espaço para que surjam críticas e se pratique o respeito a divergências. “A comunicação é fundamental para a construção da razão pública, pois ela permite um engajamento dos indivíduos (...). Cabe à comunicação não somente informar os indivíduos mas também possibilitar canais para que eles se expressem” (PNUD, 2009, p.44).

2.2.1 Desenvolvimento rural sustentável

Essas ideias gerais sobre desenvolvimento humano avançam atreladas às premissas de sustentabilidade também ambiental. Conforme Sachs (1994), já em 1972, o Relatório Founex e a Declaração de Estocolmo e, em 1974, a Declaração de Coccoyoc manifestavam a necessidade de serem projetadas e implementadas estratégias de desenvolvimento que fossem, além do econômico, também social e ambientalmente adequadas. O objetivo passava a ser “desenvolvimento sócio-econômico equitativo”, ou *eco-desenvolvimento*, expressão que seria rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como *desenvolvimento sustentável* (SACHS, 1994, p.30 – grifos do autor).

No entanto, a combinação de *desenvolvimento a sustentável*, segundo Sachs (1994), já foi indevidamente considerada um oxímoro devido a um mal-entendido semântico. Essa observação de Sachs é feita no contexto da polêmica criada acerca do Relatório Brundtland, formulado em 1975 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em que eram contrapostos “crescimento quantitativo” e “desenvolvimento qualitativo”. É neste relatório que é apresentada a clássica definição de desenvolvimento sustentável sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CASTRO, 2006).

Na avaliação de Sachs (1994), a transição de um modelo de desenvolvimento baseado em crescimento econômico para outro que alcance as cinco dimensões da sustentabilidade (segundo Sachs, social, econômica, ecológica, espacial e cultural), deve se estender ao longo de várias décadas. Em suas proposições, esse autor defende que os países industrializados assumam parcela mais que proporcional dos custos de transição e dos ajustes tecnológicos. Entende também que as estratégias para essa mudança dependerão “da ousadia das mudanças institucionais, da habilidade de se projetarem pacotes de políticas multidimensionais e da capacidade de se redirecionar o progresso tecnológico”, ao mesmo tempo em que haja “mudanças nos estilos de vida, padrões de consumo e funções de produção, mediante a incorporação de técnicas ambientalmente adequadas e fazendo-se escolhas locais corretas” (SACHS, 1994, p.43-44)

Sachs propõe ainda que seja “encontrado um novo tipo de parceria entre todos os atores envolvidos, bem como uma nova distribuição de poder entre o Estado, as empresas e o que surge como terceiro sistema, os movimentos e as associações de cidadãos. Nenhum desses grupos pode executar a tarefa sozinho” (SACHS, 1994, p.43). A ampliação da democracia participativa em todos os níveis é, para esse economista polonês, condição fundamental para que se avance em direção ao desenvolvimento equitativo.

A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo (SACHS, p.10, prefácio de VEIGA, 2005).

Ao analisar as diferentes definições de sustentabilidade para a agricultura e desenvolvimento rural, Almeida (1997) constata muitas imprecisões, dúvidas e mesmo contradições. Para esse pesquisador, isso acontece, por um lado, devido à generalização das práticas antes designadas como “alternativas” e, de outro, pelo fato de a agricultura convencional apresentar mudanças em uma direção ainda não muito clara. Em sua avaliação, o debate político e científico ainda não superou o impasse entre duas correntes principais: a referenciada na economia, a partir da qual se pensa o social e a natureza, e a que representa uma nova forma de se pensar os elementos econômicos, sociais e ambientais.

Almeida (1997) defende um modelo de desenvolvimento sustentável que seja capaz de atender às necessidades de grupos sociais através de gestão democrática da diversidade,

mantendo o foco no conjunto da sociedade. O modelo endossado por esse agrônomo pós-doutorado em sociologia teria como bases da sua sustentabilidade o reconhecimento e articulação de diferentes formas de organização e de demandas. Seria um “modelo rico em alternativas” para que fossem enfrentadas as complexas questões sociais e ambientais. “É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos” (p.52-53).

Schneider e Tartaruga (2005) também atrelam desenvolvimento rural a processo de mudanças sociais que venham a melhorar a qualidade de vida, a ampliar a justiça social, a liberdade individual e a emancipação política. Para esses autores, desenvolvimento rural “é o processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (p.17).

A *praxis* do desenvolvimento rural se dá numa base territorial – local ou regional –, onde interagem diversos setores produtivos e de apoio, influenciando-se mutuamente (KAGEYAMA, 2008). A constituição de um território, conforme Moraes (2005), representa um processo cumulativo, em movimento, diretamente relacionado com a dinâmica da sociedade que ocupa tal espaço – território, portanto, não se restringe a espaço. O território “expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais” (MORAES, 2005, p.46), é “produto explicável pelo processo de sua formação” (p.53). Schneider e Tartaruga (2005) completam que território pode ser entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas em determinado espaço entre seus diversos atores, onde ocorrem reciprocidades, cooperação, concorrência, disputa etc. “Os territórios não possuem apenas uma dimensão econômica e material, mas também cultural e cognitiva e, neste sentido, são um resultado” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.16).

Wanderley (2009) reitera que uma nova visão do rural está em curso, na qual são conjugadas as atividades produtivas, especialmente as agropecuárias, e as que atribuem ao meio o caráter de patrimônio a ser usufruído e preservado. Os fluxos migratórios tanto do campo para a cidade como o inverso são fomentados pela combinação da nova dinâmica do campo à crise do modo de vida urbano (WANDERLEY, 2000).

Extrapolando a clássica dualidade entre completa urbanização do rural ou o seu renascimento, Veiga (2006) fala em “casamento da cidade e do campo” e, a exemplo de

Wanderley (2009), sinaliza o “nascimento” – e não *renascimento* – de uma nova ruralidade. Ao meio rural caberiam as funções de “conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades e exploração de novas fontes de energia” (VEIGA, 2006, p.335). Para Wanderley (2009), o meio rural passou a ser percebido “como portador de soluções” (p.289) ao apresentar alternativas de emprego, de melhoria qualidade de vida e de aprofundamento das relações sociais pessoais.

Numa abordagem mais aplicada, Kageyama (2008) destaca que, “no Brasil, a agricultura continua, sem dúvidas, a ser a principal atividade do meio rural e, por conseguinte, não pode ser desprezada na análise do desenvolvimento rural” (p.69). No entanto, a diversidade – de atores envolvidos, de atividades empreendidas e de padrões de motivações – e a multifuncionalidade do rural – que implica em novas formas de uso da terra, do trabalho, do conhecimento e da natureza – também são características fundamentais do processo.

O desenvolvimento rural consiste então numa grande variedade de novas atividades como produção de bens de alta qualidade ou região-específicos, a conservação da natureza e da paisagem e o agri-turismo, as quais se caracterizam pela multidimensionalidade, multifuncionalidade e elevado grau de integração (KAGEYAMA, 2008, p.70).

Recuperando proposições de Van der Ploeg et al. (2000), essa autora sintetiza que, notadamente na Europa, o paradigma da modernização da agricultura como principal meio para se elevar a renda e levar desenvolvimento às comunidades rurais tem sido suplantado pelo paradigma do desenvolvimento rural. Segundo Kageyama (2008), a exemplo do contexto brasileiro, também na Europa, a agricultura mantém a centralidade do processo, mas são buscadas estratégias que tentam reconstruí-la não da perspectiva do estabelecimento rural, mas em termos regionais e mesmo em contexto com a economia rural como um todo.

Entre os novos objetivos dessa agricultura, são destacadas a produção de bens públicos, como preservação da paisagem, sinergias com ecossistemas locais, valorização das economias de escopo em detrimento da de escala e a pluriatividade das famílias rurais – diversificação das atividades que geram renda. Trata-se de buscar a oferta de novos produtos e serviços para novos mercados, baseados em novas opções tecnológicas (KAGEYAMA, 2008).

Nesse contexto, a nova agricultura deve se esforçar para diminuir a dependência por insumos externos, o que reduziria os custos de produção e também otimizaria o uso de recursos endógenos, e que sejam ambientalmente adequadas. São incluídas ainda práticas de

cooperação, pluriatividade – em busca de economia de escopo – e maior controle sobre os processos de trabalho.

Essas características do modelo de desenvolvimento rural são apresentadas como alternativas ao de modernização da agricultura, o qual se caracteriza por agricultores com perfil de empresários agrícolas, produções especializadas, especialmente de *commodities*, que obtêm ganhos de escala, baseadas no uso intensivo de insumos e orientadas para poucos mercados. Apesar da contraposição de modelos, Kageyama (2008) destaca que, diferente da Europa, no Brasil, em muitas ocasiões, “o desenvolvimento rural ainda deverá se aproveitar da elevação da produtividade e da renda proporcionada pela modernização agrícola” (p.62).

No País, as discussões acerca de desenvolvimento rural ganham força na década de 1990, segundo Kageyama (2008), estimuladas pelo fortalecimento do debate sobre a agricultura familiar, que avança enquanto categoria política e ganha apoio do Estado através do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e também pela mudança de postura das elites agrárias quanto a políticas sociais e compensatórias para o meio rural. Segundo essa autora, a “sustentabilidade ambiental veio a ser o último fator a contribuir para o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil” (p.68).

2.3 Agricultura Familiar

“Desenvolvimento não se dissocia mais de valores, como equidade e justiça social. A sustentabilidade impõe exigências à rentabilidade meramente econômica. As possibilidades de escolha dos diversos atores sociais, em diálogo, se contrapõem à visão da irreversibilidade dos processos dominantes. O camponês é um ator da sociedade e não um mero produtor de mercadorias” (WANDERLEY, 2010, p.39).

Partindo da co-existência de arranjos variados no meio rural brasileiro, Maria de Nazareth Baudel Wanderley apresenta em sua obra mais recente, *O mundo rural como um espaço de vida*, rica contextualização da agricultura familiar. Segundo essa especialista, que é adotada nesta tese como leitura orientadora sobre a temática, multiplicaram-se nas sociedades

modernas as formas de agricultura familiar não-camponesa – para Wanderley (2009), a agricultura camponesa está na origem dos estudos da organização familiar de produção.

Wanderley (2009) explica que alguns estudiosos interpretam a presença de agricultores familiares modernos como o resultado de uma “ruptura profunda e definitiva” em relação ao passado. Mas, essa pesquisadora defende que o agricultor familiar moderno carrega traços de uma tradição camponesa, os quais, justamente, lhe permitiriam se adaptar às novas exigências da sociedade. Para ela, ao invés da polarização entre capital e trabalho, a relação autonomia-subordinação é que definiria o campesinato na sociedade moderna.

Dado que a “sobrevivência” do campesinato ao desenvolvimento do capitalismo é incontestável para Wanderley (2009), essa autora realoca o eixo das reflexões para o lugar que o campesinato ocupa em cada sociedade. Trata-se agora, diz, de “compreender o agricultor familiar como um ator social partícipe pleno do progresso, da sua sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural” (p.16). Os agricultores familiares são, segundo ela, percebidos como protagonistas dos processos sociais que vivenciam e, seu lugar na sociedade, “longe de corresponder a um destino (...), emerge como resultado de sua capacidade de resistência e de inovações ante as imposições ‘externas’ da sociedade” (p.16).

As definições sobre campesinato ou camponês podem variar, a depender do ponto de análise assumido pelo autor. Na busca por contornos sobre tal conceito, opta-se pela definição apresentada por Wanderley (2009) ao se basear em Henri Mendras, fundador da sociologia rural francesa. Para esse pesquisador, no campesinato tradicional, há forte entrelaçamento das dimensões econômica, social, política e cultural.

As sociedades rurais (camponesas) tradicionais apresentam cinco características: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimentos; a presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (WANDERLEY, 2009, p.207).

A agricultura camponesa, explica a autora, não é sinônimo de agricultura de subsistência; assim como o trabalho externo dos membros da família não significa a degradação dessa forma de agricultura, podendo mesmo ser considerado positivo à medida que reforça as condições para a família realizar suas estratégias de reprodução. “A agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar

suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas” (WANDERLEY, 2009, p.163).

A respeito do conceito de agricultura familiar, Wanderley (2009) o considera genérico à medida que incorpora um conjunto de situações específicas. Como ponto de partida, diz, pode ser “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009, p.156), mantendo a autonomia da gestão (WANDERLEY, 2001). O fato de o arranjo combinar intimamente família-produção-trabalho tem conseqüências para a forma como essa unidade de produção age econômica e socialmente, ressalta a autora.

Para ela, ainda que o conceito de agricultura familiar represente uma “identidade atribuída”, a maioria dos agricultores incorporaria seu significado e, por isso, defende que esse conceito seja afirmado, em que pesem opiniões contrárias. Segundo a autora, remete às “qualidades positivamente valorizadas e para o lugar deste tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento” (WANDERLEY, 2009, p.198).

Delma Pessanha Neves é uma das pesquisadoras brasileiras que mais têm se dedicado à análise do termo agricultura ou agricultor familiar na acepção adotada no País – onde se desvincula de “camponês” e de eventuais ônus relacionados a esse termo¹⁸. Para ela, os significados que vêm lhe sendo atribuídos “destacam as vantagens do abandono do recorrente e incômodo desacordo em torno dos significados, na sociedade brasileira, associados aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis (atrasados, resistentes à mudança, semialbetizados e tantos outros mais desabonos sociais)” (NEVES, 2007a, p.3).

Ao discutir as implicações metodológicas da expressão agricultura ou agricultor familiar, considerada por essa autora como categoria socioprofissional, ela resume:

No Brasil, o termo *agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas (...). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica” (NEVES, 2007b, p.15).

¹⁸ Conforme Wanderley (2009), “os camponeses eram compreendidos como anticapitalistas, portadores de um grande potencial revolucionário” (p.12).

Conforme Wanderley (2009), uma proposta original de entendimento dos processos internos das unidades familiares de produção na agricultura, e que se manteria atual, é elaborada por Alexandr V. Chayanov a partir de estudos sobre o campesinato russo da década de 1920. Chayanov, nascido em 1888, era economista e engenheiro agrônomo; conhecia profundamente a agricultura europeia e mantinha contatos regulares com os mais destacados centros de produção científica em agronomia e ciências sociais, segundo Abramovay (1998). “Chayanov é o nome mais importante da chamada Escola da Organização da Produção e da Agronomia Social que produziu um volume de informações sobre o meio rural nunca posteriormente alcançado em qualquer país do mundo” (ABRAMOVAY, 1998, p.73).

O eixo central da obra de Chayanov, segundo Wanderley (2009), é que a unidade de produção familiar segue princípios distintos dos adotados por uma unidade de produção capitalista. Isso ocorreria, segundo a autora, porque a produção não é organizada a partir da busca da mais-valia do trabalho alheio.

De fato, Chayanov (1981) entende que o resultado do trabalho da família investido na terra não está relacionado com salário, renda, juros sobre o capital ou outras categorias econômicas do capitalismo. Para ele, os bens obtidos pelos membros da família, sem que haja pagamento por essa mão-de-obra, são usados tanto para prover a família quanto a unidade produtiva. Essa alocação é feita considerando-se o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Dessa forma, o rendimento obtido pode ser considerado indivisível.

Este produto indivisível do trabalho, segundo o autor, varia entre as unidades econômicas familiares de acordo, especialmente, com o tamanho e composição da família (número de membros aptos ao trabalho), produtividade do trabalho e esforço ou grau de auto-exploração que os membros estão dispostos a dedicar à realização de determinada atividade. “La explotación familiar tiene que servirse de la situación del mercado y las condiciones naturales de un modo que la permita proporcionar un equilibrio interno a la familia, junto con el nivel más alto posible de bienestar” (CHAYANOV, 1981, p.55).

Para Wanderley (2009), a agricultura moderna se caracteriza por ampla integração ao mercado e por sua abertura ao modo de vida moderno, o que redefine o funcionamento interno da unidade de produção familiar e sua lógica. Também a família é diferente da estrutura que a caracterizava tradicionalmente, mais reduzida e com menor necessidade de envolver membros

para a execução do trabalho. O balanço trabalho/consumo bem como cada um desses fatores em si são igualmente redefinidos sob a influência dos recursos atuais. Para a autora, a organização da produção acabou se tornando mais rígida dados os padrões tecnológicos predominantes que são relativamente uniformes. Com isso, também a indivisibilidade do resultado da produção, ainda que se mantenha internamente, foi revista à medida que é preciso separar uma parte bem maior que no passado para saldar o que foi adquirido externamente.

Avaliando especificamente a situação brasileira, Wanderley (2009) observa que o modelo historicamente se estabeleceu baseado na grande propriedade, com a agricultura familiar ocupando papel secundário e, por isso, sendo tolhida de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Outra característica brasileira da produção familiar que destaca é a tradição de “trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento” (p.177), sem que isso represente afastamento dos membros da família. Pelo contrário, segundo a autora. Muitos desses estabelecimentos demonstram capacidade de absorver um número maior de filhos.

Diante da diversidade de formas de vida, de produzir, de visão de mundo que coexistem no meio rural e/ou trabalham na agricultura, Wanderley (2009) declara sua “convicção da grande capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos históricos distintos” (p.15), a qual se respalda sobretudo na diferenciação das estratégias familiares.

Ao discutir agricultura familiar e desenvolvimento, Buainain (2006), que descreve a agricultura familiar brasileira como “extremamente diversificada” – comporta tanto famílias que vivem em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio – ressalta as suas contribuições econômicas (geração de riquezas), sociais (efeitos distributivos) e políticas (distribuição do poder) para o desenvolvimento rural. Esse economista argumenta, no entanto, que essas contribuições só se concretizam à medida que a própria agricultura familiar se desenvolve e acompanha os movimentos de transformação em curso na sociedade brasileira e no mundo.

A sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar passa, necessariamente, pela capacidade de viabilizar-se economicamente, pela capacidade de competir com outras modalidades de organização produtiva e de cumprir com as funções estratégicas que os agricultores têm desde a separação entre campo e cidade (BUAINAIN, 2006, p.39).

Entre os diversos tipos de agricultores familiares modernos, assentados de reforma agrária são categorias. E a exemplo da agricultura familiar, também essa sua parcela é

caracterizada pela diversidade. Conforme Kageyama (2010), pesquisadores do tema assentamentos rurais no Brasil costumam destacar dois fatos marcantes. O primeiro é justamente a diversidade de processos sociais tanto na origem quanto na situação presente dos assentamentos e outro são as condições adversas na instalação e localização da maioria deles.

Apesar disso, Leite (2006) destaca que, predominantemente, a situação de vida das famílias assentadas é melhor que a anterior. Para esse pesquisador, o processo de assentamento proporciona o que ele chama de “filiação social”, querendo dizer que as famílias assentadas passam a ter novas condições para a reivindicação de outros direitos, acesso às políticas públicas, mercado de trabalho e mercado de produtos (venda e consumo), que antes não possuíam.

Heredia et al. (2006) avaliam também os aspectos da produção, destacando que, em alguns casos, os assentamentos vêm significando uma espécie de reconversão produtiva, promovendo a diversificação da pauta de produtos com efeitos sobre a melhora da alimentação dos próprios assentados e também sobre a oferta para o mercado. Esses autores destacam ainda as mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas que motivam, de modo a afirmar novas identidades e interesses que buscam se fazer ouvir.

Nesse contexto, Heredia et al. (2006) destacam que tem sido comum ver assentados obtendo reconhecimento social e político dos demais setores sociais, “superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram ‘forasteiros’ ou ‘arruaceiros’, em especial nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra” (p.49). Esses autores completam que, para além das questões econômicas, criam-se novos atores sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída.

2.3.1 Contornos quantitativos da agricultura familiar no Brasil

O Censo Agropecuário 2006 deu uma contribuição importante aos que se interessam por referenciar a agricultura familiar no Brasil. Ainda que o questionário aplicado pelo IBGE para o censo agropecuário tenha sido elaborado antes de a Lei nº 11.326 ser sancionada, em 24 de julho de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da

Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a entidade procurou adequar o questionário ao texto dessa lei (IBGE, 2009).

Em linhas gerais, a Lei nº 11.326 considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente os seguintes requisitos: não tenha área maior que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Esses critérios, ou definição operacional, são bastante semelhantes aos do Pronaf. Entre outros requisitos, esse programa se destina a quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais e aqüicultores, extrativistas, silvicultores, ribeirinhos, indígenas e agricultores que trabalham na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, que residam na propriedade ou em local próximo, que não tenham área superior a quatro módulos fiscais, que tenham o trabalho familiar como predominante, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, podendo manter até dois empregados permanentes, que pelo menos 70% da renda familiar tenha vindo da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento e que o montante total, incluída a renda de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer membro da família, excluídos os benefícios sociais e previdenciários decorrentes de atividades rurais, não tenha ultrapassado R\$ 110.000,00 nos 12 meses anterior à obtenção da Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Como resultado, o IBGE revelou que 4.367.902 dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários¹⁹ (84,4%) do País em 2006 eram familiares – baseando-se nos critérios da Lei nº 11.326. Juntos, ocupavam área de 80,25 milhões de hectares, o que equivale a 24,3% da área ocupada pelo total de estabelecimentos agropecuários brasileiros – dados que confirmam a estrutura agrária ainda bastante concentrada no país. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não-familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2009).

¹⁹ O IBGE considera estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm> > Acesso 12 abr. 2011

Quanto à ocupação de mão-de-obra, o Censo registrou 12,3 milhões de pessoas (inclui menores de 14 anos) vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado) em 31 de dezembro de 2006. Considerando-se somente os que têm 14 anos ou mais, o total é de 11.412.590, o que representa média de 2,6 pessoas ocupadas por estabelecimento. Os não-familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas (25,6%) naquela data. Dos cerca de 12,3 milhões de pessoas, 11 milhões aproximadamente (90%) tinham parentesco com o produtor, sendo que com o produtor, 8,9 milhões residiam no próprio estabelecimento (81%). Do total de ocupados em estabelecimentos familiares, apenas 169 mil se dedicavam a atividades não-agropecuárias.

Vale destacar também que somente 26% dos estabelecimentos familiares não tinham seu produtor com dedicação exclusiva. Quase sete milhões (64%) dos 11 milhões de pessoas da agricultura familiar com laços de parentesco com o produtor sabiam ler e escrever, mas entre os com 14 anos ou mais, ainda havia 3,6 milhões que declararam não saber ler e escrever. Quanto a ter uma qualificação profissional, o Censo revelou que somente 170 mil (1,5%) das cerca de 11 milhões de pessoas da agricultura familiar com laços de parentesco com o produtor declararam ter uma qualificação profissional – entre os da agricultura não-familiar, de um universo de 1,76 milhão também com parentesco com o produtor, 116 mil pessoas (6,6%) declaram ter qualificação profissional.

Quanto à condição do produtor em relação às terras, 3,2 milhões de produtores familiares eram proprietários da terra. Outros 170 mil produtores familiares declararam ser assentado sem titulação definitiva. Um grupo bem maior, com 691 mil produtores, tinha acesso temporário ou precário às terras, estando na condição de arrendatário (196 mil produtores), parceiro (126 mil produtores) ou ocupante (368 mil produtores).

Os estabelecimentos familiares confirmaram sua importância enquanto provedor de alimentos de consumo no País. Segundo o Censo 2006, da produção nacional de mandioca, 87% estavam nesses estabelecimentos, da produção de feijão, 70%, do milho, 46%, do café, 38%, do arroz, 34% e do trigo, 21%. Entre as produções pecuárias, 58% do leite era produzido por “familiares”, que possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16%).

No agregado, a produção dos estabelecimentos considerados familiares representava 38% das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Conforme o relatório do IBGE (2009), essa participação modesta, em parte, é explicada pelo fato de apenas três

milhões (69%) dos produtores familiares terem declarado que tinham obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006. Isso significa que quase um terço da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano com a terra.

Muito importante observar também que, apesar dos avanços significativos da concessão de crédito a juros subsidiados, somente 781 mil (18%) dos quase 4,4 milhões de estabelecimentos familiares obtiveram financiamento – seja para custeio, investimentos e comercialização ou manutenção do estabelecimento. Mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento, segundo o relatório do IBGE (2009), especialmente porque “não precisaram” ou por “medo de contrair dívidas”.

Em grandes números, portanto, em 2006, a agricultura familiar representava mais de 84% do total de estabelecimentos agropecuários, que somavam cerca de apenas 24% da área. Com a produção principalmente de itens de consumo doméstico, gerou pouco mais de um terço do valor da produção, mas, para tanto, ocupou 74,4% da mão-de-obra da agropecuária, principalmente de familiares, tomando relativamente poucos recursos emprestados.

2.3.1.1 Heterogeneidade da agricultura familiar

Dados não só do Censo 2006, mas também de trabalhos anteriores, mostram que a agricultura familiar representa no Brasil entre 70% e 90% dos estabelecimentos, ocupando mais da metade do pessoal alocado na agropecuária (KAGEYAMA et al., 2011). Para compreender melhor as divisões que podem haver no universo de estabelecimentos agropecuários, Kageyama et al. (2011) propõem a sua classificação em quatro categorias.

As duas extremas, “assentados” e “unidades não-familiares”, são obtidas diretamente do Censo 2006. Já as intermediárias “exclusivamente familiar” e “familiar com contratado” requereram tabulações especiais de microdados do Censo 2006 e concentraram os esforços dessas pesquisadoras. Conforme elas indicam, “entre esses dois extremos encontra-se a grande maioria dos estabelecimentos na agricultura brasileira” (KAGEYAMA et al., 2011, p.3).

O recorte metodológico sobre o que é ou não é familiar assumido nesta pesquisa é distinto do empregado no Censo. Ao invés de considerarem as variáveis área (a familiar não pode ultrapassar quatro módulos fiscais), mão-de-obra (predominantemente familiar), renda

(preponderante de atividades do estabelecimento) e direção dos trabalhos (pelo produtor), a metodologia proposta por Kageyama et al. (2011) retira os filtros tamanho da área e renda.

Dessa forma, ao invés de 4.367.902 de estabelecimentos familiares apontados pelo Censo, obtêm-se 4.831.312 estabelecimentos, 344.324 a mais. Por sua vez, os não-familiares caem de 807.587 para 344.324 estabelecimentos, havendo significativa alteração da área ocupada por esse conjunto: de 75,7% da área de todos os estabelecimentos para apenas 39,6%.

O grupo familiar, por seu turno, é subdividido em 575.101 lotes de assentamentos, 3.494.212 estabelecimentos exclusivamente familiares e 761.999 estabelecimentos que combinam mão-de-obra familiar e contratada. Assentados ocupam 8,5% da área, exclusivamente familiares, expressivos 33,9% e os familiares com contratados, 18%.

Com base nessa classificação, a participação da agricultura familiar quanto à área salta de 24,3% para quase 60%. Mesmo assim, esse conjunto geraria apenas metade (52%) do valor bruto da produção da agropecuária. Conforme as autoras comentam, aos assentados cabe cerca de 5% do valor gerado e aos exclusivamente familiares, 30%. “Essas proporções desiguais resultam, de um lado, da distribuição da área total entre os estabelecimentos e, de outro, das diferenças de produtividade” (KAGEYAMA et al., 2011, p.12).

Segundo as autoras, tanto a produtividade da terra como do trabalho são bem mais elevadas nos estabelecimentos não-familiares e sensivelmente menores nos estabelecimentos assentados e exclusivamente familiares. “A produtividade do trabalho nos não-familiares é quase o dobro da dos estabelecimentos familiares mistos (com contratados). Os tipos de produto, a tecnologia (sobretudo a mecanização) e a qualidade dos recursos naturais devem ser os responsáveis por essas diferenças” (KAGEYAMA et al., 2011, p.13).

Kageyama et al. (2011) chamam a atenção para o fato de que, mesmo com propriedades pequenas, a agricultura exclusivamente familiar abriga metade da mão-de-obra do setor. Em conjunto, as três categorias familiares ocupam 80% dos trabalhadores agrícolas, absorvendo o dobro ou mais de força de trabalho que os estabelecimentos não-familiares.

Essa análise dos dados do Censo 2006 mostra também que 90% da receita de todos os tipos de estabelecimentos vem da agropecuária. No caso dos assentamentos, parte da receita vem principalmente de salários de atividades externas (45,5%) e de aposentadorias (40,2%); programas sociais representariam 9% da renda que é complementar à da agropecuária; a conta fecha com cerca de 5% provenientes de outras receitas, como doações e venda de pescado.

2.3.1.2 Agricultores familiares assentados

Os dados sobre o total de famílias assentadas no Brasil são divergentes. No final de 1996 foi realizado o I Censo Nacional da Reforma Agrária, cujos dados resultaram em polêmica. Conforme o *Dossiê Questão Agrária* realizado pelo Instituto de Estudos Avançados, os dados comparados entre as diversas listagens do Incra não coincidem, o que dificultou o controle e a checagem de listagens dos projetos realmente recenseados (ESTUDOS AVANÇADOS, 1997). Aquele censo apontou 254.173 famílias assentadas em projetos de reforma agrária – não foram consideradas aquelas de projetos de colonização ou emancipados. O *Dossiê*, no entanto, concluía pela existência de cerca de 200 mil famílias assentadas pelo Incra até 31 de outubro de 1996. Já naquela pesquisa era evidenciada a heterogeneidade das situações e perfis encontrados nos assentamentos (KAGEYAMA et al., 2010).

Dez anos depois, o Censo 2006 identificou 189.191 estabelecimentos sem titulação definitiva. Kageyama et al. (2011) observam que esse total levou em conta a resposta dos que se auto-declararam como pertencentes a assentamentos quando o Censo perguntou qual a área de terras sem título definitivo em 31/12/2006 – no questionário do IBGE, não há questão específica sobre a condição do produtor em relação às terras. Para as autoras, a principal limitação desta questão está na dificuldade que o entrevistado pode ter para responder de forma correta sobre a condição legal da terra que ocupa. Sobre esse assunto, elas destacam o trabalho metodológico realizado por Vicente Marques junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em que foram apontadas diversas limitações da metodologia utilizada pelo IBGE para a identificação dos assentados, que levou à subestimação do total dessa categoria.

Segundo Kageyama et al. (2011), no texto apresentado para discussão interna (junto ao MDA), Marques propõe considerar como assentados os estabelecimentos que satisfizeram pelo menos uma das seguintes condições: ponto georreferenciado dentro dos perímetros informados pelo Incra ou identificados pelo IBGE, ou que se declararam originários de projetos de assentamento criado após 1985, ou que obtiveram a terra via reforma agrária por titulação ou com área de terras sem título definitivo.

Por solicitação do MDA, o IBGE refez os cálculos e chegou ao total de 575.101 estabelecimentos originários de projetos de assentamento, com área de 28.407.669 hectares.

Esse total representa 324.204 estabelecimentos na categoria de proprietário, 189.193 na categoria assentado sem titulação definitiva, a soma de arrendatário, parceiro e ocupante é de 44.308 estabelecimentos e a categoria produtor sem área, referente a empregados que cultivam no estabelecimento onde trabalham, seria de 17.396 estabelecimentos (KAGEYAMA, 2011)

Dessa forma, foi ampliada em mais de 60% a área média desse conjunto de estabelecimentos em relação à divulgação original do Censo, “provavelmente por incluir mais casos de explorações em regime comunal e/ou por possuírem apenas a demarcação do seu perímetro, sem delimitação das parcelas internas” (KAGEYAMA et al., 2011, p.6). Os indicadores de pessoas ocupadas foi reduzido quando se trata de pessoas por área, mas avançaram 58% quanto à produtividade do trabalho; a produtividade da terra se manteve.

No balanço feito por essas autoras, apesar das limitações do Censo 2006 quanto à definição e coleta dos dados de assentados e da agricultura familiar, os resultados gerais corroboram as pesquisas que têm sido conduzidas no País.

Considerando o universo de estabelecimentos de assentados sem titulação pesquisados pelo Censo, poderíamos descrever esse conjunto como formado predominantemente por pequenos estabelecimentos familiares, com produtores de baixa escolaridade e pessoal ocupado sem qualificação, embora participando do mercado de trabalho por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento. Esses estabelecimentos são altamente mercantilizados, com acesso a financiamentos bancários, mas dependentes de receitas externas como salários, previdência e programas sociais do governo. O padrão tecnológico e as práticas agrícolas nos assentamentos não diferem do ‘modelo produtivista’ adotado no restante do país” (KAGEYAMA, 2010, p.68).

2.3.1.2.1 Condições dos assentamentos

Em relação especificamente às condições dos assentamentos de reforma agrária, pode ser tomada como base a pesquisa coordenada pelo Incra com a consultoria de pesquisadores das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Pelotas, realizada entre janeiro e outubro de 2010. A *Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil* entrevistou 16.153 famílias, em 1.164 assentamentos por todo o Brasil. No estado de São Paulo, foram 591 famílias de 63 assentamentos (INCRA, 2010b).

A amostra considerou as distintas mesorregiões homogêneas do IBGE no Brasil; o período de implantação dos assentamentos - em três momentos: de 1985 a 1994; de 1995 a

2004 e de 2005 a 200 –, e ainda o número de famílias nos assentamentos. Os objetivos gerais eram identificar quem são, como vivem (condições de vida), o que produzem e como produzem (produção e renda) e o que pensam (percepção das condições gerais de vida antes e após o assentamento) as famílias assentadas (INCRA, 2010b).

A população total de beneficiários da reforma agrária pode ser estimada ao redor de 3,6 milhões de pessoas, segundo dados dessa pesquisa (INCRA, 2010b). Pouco mais da metade das famílias (quase 52%) tem de três a cinco pessoas, sendo que, do total, quase 60% tem até 30 anos de idade – população jovem. O nível de alfabetização dos assentados da reforma agrária nacional é de 84%, mas cerca de 70% do total estudou no máximo até a 9ª série. A soma dos que concluíram o ensino médio com os que chegaram ao nível superior (independente de terem-no concluído) é de apenas 6,5%.

Na média nacional, a pesquisa aponta que 71% das famílias moram em residências com pelo menos cinco cômodos, sendo que 76% possuem algum tipo de tratamento de dejetos. Quase 80% têm água suficiente para todas as necessidades da família o ano inteiro, mas 23,5% ainda não têm energia elétrica. Quanto às condições das estradas para chegar ao lote, 58% enfrentam situações péssimas ou ruins, sendo que as famílias mais descontentes estão no Norte (65%) e no Nordeste (64%).

Em relação ao crédito através do Pronaf, 52% das famílias recorreram às linhas desse Programa de financiamento e 64% estão adimplentes. O leite, o milho e o feijão são os destaques entre as culturas principais nos assentamentos. A pesquisa revelou também que em 78% das famílias entrevistadas pelo menos um de seus membros participa de associação ou cooperativa, sendo que 52% desses são assíduos aos encontros da entidade – vão a mais de 70% das reuniões (INCRA, 2010b).

É importante destacar os elevados percentuais obtidos quanto à melhoria das condições de vida em relação ao período anterior ao assentamento. Sobre moradia, quase três quartos das famílias têm a percepção de ter casas melhores ou muito melhores do que antes. Sobre a alimentação, 65% assinalam melhoras e sobre a educação e renda, 63%. Já a saúde, pouco menos da metade dos entrevistados (47%) consideram que houve melhora. Noutra questão, quase 56% o consideraram péssimo ou ruim o acesso a hospital ou posto de saúde (INCRA, 2010b).

Chama a atenção também o expressivo aumento dos bens e equipamentos que as famílias tinham antes do assentamento e no momento da pesquisa (2010). Um dos maiores aumentos é relativo a veículos. Antes, apenas 16% e, depois, 42,5%. O acesso a televisores dobrou, indo de 30,4% para 63,6%; o mesmo salto foi verificado para liquidificador – de 22,5% para 45,7%. Quanto a celular, o acesso triplicou: de 10,5% para 39%. E mesmo em relação a computador o avanço deve ser levado em conta. Ainda que somente 2,8% tenham declarado possuir esse bem, antes do assentamento, o percentual era de 0,6% (INCRA, 2010b).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da região

É meados de 2010 quando se vai a campo para que sejam conhecidos face a face os protagonistas desta tese. No primeiro dia de visita a Teodoro Sampaio, calor intenso, com chuva no cair da noite. Nos dias seguintes, o frio é que é intenso, também acompanhado de chuva. Essa combinação enriqueceu a pesquisa. Propiciou que se conhecesse na pele como é o viver naquela região.

Dada a proximidade tanto de Mato Grosso do Sul quanto do Paraná, moradores locais sabem que as frentes frias do Sul chegam rapidamente, assim como o calor típico do Centro-Oeste. Esse contraste de temperatura faz lembrar os extremos de um deserto. E nem é preciso conhecimento científico para se ter certeza de que o próprio clima impõe sua parcela de superação aos que vivem por lá. A propósito, a chuva daqueles dias de julho foi praticamente a última antes de um período de severa estiagem que acometeu grande parte do Brasil no segundo semestre de 2010. Sem chuva, a maioria dos assentados dependentes da produção de leite viu o leite e a renda mensal minguairem, exigindo apertos em um cinto que já não tinha mais muitos furos.

A literatura confirma que a região recebe fortes massas de ar tropical (quente) e polar (frio). Em 2001, por exemplo, a temperatura média máxima do ano foi de 34,4°C e a média mínima de 9,6°C (SILVA et al., 2006). O município tem altitude média de 321 metros e está na zona climática tropical, com características de transitoriedade entre o Tropical, típico do Planalto Ocidental Paulista, e do Subtropical, do interior da região Sul do País, conforme Anderson Silva, Bernardo Mançano Fernandes e Renata Valenciano (apud SILVA et al., 2006), autores do Relatório de Impactos Socioterritoriais. Nesse estudo sobre Teodoro Sampaio, que destaca pesquisa com metade dos assentados do município em 2005, é também apresentado que o solo da região deriva de rochas sedimentares, com textura arenosa, que retém pouca água e nutrientes. Os grandes poros desse tipo de solo facilitam o escoamento da água, causando erosões e mesmo voçorocas – comuns na região –, sobretudo quando a vegetação natural é suprimida.

Teodoro Sampaio é o oitavo município em área do estado de São Paulo: 1.556 km², segundo dados do IBGE. Sua população em 2010 era de 21.386 pessoas, segundo dados do IBGE e, pode-se dizer, caracterizava-se por ser um pouco mais jovem que a média do estado: 25,29% da população tinha menos de 15 anos e 11,05% estava com 60 anos ou mais – as médias do estado eram, respectivamente, 22,51% e 11,53% (FUNDAÇÃO SEADE, 2011)²⁰. Pode ser destacado também o equilíbrio entre homens e mulheres, com razão de 99,38% - a média estadual era de 94,65%. Quanto ao local de residência, 81% das pessoas moravam na área urbana, totalizando 17.365 habitantes; no rural estavam os 19% complementares, representados por 4.021 pessoas, conforme dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE²¹.

Para o ano de 2009, a Fundação Seade aponta que a taxa de natalidade do município foi de 15,68 por mil habitantes, pouco acima dos 14,69 da média do estado. No entanto, suas taxas de mortalidade infantil (3 por mil nascidos vivos) e nascimentos de baixo peso (6,01% com menos de 2,5 kg) eram bem menores que as médias paulistas (12,48 e 9,2% respectivamente) e também da Região Administrativa de Presidente Prudente (11,76 e 7,5%), que é formada por 53 municípios, incluindo Teodoro Sampaio²² (Figura 1).



Figura 1 - Localização do município de Teodoro Sampaio na Região Administrativa de Presidente Prudente; no detalhe, localização da região no estado de São Paulo.

Fonte: Fundação Seade (2011).

²⁰ Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> > Acesso em 12 abr 2011

²¹ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso 12 abr 11

²² Outras informações sobre a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, conhecida como Alta Sorocabana: < http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/pdf/iprs_raPresPrudente.pdf > Acesso em 12 abr 2011.

Por outro lado, no quesito educação, a população teodorenses, em 2000, tinha estatísticas inferiores às médias regional e estadual. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, por exemplo, era de 13,33%, o dobro dos 6,64% médios do estado. Quase 70% da população local com 25 anos e mais tinham menos de oito anos de estudo. Apesar desses resultados para o ano 2000, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), aponta que a variável escolaridade/educação é a que mais evoluiu ao longo da última década, como se verá adiante.

Quanto aos empregos no município no ano de 2009, cerca de 9% apenas estavam na agropecuária; a maior parte, 41,5%, estava vinculada à indústria, segundo a FUNDAÇÃO SEADE (2011) – esses dados, possivelmente, refletem a importância da usina de cana-de-açúcar Alcídia instalada no município. O rendimento médio dos empregos na agropecuária alcançava R\$ 1.029,10 naquele ano, acima das médias regional e estadual. Já no comércio, indústria e construção civil, o rendimento médio era inferior no comparativo tanto regional quanto estadual. O PIB *per capita* indica que, em 2008, os teodorenses tinham em média apenas um terço do auferido pelos paulistas como um todo e dois terços da média da região: R\$ 8.500/ano contra R\$ 13.725 na região e R\$ 24.457,00 no estado.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), responsável pelo cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apontava que, em 2000, o Índice do município (IDH-M) era de 0,757, melhor que o índice de 0,705 registrado em 1991. As três grandes dimensões que formam esse índice (renda, longevidade/saúde e escolaridade) evoluíram positivamente naquela década, com destaque para a educação, que passou de 0,763 em 1991 para 0,836 em 2000²³.

Teodoro Sampaio melhorou de posição também segundo a classificação do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Esse índice feito pela Fundação Seade, igualmente, baseia-se em dados de renda, educação e longevidade e classifica cada um dos 645 municípios do estado em um dos seus cinco grupos, sendo 1 o melhor e 5 o com menor grau de desenvolvimento. Calculado a cada dois anos, o IPRS mostra que Teodoro Sampaio permaneceu na última escala de desenvolvimento nas edições de 2000, 2002 e 2004, mas ascendeu para o grupo 4 em 2006, mantendo-se nessa posição em 2008²⁴ - dado mais recente.

²³Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php> > Acesso em 12 abr 2011.

²⁴Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/index.php?page=tabela&action=load&varia=1&varloc=691&nomeloc=691>> Acesso em 12 abr 2011.

A exemplo da evolução captada pelo IDH-M na década de 1990, escolaridade foi a dimensão com maior avanço no IPRS entre 2000 e 2008, passando da marca de 33 para 64. Longevidade também melhorou, mas a riqueza municipal em 2000 (na marca de 37) seria ligeiramente maior que a verificada em 2008 (em 34). Apesar disso, observa-se tendência de recuperação de 2002 para 2004, de 2004 para 2006 e também deste ano para 2008 (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução das variáveis de composição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Município de Teodoro Sampaio, SP – 2000 a 2008.

	Grupo IPRS	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
2000	5	37	62	33
2002	5	27	62	44
2004	5	29	68	49
2006	4	30	75	61
2008	4	34	80	64
Região 2008*		41	73	75

Fonte: Fundação Seade (2011)

*Média dos 53 municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente

Analisando-se os quatro componentes da variável riqueza municipal, constata-se que a sua diminuição foi causada basicamente pela redução do consumo de energia elétrica no comércio, agricultura e nos serviços (saiu da marca de 37 para 23) e também nas residências (de 36 para 21) no período de 2000 para 2002. Neste mesmo intervalo, o componente rendimento médio do emprego também caiu, mas apenas 2,7%, ao passo que o componente “valor adicionado *per capita*” aumentou 2,5%, o que pode indicar que aumentou a riqueza gerada no município. Procurou-se explicação para a queda acentuada no consumo de energia elétrica junto a profissionais desse setor no município, mas ninguém soube destacar motivos para tal alteração; quanto à população, parece não ter havido mudança significativa entre aqueles anos nem ao longo da década. Dados do Censo 2000 do IBGE apontam que Teodoro Sampaio tinha à época 20.003 habitantes e, em 2010, a mesma instituição informa 21.386.

Dos 53 municípios da região Administrativa de Presidente Prudente (divisão considerada pela Fundação Seade), em 2008, somente Presidente Prudente estava no Grupo 1; nenhum estava no Grupo 2, 26 municípios eram posicionados no Grupo 3, 21 no Grupo 4 e outros 5 no Grupo 5.

Faz parte de Teodoro Sampaio, a maior reserva de Mata Atlântica do interior paulista, o parque estadual Morro do Diabo, com 33.845,33 hectares (DEBONI NETO, 2007). A extremo oeste do estado de São Paulo, Teodoro Sampaio está no chamado Pontal do Paranapanema, região ícone do movimento de reforma agrária no Brasil.

Esta região abrange 32 municípios segundo a delimitação assumida tanto pela União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Unipontal) quanto pelo governo federal ao posicionar o Pontal como um dos territórios da cidadania²⁵ criados a partir de 2008 – em 2010, eram reconhecidos 120 territórios no País, sendo quatro em São Paulo.

O Pontal do Paranapanema abrange 8.441,60 km². Os seus municípios são: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

Segundo dados da Fundação Itesp (2011), 5.482 famílias já foram assentadas no Pontal – há assentamentos em 14 dos seus 32 municípios. Considerando-se que em todo o estado de São Paulo, também segundo o Itesp, foram assentadas 10.100 famílias, o Pontal do Paranapanema concentra 54% do total.

3.1.1 As raízes do conflito agrário no Pontal do Paranapanema

A história explica o porquê de aquele lance de terra entre as margens dos rios Paranapanema e Paraná ser cenário de conflitos agrários e também ter se tornado a região do estado de São Paulo com maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Para compreender a origem desse litígio, é preciso que se volte à Lei de Terras de 1850.

A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 dispõe sobre terras devolutas do Império então comandado por D. Pedro II (BRASIL, 1850). O contexto era de industrialização ainda muito incipiente, com a economia baseada numa agricultura arcaica, com mão-de-obra

²⁵ Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pontaldoparanapanemas/one-community?page_num=0 Acesso em 12 abr 2011

escrava, exportadora de café. É também de 1850 a Lei Eusébio de Queirós que aboliu o tráfico de escravos no País e, por consequência, faziam-se necessárias outras formas de prover mão-de-obra para a agricultura. Discutiam-se também novas formas de distribuição da terra no Brasil (CAVALCANTE, 2005).

Em linhas gerais, a Lei de Terras regulariza a posse de quem já estava na terra – acesso por diferentes formas – e define que, a partir de então, “a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território” (CAVALCANTE, 2005, on-line). Todas as terras que não eram de particular nem estavam sob cuidados do poder público (em suas diferentes instâncias) eram consideradas devolutas e poderiam ser vendidas pelo Governo. No entanto, seriam vendidos somente lotes grandes – a Lei especifica “lotes ou quadrados de 500 braças por lado”, o que vem a representar cerca de 8.360 hectares –, com pagamento à vista e sendo dada preferência a interessados que fossem vizinhos da área devoluta (BRASIL, 1850).

Essa lei foi promulgada em 1850, mas regulamentada e executada somente em 1854, através do Decreto nº 1.318. Fora determinado um prazo para todos os possuidores registrarem suas terras na paróquia onde estavam localizadas, sendo o vigário responsável por receber duas cópias da documentação que continha as informações então declaradas. Essa Lei, no entanto, teria sido um fracasso, com o governo abandonando a inspeção de terras públicas em 1878, depois de ter realizado pouquíssimo para impô-la (CAVALCANTE, 2005).

A Lei de Terra é mais um processo de discussão dos vários grupos políticos que davam sustentação ao Império, e seu resultado em momento algum teve o objetivo em interferir nos interesses dessa elite política e econômica, constituída em grande parte por fazendeiros. A terra continuou a ser adquirida sem o controle do Estado, sob a proteção de documentos forjados. Apenas após a Proclamação da República é que a Lei de Terra foi revista (CAVALCANTE, 2005, p.6).

3.1.2 Uma região de “domínio dos silvícolas”

Se a Lei de Terra promulgada em 1850 e regulamentada em 1854, que permitia a legitimação das áreas ocupadas até 1856 for levada como parâmetro, o oeste paulista é toda terra devoluta. Até meados do século XIX, de Botucatu, última vila da Província de São Paulo

reconhecida até então, para o oeste, o território era desconhecido, ocupado apenas por esparsos agrupamentos indígenas. Mesmo em 1886, no relatório da expedição da Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo chefiada pelo engenheiro Theodoro Sampaio, a região é declarada “pleno domínio dos silvícolas”²⁶ (VILLAÇA, 2010).

A apropriação de terras devolutas do oeste do estado começa com a chegada de um grupo de sertanejos mineiros ao Vale do Paranapanema, na segunda metade do século XIX. De acordo com Villaça (2010), eram lavradores e bugreiros da região de Pouso Alegre, Minas Gerais. Entre outros motivos para essa migração, estava a tentativa de escapar ao alistamento para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Dois mineiros se destacam na apropriação ou *grilagem* de terras do Pontal: José Teodoro de Sousa e Antônio José de Gouveia.

Os termos grilo, grileiro e grilagem decorrem de uma das etapas do processo de falsificação de escrituras de terras. Souza (2006) explica que os interessados em se apropriar de terras devolutas utilizavam canetas e selos da época do Império para a falsificação de escrituras. Como parte do processo, passavam gordura nos papéis, colocavam-nos sobre o fogão para ficarem amarelados e ainda os guardavam em gavetas cheias de grilos, que comiam as bordas dos papéis e deixavam seus dejetos. O objetivo era providenciar documentos que aparentassem ser antigos e, por isso, supostamente autênticos para a legalização das terras.

José Teodoro de Sousa, em maio de 1856, obteve registro paroquial da Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy²⁷ na Vila de Botucatu (LEITE, 1998). Começava a história da grilagem de terras do Pontal do Paranapanema. José Teodoro declara residir naquelas terras desde 1847 e ser de sua posse área que alcançaria 356 mil alqueires (RIBAS, 2002) – a se considerar um alqueire igual a 2,42 ha, chega-se a cerca de 860 mil ha.

Conforme Leite (1998), Antônio José de Gouveia também obteve em maio de 1856 registro na paróquia de São João Batista do Rio Verde, hoje Itaporanga, de imensa gleba que denominou “Fazenda Pirapó-Santo Anastácio”, onde declarou morar desde 1848 – em ambos os casos, o apossamento, então, teria sido realizado antes da vigência da Lei de Terras nº 601,

²⁶ Expressão usada por Theodoro Sampaio em “*O Rio Paranapanema e seus afluentes - Uma visão do século XIX*”. São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos. Petrópolis, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1978. p.115 – citada por Villaça (2010).

²⁷ Conforme Leite (1998), o nome dessa fazenda varia em documentos antigos; são encontrados: Fazenda Água-Pehy, Aguapehy-Peixe, Rio do Peixe. As distinções denotam a confusão com as próprias delimitações da fazenda em decorrência do desconhecimento do território.

regulamentada em 1854. Mais tarde, viria a ser constatada ainda a falsificação da assinatura do frei Pacífico de Monte Falco, que teria concedido o registro paroquial a Antonio Gouveia.

Segundo extraído por Leite (1998) de *Autos de Medição e Divisão da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio*, vol.1, a propriedade declarada por Gouveia, tinha a seguinte extensão: “[...] principiando em uma serra na margem direita do rio Paranapanema 10 léguas mais ou menos para cima da barra desse rio no rio Paraná e por este acima compreendendo todas as vertentes dos rios Pirapó e Santo Anastácio” (LEITE, 1998, p.38). Em Fernandes e Ramalho (2001), encontra-se que a fazenda Pirapó-Santo Anastácio teria área de 238 mil alqueires (quase 576 mil ha). Villaça (2010) chama essa fazenda de “grilo-mãe do Pontal”. Após analisar os *Autos de Ações julgadas na Comarca de Presidente Prudente, entre 1890 e 1940*, que reúne cerca de 300 volumes de processos, o autor constata que muitos deles se referem justamente à fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Nem José Teodoro de Sousa nem Antônio José de Gouveia, segundo Leite (1998), se preocupou em providenciar a legitimação daquelas áreas, iniciando, assim mesmo, a sua venda. Em 1861, Gouveia vende a Pirapó-Santo Anastácio para Joaquim Alves de Lima e, ao falecer, a fazenda é transferida para seu filho João Evangelista de Lima, que seria o primeiro a tentar legitimar sua posse. Isso é obtido em 1886, mas a descrição da área contém tantas inconsistências que o governador na época, Prudente de Moraes, considera “imprestável e nula medição” em setembro de 1890 (LEITE, 1998, p.41).

Conforme Villaça (2010), a tentativa de legitimar a posse combinava o argumento de que o apossamento das terras devolutas – por sertanejos mineiros – teria ocorrido antes de 1854 com sucessivas trocas e negociatas das glebas entre grandes fazendeiros, magistrados, advogados, agrimensores e empresários.

A legitimação da fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy também teve trajetória semelhante à Pirapó-Santo Anastácio. Segundo Leite (1998), esse imóvel teve ocupação primária de Francisco de Paula Moraes, genro de José Teodoro de Souza, que é sucedido pelo coronel José Rodrigues Tucunduva. Este, então, vem a requerer a legitimação da posse em 1902, mas 16 anos antes, o agrimensor Manuel Pereira Goulart já havia solicitado tal reconhecimento legal de posse, declarando-se dono de uma fazenda denominada Água Pehy e Boa Esperança desde 1850, onde residiria e teria lavouras.

Já no final do século, diante das dificuldades para se obter a legitimação daquelas posses, Evangelista e Goulart acordam a troca de fazendas. Essa manobra, no entanto, não conferia legitimidade da posse nem a um nem a outro. Uma brecha surge a partir de uma petição encaminhada por Manuel Goulart ao Ministério da Agricultura do Governo Provisório solicitando permissão para alocar colonos estrangeiros em suas terras da Pirapó-Santo Anastácio (LEITE, 1998). O despacho é favorável e, conforme identificado por Leite (1998) em documentos históricos, é mencionada, a certa altura, a expressão “imigrantes em sua fazenda”. Goulart encontrava aí o argumento que precisava para vender, trocar e doar terras.

O filho do agrimensor Manuel Goulart, coronel Francisco de Paula Goulart, daria prosseguimento ao loteamento de toda a região, sendo considerado o criador de Presidente Prudente. Ele foi prefeito do município em 1924 e em 1925²⁸ e também proprietário do jornal *A Ordem* (VILLAÇA, 2010).

Naquele período chega à região a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, que viria a fazer frente ao poder dos Goulart. Paulo Kruger Soares Marcondes, filho do cel. Alfredo Marcondes, presidente da Companhia Marcondes, foi prefeito de Presidente Prudente em 1926 e em 1928²⁹. A Companhia funda também um jornal, “O Paranapanema”. Conforme Villaça (2010, p.6) analisa, “duas formas de apropriação distintas, que levaram a diversos conflitos de terras”. Enquanto o cel. Goulart era a continuidade do processo iniciado por sertanejos mineiros, o cel. Marcondes representava a entrada do capital na região. “Sua Companhia participou das negociatas com terras devolutas, na colonização com imigrantes, no desenvolvimento das forças produtivas como estradas, ferrovia e a eletrificação da cidade de Presidente Prudente” (VILLAÇA, 2010, p.6).

Ao logo do final do século XIX e início do XX, os grileiros organizavam expedições para eliminar os nativos e conhecer a região do Pontal. Esses conflitos teriam sido amenizados somente com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana no final da segunda década daquele século. Vieram a reboque migrantes que engrossaram a população de pequenos posseiros e trabalhadores, os chamados, do ponto de vista dos grandes grileiros, “intrusos”. “No pensamento e na ação dos grandes grileiros prevaleceu a defesa deste passado de apossamento. (...) no Pontal ‘o costume teve mais força que a lei, a qual ficou letra morta’, na acepção de

²⁸ De 01/jan/1924 a 30/ago/1924 e de 12/fev/1925 a 31/dez/1925; no intervalo, assumiu o vice-prefeito Pedro Freire Junior. Disponível em: http://www.camaraprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/pprudente/poderes.html Acesso 12 abr 2011.

²⁹ De 1/fev/1926 a 30/out/1926, de 1/jan/1928 a 30/abr/1928 e de 1/out/1928 a 31/dez/1928 (idem link acima).

que as práticas sociais dos grandes grileiros destacaram-se sobre a legislação vigente” (VILLAÇA, 2010, p.5). Esse autor completa que, em poucas décadas, o sertão do Paranapanema foi transformado pela ação avassaladora do fenômeno da grilagem de terras.

Fernandes e Ramalho (2001) comentam que o Estado tentou impedir esse processo arbitrário. Numa dessas ações, em 1889, o governo da província de São Paulo teria julgado imprestável o requerimento de legitimação das terras da Pirapó-Santo Anastácio. Outra ação relevante foi a criação de três reservas florestais³⁰ na década de 1940. “Todavia, tais iniciativas não foram suficientes para evitar a voracidade dos grileiros, que praticamente destruíram a Grande Reserva do Pontal” (p.240).

3.1.3 A formação do município de Teodoro Sampaio

O fluxo de migrantes de toda índole para a região foi intenso. Inicialmente, eram atraídos por grileiros (colonialismo), depois pela estrada de ferro construída em direção a Mato Grosso do Sul e pelo café. Aos poucos, iam surgindo povoados que se tornariam municípios. A Estrada de Ferro Alta Sorocabana chega a Presidente Epitácio – divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul – em 1922. Conforme Silva et al. (2006), o avanço da linha férrea coincide com a chegada de imigrantes japoneses, italianos e espanhóis que implantam a policultura nas propriedades da região.

Ao longo das décadas, foram sendo atraídas para a região famílias que vinham para a construção da ferrovia, para os latifúndios de café, para a pecuária extensiva, para construir usinas hidrelétricas e sucroalcooleiras e, após 1990, também para integrar o movimento de obtenção de terra, que ganhou vulto nacional (SILVA et al., 2006).

O município de Teodoro Sampaio começou a ser gestado em meados do século XX, a partir de ações da empresa “Organização Colonizadora Engenheiro Theodoro Sampaio”, de José Miguel de Castro Andrade e Odilon Ferreira, que haviam adquirido, em 1951, parte da grande fazenda Cuiabá que, por sua vez, era parte da primeira grande grilagem do Pontal, a fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Começa o loteamento daquela área (SILVA et al., 2006).

³⁰ “Grande Reserva do Pontal, com área de 246.840 ha; Reserva da Lagoa São Paulo, com área de 23.343 ha; Reserva do Morro do Diabo, com área de 37.156 ha” (FERNANDES e RAMALHO, 2001).

A fundação do patrimônio Engenheiro Theodoro Sampaio, pertencente ao município de Presidente Venceslau, data de 7 de janeiro de 1952, sendo o seu nome dado em homenagem ao engenheiro cartógrafo e geógrafo Theodoro Fernandes Sampaio, que conduziu a expedição da Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo em 1886. Com a criação do município de Mirante do Paranapanema, em 30 de dezembro de 1953, passa a pertencer a esse município até 18 de fevereiro de 1959. Com o aumento do número de habitantes, instalação de estabelecimentos comerciais, indústrias de madeira, cerâmicas, olarias e demais serviços, Theodoro Sampaio foi elevado a distrito de Marabá Paulista em 03 de abril de 1960 e a município, em 28 de fevereiro de 1964. A posse da 1ª Câmara Municipal em 21 de março de 1965 é a data em que se comemora o aniversário do município (EMUBRA, 2011).

Conforme o IBGE, em 1987, o município de Theodoro Sampaio era constituído, segundo divisão territorial, de 4 distritos: o próprio Theodoro Sampaio, Planalto Sul, Euclides da Cunha Paulista e Rosana. Em janeiro de 1990, os distritos de Rosana e Euclides da Cunha Paulista são emancipados; Planalto ainda mantém-se como distrito.

Ao longo das décadas, detalhes da história dão conta das sucessivas investidas de pessoas com poder econômico e/ou político – geralmente combinados – na apropriação e negociação de terras devolutas, bem como na exploração predatória dos recursos naturais, a revelia da justiça. Na formação dos municípios – e das respectivas sociedades –, prevalecia o coronelismo (SILVA et al., 2006).

Levantamento realizado no final da década de 1990³¹ pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com abrangência nacional objetivou justamente “reverter, para o patrimônio público, dezenas de milhões de hectares de terras detidas irregularmente por particulares” (INCRA, sem data, p.1).

Conforme esse relatório³², a ilegalidade seria comprovada mediante indícios de grilagem da terra, prática que aconteceria, em geral, com a conivência de profissionais de cartórios de registro imobiliário e também de órgãos governamentais. Brechas institucionais,

³¹ Não foram localizados a data do relatório nem o seu período de elaboração; toma-se como parâmetro o ano de criação do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, 1999, tendo em vista que, ao assinar a apresentação do relatório, Raul Jungmann cita especificamente esse nome da pasta. Já em 2000, esse Ministério tornou-se de Desenvolvimento Agrário.

³² Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=315&Itemid=140 Acesso em 28/3/2011

como a inexistência de um cadastro único, dos órgãos fundiários municipais, estaduais e federal acabariam por facilitar o processo de confecção de documentos ilegais de posse. “Depois de obter o registro no cartório de títulos de imóveis, o fraudador repetia o mesmo procedimento no Instituto de Terras do Estado, no Cadastro do Incra e junto à Receita Federal. Seu objetivo era obter registros cruzados que dessem à fraude uma aparência de consistente legalidade” (INCRA, s/d, p.4).

Resultados declarados ainda parciais apontavam 3.065 imóveis comprovadamente grilados no País, com uma extensão total de 93,620 milhões de hectares. No estado de São Paulo, havia sido cancelado o cadastro de 40 imóveis que somavam 2,114 milhões de hectares. Como exemplo da fragilidade dos dados das certidões apresentadas ao Incra para atualização cadastral de imóveis rurais é mencionada a Fazenda Ilha Grande, com 193.600 hectares, cadastrada em nome de Nestor Orlando Bovolato e localizada entre os municípios de Narandiba e Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema. Segundo o dito proprietário, ele recebeu a fazenda de seu pai que a teria comprado em 1922 de José Teodoro de Souza, que a teria recebido de D. Pedro II em troca de serviços prestados à Coroa.

Nesse mesmo documento (INCRA, s/d), é apresentada declaração do então procurador Regional de Presidente Prudente, José Roberto Castilho, à imprensa em agosto de 1996 em que ele destaca que desde 1868 a Região Oeste do Estado é alvo da ação de grileiros que forjam títulos de domínio para exercer posse sobre imensas áreas de terra. Segundo o atribuído ao procurador, na década de 1930, a Justiça teria averiguado a legitimidade dessas escrituras e julgado imprestáveis a maior parte das registradas até o final da década de 1920, o que inclui a fazenda de Nestor Bovolato. O cadastro da fazenda Ilha Grande junto ao Incra foi cancelado.

3.1.4 Início das ocupações de terra e primeiros assentamentos

Nessa região, que já não era mais o desconhecido e distante oeste (*far West*), aos poucos, desponta também um grupo de trabalhadores marginalizados, integrantes da chamada reserva de mão-de-obra, que começa a lutar por terra e, por isso, foi sendo denominado de trabalhador sem-terra (FERNANDES, 1996 apud SILVA et al., 2006).

Entre as décadas de 1960 e 1980, houve na região o segundo maior número de conflitos no estado de São Paulo, movimento que veio a se agravar nos anos oitentas (SOUZA, 2006). Pesou para isso a demissão de muitos em decorrência da desaceleração do Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema³³ que, entre outras ações, previa a construção de três usinas hidrelétricas pela Companhia Energética de São Paulo (Rosana e Taquaruçu no rio Paranapanema e Primavera no rio Paraná) e da usina de álcool Alcídia (OLIVETTE, 2005). Desempregados em uma economia estagnada, muitos daqueles trabalhadores que haviam sido atraídos para a região engrossaram as colunas dos que já reivindicavam terra. Integram a cena também os descontentes com a transferência que sofreram devido à inundação de suas áreas a partir da construção de barragens para as três usinas hidrelétricas da região.

O primeiro assentamento de reforma agrária na região foi o XV de Novembro³⁴, de 1984, com 571 famílias assentadas pelo governo estadual numa área de 13.310 hectares na divisa dos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Em Teodoro Sampaio, o primeiro é de fevereiro de 1988, o Água Sumida, onde foram assentadas pelo governo federal 121 famílias numa área de 4.210 hectares – a ocupação da então fazenda Água Sumida tinha ocorrido em setembro de 1985 (ITESP, 2011).

Na década de 1990, aumenta a organização do movimento popular. “Em julho de 1990 o Movimento [MST] realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto sócio-territorial” (FERNANDES e RAMALHO, 2001, p.241). Nos anos seguintes, surgem na região vários grupos também demandante de terra, como o Movimento Sem-Terra de Rosana, o Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil e Movimento Unidos pela Paz, entre outros. Vários deles se unem para formar o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST) que, juntamente com o MST, obtiveram os maiores resultados (SOUZA, 2006).

Os censos demográficos do IBGE quantificam o movimento migratório na região. Conforme apresentado por Leal (2003), em 1970, a população de Teodoro Sampaio era de

³³ Esse programa foi publicado em 1978 pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado; foi uma das primeiras iniciativas públicas de planejamento da região; Cesp e Proálcool iniciam obras antes desta publicação.

³⁴ Esse nome marca a data de 15 de novembro de 1983, em que cerca de 350 famílias ocuparam as fazendas Tucano, de propriedade da construtora Camargo Corrêa, empreiteira da Cesp, e a fazenda Rosanela, da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril (SOUZA, 2006).

19.842 pessoas, sendo que quase 16 mil residiam no campo. Em 1980, o total cresce para cerca de 26 mil, com avanço exclusivo da população urbana. Em 1985, o número de habitantes beira os 35 mil, sendo cerca de 18 mil desses residentes do rural. Em 1991, o município atinge o recorde de 48.773 habitantes, com cerca de 22 mil no rural e 26.500 na cidade. Já em 1996, a população total cai a menos da metade da registrada no censo anterior, somando apenas 19.503 pessoas. Dessas, menos de 3 mil estavam no campo. Em 2000, com cerca de 4 mil no rural, o total é de 20 mil habitantes, números que se mantinham praticamente constantes em 2010, como mencionado - população estava pouco acima dos 21 mil, com 4 mil no campo.

Com a intensificação dos conflitos agrários, em 1995, o então governador Mário Covas determinou a arrecadação de terras julgadas devolutas e também criou um plano de ações para identificar terras devolutas do Pontal, principalmente em áreas com mais de 500 hectares (FERNANDES e RAMALHO, 2001).

No período de 22 anos que vai de 1988 a 2009, conforme o Relatório de 2009 do Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra, coordenado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), do Departamento de Geografia da Unesp de Presidente Prudente, houve 744 ocupações que reuniram 101.275 famílias no Pontal do Paranapanema. Dos 32 municípios da região, não houve ocupações em apenas sete deles (Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Indiana e Santo Expedito). Mirante do Paranapanema é, de longe, onde mais houve ocupações, 171 no período, as quais foram realizadas por 33.527 famílias (DATALUTA, 2009).

Os anos mais intensos em ocupações de terras na região foram de 1995 a 1998, com o pico de 87 em 1998. Em todo o Pontal, 70 assentamentos foram instalados neste período. Em Teodoro Sampaio especificamente, dos 20 assentamentos existentes até meados de 2011, sete são de 1997 e quatro de 1998. Também segundo o Relatório do Dataluta de 2009, as ocupações continuam ativas nos anos recentes, sendo registradas 50 em 2009. Em termos de famílias envolvidas, o máximo registrado pelo Nera/Dataluta foi de 19.135 no ano de 1995; em 2009, participaram das ocupações no Pontal 3.087 famílias. Duas das ocupações realizadas em 2009 foram em Teodoro Sampaio, com 60 famílias no total.

Em resposta a essa intensa movimentação, de 1984 a 2009, dados do Dataluta (2009) apontam que foram criados 111 assentamentos no Pontal, onde foram assentadas 6.182 famílias numa área de 142,2 mil hectares. Teodoro Sampaio é o segundo município onde mais

famílias foram assentadas, 856 em 22.681 hectares, atrás apenas de Mirante do Paranapanema, com 1.625 famílias em 34.984 hectares – dados disponíveis no site do Itesp (FUNDAÇÃO ITESP, 2011) são distintos desses. Cálculo feito a partir dessa fonte do governo paulista indica que, nos 32 municípios do Pontal, foram criados 102 assentamentos e assentadas 5.475 famílias em 117,56 mil hectares. Em Teodoro Sampaio, segundo o Itesp, seriam 849 lotes que somam 22.694 hectares e, em Mirante do Paranapanema, 1.324 famílias em 31.675 hectares.

Em todo o estado de São Paulo, segundo informações do site Itesp, os governos estadual e federal haviam implementado 168 assentamentos (127 sob responsabilidade do Itesp e 41 do Incra), numa área de 220.508 hectares, proporcionando o assentamento de 10.100 famílias – cerca de um terço tanto da área quanto do número de famílias estão em assentamentos do governo federal; dois terços, em assentamentos estaduais (FUNDAÇÃO ITESP, 2011).

3.1.5 Perfil da agropecuária de Teodoro Sampaio

Conforme dados do Censo 2006 (IBGE, 2009), Teodoro Sampaio tinha 806 estabelecimentos familiares (80,3% do total) que ocupavam área de 16.538 hectares (16,6% do total). Os que ficavam fora da classificação de familiar seriam 198, com área de 83.328 hectares, o que indica que, mesmo com a implantação de assentamentos no município, Teodoro Sampaio ainda mantinha forte concentração da terra.

Quanto à condição legal das terras, o Censo 2006 aponta que dois terços dos estabelecimentos, 633 deles, não tinham titulação definitiva – este dado difere dos publicados pelo Itesp³⁵. Outros 348 eram estabelecimentos próprios, 11 eram arrendados, 15 ocupados e 3 eram mantidos em regime de parceria. Os 633 estabelecimentos ocupavam apenas 12.777 hectares, o equivalente a 13% da área apontada pelo IBGE para o município, de 99.865 hectares. Quase 80% da área total era de estabelecimentos próprios. As divergências entre as informações do IBGE (2009) e da Fundação Itesp, conforme comentado no item 2.3.1.1, podem advir de problemas de preenchimento do formulário do Censo, em que o informante assentado se auto-declarou proprietário e não assentado sem titulação definitiva.

³⁵ Os dados da Fundação Itesp referem-se a assentamentos próprios e também aos do Incra; nenhum lote de Teodoro Sampaio recebeu, até maio de 2011, título de posse definitiva.

A direção dos estabelecimentos no município (familiares e não-familiares) estava predominantemente nas mãos de homens; as mulheres respondiam por 20%. Entre os 803 homens que dirigiam o estabelecimento, 109 não sabiam ler e escrever (o que representa 11% dos 803); entre as mulheres, essa relação era um pouco maior: uma em cada cinco administradoras não sabia ler e escrever (20%). Considerando-se os dois gêneros, 15% não sabia ler e escrever; um grupo de 82 pessoas (8%) não teve instrução formal, mas sabia ler e escrever. Metade (51%) de todos os que dirigiam o estabelecimento tinha ensino fundamental (1º grau) incompleto e 123 administradores (12%) haviam completado o 1º grau. O ensino médio ou técnico agrícola foi concluído por 10% deles e somente 20 produtores (2%) tinham nível superior, segundo o Censo 2006 (IBGE, 2009).

Os dados sobre o tempo que o produtor dirige o estabelecimento têm semelhanças com a dinâmica de implantação dos assentamentos no município. Em 2006, 54% dos produtores (sem distinção de gênero) estavam de cinco a menos de 10 anos na direção dos trabalhos – 13 assentamentos de Teodoro Sampaio são de 1997 e 1998. Outro grupo com cerca de um quarto dos produtores (24%) já estava há mais de 10 anos à frente das atividades do estabelecimento. Aproximadamente 20% haviam assumido o estabelecimento no período de um a menos de cinco anos e somente 2%, há menos de um ano.

A atividade leiteira é encontrada na maioria dos estabelecimentos do município. Em 2006, também segundo dados do Censo, quase três quartos (728 dos 1.004) dos estabelecimentos produziram leite, totalizando cerca de 9,6 milhões de litros naquele ano. Desses estabelecimentos, 696 (95,6%) comercializaram o produto, exclusivamente cru (não pasteurizado). O Censo mostra que, em 2006, 752 (75%) estabelecimentos auferiram renda com a venda de animais e seus derivados, sendo que esta renda que totalizou R\$ 4,94 milhões. Já os 216 (21,5% do total) que obtiveram renda com a venda de produtos vegetais obtiveram R\$ 70,41 milhões – vale lembrar que a cana-de-açúcar ocupa grande área do município. A pesca proporcionou receita para 94 estabelecimentos (9%), num total anual de R\$ 485 mil. Em 152 estabelecimentos (15%), foram recebidos cerca de R\$ 775 mil em aposentadorias ou pensões; em outros 110 (11%), doações ou ajudas voluntárias de amigos e parentes agregaram R\$ 78 mil à renda das famílias; não foi registrado nenhum caso de receitas de programas especiais do governo. Quanto ao recebimento de salários obtidos pelo produtor fora do estabelecimento, o IBGE (2009) apontou apenas 4 casos, que somavam R\$ 13 mil no ano – o

que vem a representar em média R\$ 270/mês por estabelecimento, menos que um salário mínimo da época, R\$ 300 até julho e R\$ 350 nos meses seguintes. Esses dados mostram a importância da produção vegetal, a disseminação da bovinocultura, especialmente a leiteira, entre os produtores de Teodoro Sampaio por um lado e, por outro, a menor expressão da pesca, das aposentadorias, pensões e ajudas de terceiros na composição das rendas familiares.

Quanto à obtenção de financiamentos, em 2006, menos da metade dos estabelecimentos, 441, tomaram recursos. Os que o fizeram, emprestaram basicamente de bancos, sendo predominantemente destinados a investimentos e a custeio. No ano de realização do Censo, 566 estabelecimentos (representam 56% do total) tinham dívidas, também junto, principalmente, a bancos (IBGE, 2009). A importância do crédito rural para esses produtores é evidente.

Noventa e três por cento dos estabelecimentos (930 do total de 1.004) dispunham de energia elétrica, 900 (90%) tinham aparelho de TV, sendo que em 584 (58%) havia antena parabólica e em 813 (81%), rádio. Somente 33 estabelecimentos (3%) tinham computador e sete destes dispunham de acesso à internet (IBGE, 2009). Esses dados sobre acesso a meios formais de comunicação são compatíveis com a escolaridade média dos produtores do município e também com a predominância típica de meios audiovisuais no meio rural.

Em relação à assistência técnica, 736 (73%) estabelecimentos contaram com esse tipo apoio naquele ano; em 659 deles (65%), a assistência foi provida pelo poder público (municipal, estadual ou federal), confirmando a importância dos serviços de Ater e Ates nas unidades de assentamento.

Metade dos estabelecimentos, 498 deles, não dispunha de nenhum meio de transporte. Somente 236 (23,5%) tinham automóvel, 111 (11%) tinham moto, 34 (3,4%), utilitário e 15 (1,5%), caminhão (IBGE, 2009).

Dirigentes de apenas 26,7% dos estabelecimentos (268 dos 1.004) eram associados a entidade de classe e/ou cooperativa/sindicato. Desses que participavam de alguma organização coletiva, 92,5% (ou 248 produtores) tinham estabelecimentos entre 10 e 50 hectares (116 estavam na faixa de 10 a menos de 20 hectares e outros 132, de 20 a menos de 50 hectares). Dos 268 que mantinham vínculo associativo/cooperativo, 233 eram assentados sem titulação definitiva e 34 se declararam proprietários; a conta fecha com a inclusão de um produtor que estava na condição de parceiro (IBGE, 2009).

Por sua vez, o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa)³⁶, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, aponta que em 2007 havia em Teodoro Sampaio 1.059 unidades de produção agropecuária (UPA)³⁷. Das 1.059 unidades, inicialmente 973 seriam familiares, segundo análise dos dados feita por profissionais da Cati e acessadas através de comunicação pessoal³⁸. Essa classificação de unidade familiar, contudo, levou em conta apenas que a unidade tivesse área de até quatro módulos fiscais (120 hectares na regional de Presidente Venceslau) e no máximo dois empregados. Esse recorte, conforme vem se discutindo, não necessariamente resulta na identificação das unidades de produção familiar, mas foi assumido como *proxy* inicial desse grupo. No entanto, optou-se por subtrair do total de 973 unidades inicialmente classificadas como familiares as 54 que eram registradas em nomes jurídicos.

Eliminando-se esses casos, os dados do Lupa/Cati de 2007 combinados aos do Itesp levam à conclusão de que a agricultura familiar de Teodoro Sampaio seria representada por 810 famílias assentadas e outras 109 não-assentadas, chamadas aqui de sitiantes tradicionais. Assume-se esta nomenclatura em referência àqueles que obtiveram a terra ou o direito ao seu uso por meios particulares – seja herança, doação, compra ou arrendamento –, não sendo, desta forma, beneficiário de nenhum programa do governo de acesso à terra.

³⁶ A primeira edição é de 1996 e a segunda, de 2007. O objetivo é conhecer as atividades das unidades de produção agropecuária do estado. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/> Acesso em 16 ago. 2010.

³⁷ Unidade de Produção Agropecuária é adotada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, como cada propriedade contígua (que pode ter mais de um dono) ou cada lote de assentamento. Caso duas propriedades (com escrituras distintas, portanto) de mesmo(s) dono(s) sejam contínuas, serão consideradas uma única UPA. Áreas urbanas com produção agropecuária para finalidade econômica também entram na contagem total de UPAs. Caso haja exploração apenas para consumo próprio em zona urbana, será considerada UPA desde que tenha partir de 1.000 m². Já imóveis utilizados somente para lazer não são considerados.

³⁸ Obtidos em comunicação pessoal com o assessor da Cati João Brunelli Júnior, em dezembro de 2008.

3.2 Material e Métodos

3.2.1 Procedimentos para a coleta de dados

A pesquisa que se desenvolve é explicativa quanto aos fins, com características também de estudo descritivo. Esse trabalho se propôs a identificar – e, conseqüentemente, a descrever – as práticas de comunicação de assentados de Teodoro Sampaio e a relacioná-las com o desenvolvimento das famílias, explicando as relações identificadas.

A pesquisa explicativa é entendida por Gil (1996) como aquela que concentra seus objetivos em “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (p.46). O autor, no entanto, observa que em ciências sociais nem sempre é possível a realização de pesquisas rigidamente explicativas. Para Gil, estudos explicativos são os que mais aprofundam o entendimento da realidade, justamente por buscar os porquês das coisas e, por isso mesmo, mais contribuem para a geração de conhecimento científico.

O aspecto descritivo, por sua vez, revela o interesse do pesquisador por tornar claras ao seu público as características, o mais detalhado possível, do objeto de estudo ou das relações entre as variáveis centrais do estudo. Na busca por identificar, ou descrever, as características e/ou relações do evento em análise, o questionário é uma das técnicas mais utilizadas. Ainda conforme Gil (1996), o aspecto descritivo de certas pesquisas pode aproximá-la também das classificadas como exploratórias, à medida que proporcionam nova visão do problema. O estudo descritivo é também indicado para levantamentos da opinião e atitudes de grupos acerca de determinada situação e identificação do comportamento de grupos minoritários, por exemplo.

Quanto aos meios ou procedimentos técnicos para coleta de dados, foram empregados os métodos de entrevista guiada (semi-estruturada), entrevistas estruturadas (questionário) e observação não-participante, num esforço para combinar dados quantitativos e qualitativos.

Entrevistas guiadas proporcionam informações detalhadas para análise qualitativa e, no caso desta pesquisa, devem complementar a interpretação dos resultados quantitativos. Na aplicação de uma entrevista guiada, o entrevistador conta com um guia de temas a serem explorados – perguntas básicas e principais para se atingir o objetivo, como diz Triviños (1987) –, mas não há a necessidade de se seguir ordem pré-determinada (RICHARDSON,

1999). O contexto deve ser semelhante ao de uma conversa informal, em que o entrevistado tem liberdade para se manifestar espontaneamente sobre o tema proposto, permitindo ao entrevistador, inclusive, tocar em assuntos mais complexos e delicados (BONI e QUARESMA, 2005). “A situação em que é realizada a entrevista contribui muito para o seu sucesso, o entrevistador deve transmitir, acima de tudo, confiança ao informante” (BONI e QUARESMA, 2005, p.76).

Para Triviños (1987), entrevistas semi-estruturadas favorecem “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (p.152), permitindo, inclusive, a participação ativa do pesquisador no processo de coleta de informações, que pode inserir novas questões conforme a entrevista se desenvolve. Richardson (1999) destaca que a entrevista guiada, com perguntas abertas, tem a vantagem de cobrir todo tipo de resposta que o entrevistado queira apresentar, mas dificulta sobremaneira a codificação e classificação das respostas, além do que pode demandar mais tempo para ser respondida.

A respeito da entrevista estruturada, Richardson (1999) destaca que perguntas fechadas guardam as vantagens de serem facilmente codificadas e de tenderem a agilizar o processo de resposta. Rea e Parker (2000) observam também que esse método de coleta facilita comparações das respostas, evita aquelas irrelevantes ou estranhas, além do que a lista fixa de alternativas tende a deixar a pergunta mais clara para o entrevistado ao mesmo tempo em que o auxilia a lembrar-se de alternativas a princípio esquecidas. Perguntas fechadas, segundo os mesmos autores, são recomendadas também na apuração de assuntos delicados, como os relacionados à saúde ou à renda, tendo em vista que as alternativas são oferecidas todas de uma vez e podem ser formatadas por faixas ou grupos.

Por outro lado, perguntas fechadas impedem que o entrevistado manifeste todo tipo de opinião, podendo haver circunstâncias em que ele não identifique a alternativa ideal entre as oferecidas e opte pela representação mais próxima da sua resposta real (REA e PARKER, 2000). Com isso, diferenças sutis entre entrevistados não seriam captadas nas categorias pré-estabelecidas. De acordo com Rea e Parker (2000), incluir em questionário a alternativa “outra resposta” representa “um meio-termo excelente entre os formatos aberto e fechado” (p.46), mas requer ponderação para ser usada. Os autores destacam que a decisão de incluí-la, assim como a perguntas abertas em um questionário, deve se basear em evidências obtidas durante a aplicação de pré-teste.

Quanto à observação não-participante, Richardson (1999) aponta como sua grande vantagem a possibilidade de proporcionar a coleta de informações no momento em que ocorre o fato, sendo possível ao observador registrar aspectos complementares do ambiente e reação dos sujeitos impossíveis de serem captadas por questionário ou mesmo em entrevista. A análise de significado semântico-pragmático da conversação adotada para a interpretação das entrevistas guiadas, como se verá, também tenta resgatar esses aspectos circunstanciais.

3.2.2 Levantamentos de campo

Inicialmente, esta pesquisa se focou em *agricultores familiares* de Teodoro Sampaio, incluindo, portanto, assentados e sitiantes tradicionais. Os levantamentos de campo começam por entrevistas guiadas com representantes de entidades diretamente relacionadas a esses dois grupos de agricultores: órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural, como Incra, Itesp, Cati, Departamento Municipal de Agricultura, e organização de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Teodoro Sampaio. Procurou-se incluir na amostra também representantes da organização não-governamental Ipê, que desenvolve trabalhos na região, e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, contatados a partir da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal), mas dificuldades no agendamento das entrevistas levaram à supressão dessas entidades na amostra.

O primeiro contato pessoal com profissionais locais dessas entidades foi feito em outubro de 2009, e as entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2010. No Incra, a entrevista contou com quatro de seus profissionais: Sidnei Macedo (“Piu”), técnico em agropecuária, coordenador regional do Instituto; Gilda Werneck, engenheira agrônoma, responsável técnica por assentamento; Aldemir Gimineano, técnico em desenvolvimento agrário que atua como técnico de campo; e Rodrigo Meia Casa, gestor ambiental com cargo de assistente de desenvolvimento agrário.

No Itesp, participaram sete profissionais: Ibrahim Antonio Jorge Filho, Dr. Ivan Bordin e Luiz Fernando Munhoz Arantes, os três são engenheiros agrônomos e atuam como analista de desenvolvimento agrário, e Walter Santos, Leandro Marques da Silva, Arquimedes

Garcia Martins e Mari Estela da Silva, todos técnicos em agropecuária; o primeiro deles atua como técnico em gestão organizacional e os demais têm o cargo de técnico em desenvolvimento agrário no Itesp.

No Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Teodoro Sampaio, foram entrevistadas Denise Aparecida Soares, assistente jurídica e secretária da presidência, e Aparecida Santos Vasconcelos, tesoureira da entidade, ex-cortadora de cana.

Da Cati, participaram da entrevista Alexandre Seiji Tanaka Yamashita, engenheiro agrônomo, funcionário da prefeitura e atual responsável técnico da Cati (a partir de convênio entre as entidades), e Thelma Saara Inoue, também engenheira agrônoma, funcionária da prefeitura e ex-responsável técnica da Cati.

Como representante do departamento municipal de Agricultura e Abastecimento, foi entrevistada a sua diretora, a engenheira agrônoma Gabriela Cristina Ribeiro Grilli Cardoso.

As entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes. O roteiro foi comum às diferentes entidades, sendo feitas as devidas adequações de público – o Itesp e o Incra trabalham somente com assentados, ao passo que a Cati e o departamento municipal de Agricultura atendem tanto assentados quanto sítiantes tradicionais; o Sindicato dos Trabalhadores, por sua vez, interage principalmente com empregados de atividades rurais e assentados, mas eventualmente atende os sítiantes tradicionais.

Essas entrevistas auxiliaram também na formatação da outra frente de coleta de dados: a aplicação de questionários aos produtores. A planilha de levantamentos é dividida em quatro partes. A primeira corresponde à identificação socioeconômica do entrevistado e de sua família, contemplando também as atividades que desenvolvimento em seu sítio/lote. A segunda parte enfoca as condições de vida da família, incluindo hábitos de interações sociais. A terceira e a quarta são complementares, sendo que uma prioriza as formas de acesso a informação e a outra, ações do produtor no sentido de expressar-se (manifestar suas mensagens). A quinta parte do questionário apura aspectos de infraestrutura, como se tem água encanada e energia elétrica, e também os meios que dispõe para manter suas interações sociais, como se possui carro ou moto, se tem telefone fixo ou móvel e se funciona no lote.

O pré-teste deste roteiro de questões fechadas foi feito com três assentados. Nessa etapa, notou-se que declarações espontâneas dos respondentes enriqueceriam a interpretação ou significação das respostas fechadas que seriam processadas estatisticamente, mas

interpretadas à luz de seu contexto. Por esse motivo, definiu-se que tanto a autora, responsável por 84% das entrevistas, quanto a profissional da área de educação³⁹ que a auxiliou em quatro dias de apuração deveriam anotar manifestações complementares dos entrevistados julgadas de interesse ao foco da pesquisa.

Como medida de controle da qualidade dos questionários preenchidos, ao final de cada dia de levantamento, a pesquisadora sozinha ou com a profissional que a auxiliou conferiam o preenchimento de todas as questões e comentavam as anotações complementares.

Paralelamente, as observações não-participantes foram enriquecedoras ao conhecimento de campo e proveram subsídios para que o tamanho da amostra, estatisticamente sujeito à margem de erro de 10%, pudesse ser considerado representativo da realidade que se analisou.

3.2.2.1 Tamanho e distribuição da amostra

Conforme Rea e Parker (2000), o pesquisador deve buscar uma amostra que represente um microcosmo aproximado da população útil, ponderando o grau de precisão desejado em relação ao aumento de tempo e custo para viabilizar amostras maiores.

As entrevistas estruturadas com aplicação de questionário foram realizadas no mês de julho de 2010. Ao final, tinha-se em mãos 15 entrevistas com sitiantes tradicionais e 81 com assentados. Em todas as entrevistas, priorizava-se que o questionário fosse respondido pelo titular do lote ou dono do sítio, mas houve casos de o cônjuge responder. Na maioria das vezes, ao final da entrevista, foi tirado foto do respondente, de preferência acompanhado por sua família. O objetivo era a humanização do registro e o reforço das informações encontradas em campo, as quais poderiam servir de apoio tanto no momento de interpretação dos dados quanto de sua apresentação aos que se interessarem pela pesquisa.

Como apontado anteriormente, as informações do site do Itesp (FUNDAÇÃO ITESP, 2011) na época mostravam que havia em Teodoro Sampaio 20 assentamentos com 849 famílias (lotes). No entanto, profissionais locais dessa instituição trabalhavam no dia-a-dia com números ligeiramente distintos. Conforme os entrevistados do Itesp, haveria no território

³⁹ Nossos agradecimentos a Marlene Polido, pedagoga, recém-aposentada e sitiante em Piquerobi (SP), distante 100 km de Teodoro Sampaio.

de Teodoro Sampaio 19 assentamentos, sendo que um deles, o Santo Expedito, teria sido implementado somente em 2009, apesar de o site do Itesp mostrar que foi criado no final de 2005. O assentamento Córrego Azul, segundo profissionais locais, é considerado pertencente a Euclides da Cunha Paulista. Quanto ao número de lotes em cada assentamento, há duas pequenas divergências. O site do Itesp aponta 30 famílias no Santo Expedito e 25 para o Santa Cruz da Alcídia, ao passo que os entrevistados do Itesp local consideravam 29 famílias no primeiro e 26 no segundo.

Para o cálculo da amostra proporcional ao número de famílias em cada assentamento, optou-se por se considerar as informações obtidas em campo. Dessa forma, foram excluídos os assentamentos Córrego Azul, que não seria de Teodoro Sampaio, e o de Santo Expedito, onde as famílias estariam há cerca de um ano apenas. Trabalhou-se, então, com o total de 810 assentados de 18 projetos de reforma agrária. Quanto aos sitiantes tradicionais, a estimativa é de que sejam 109, baseando-se em dados do Lupa/Cati e do Itesp local (total de 973 UPAs familiares menos 54 pessoas jurídicas e 810 assentadas até 2007). O universo, então, era de 919 produtores familiares em Teodoro Sampaio – vale lembrar que a classificação adotada pela Cati pode estar superestimando o universo de unidades familiares.

Para o cálculo do tamanho mínimo da amostra, optou-se pela fórmula proposta por Barbetta (2002) apresentada na Equação 1:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \Rightarrow n = \frac{N * n_0}{N + n_0} \quad (1)$$

sendo:

N = tamanho da população

E₀ = erro amostral tolerável

n₀ = primeira aproximação para o tamanho da amostra

n = tamanho da amostra

Aceitando-se erro amostral de 10%, deveriam ser entrevistados, ao todo, 90 produtores. A distribuição da amostra levaria em conta o número de famílias em cada assentamento e no conjunto dos sitiantes tradicionais. Dessa forma, deveriam ser entrevistados 79 assentados e 11 sitiantes tradicionais.

No total, foram entrevistados 96 produtores, mas a dinâmica do levantamento de campo acabou não coincidindo com a exata distribuição proporcional entre os grupos. Conforme as entrevistas eram realizadas, percebia-se relativa homogeneidade nas respostas dos assentados, ao passo que, entre os sitiantes, não eram encontrados aqueles que tivessem o perfil de agricultor familiar. Por esse motivo, acabaram sendo feitas 81 entrevistas com assentados e 15 com sitiantes, ao invés de 11, num esforço para que fossem localizados representantes também deste grupo para a pesquisa.

Por fim, os resultados das entrevistas – validados também em conversas informais – revelaram que praticamente não há sitiantes tradicionais que se encaixem no entendimento que se tem de agricultor familiar em Teodoro Sampaio. Entre os sitiantes tradicionais, ainda que os entrevistados tivessem propriedade inferior a 120 hectares e não mantivessem mais que dois funcionários fixos, quase três quartos deles não tinham o estabelecimento agropecuário como sua atividade principal. Desses 15 entrevistados, apenas quatro declararam a renda do sítio como importante para a família: para dois deles, essa receita representa cerca de metade da renda e para outros dois, quase toda. Para boa parte dos proprietários entrevistados, o sítio era espaço de lazer ou apenas um complemento para a renda principal advinda da cidade – é comum encontrar comerciantes proprietários de sítios que ficam muito próximos do núcleo urbano. Dessa forma, optou-se por se excluir esse grupo da amostra, que passou a considerar somente assentados da reforma agrária, representados por 81 entrevistas.

Ao se proceder à distribuição das amostras entre os assentamentos, procurou-se manter proporcionalidade de acordo com o número de famílias, mas acabaram sendo aplicados alguns questionários a mais em cinco assentamentos e a menos em três deles. O ligeiro desvio de proporcionalidade entre os assentamentos foi amenizado quando esses projetos de reforma agrária foram agrupados por data de instalação, similaridade de políticas públicas e também por localização – agrupamento feito com o apoio dos técnicos do Itesp. Com essa providência, ao invés de 18 assentamentos, passa-se a ter quatro grupos de assentamentos.

Um deles é formado por apenas um assentamento, o Água Sumida, instituído em data e circunstâncias bastante diversas de qualquer outro: em 1988, pelo Incra. Este foi o primeiro assentamento de Teodoro Sampaio. Outro grupo reúne os assentamentos criados entre 1997 e 2000. Os anos de 1996 e 1997 foram de intensos conflitos pela terra naquela região e, preponderantemente, as famílias dos oito assentamentos desse grupo constavam de listas

elaboradas por movimentos sociais de luta pela terra que acabaram sendo praticamente acatadas pelo Itesp que, naquele período, ainda estava elaborando suas diretrizes⁴⁰. Paralelamente à ação de reforma agrária implementada pelo Estado, houve conflitos também entre parte das famílias que recebiam lotes próximos ao rio Paraná e os ribeirinhos que já estavam estabelecidos naquela barranca. Aos poucos, os conflitos foram dirimidos e, atualmente, vários ribeirinhos ocupam legalmente lotes de famílias que deixaram os assentamentos próximos ao rio.

Um terceiro grupo da amostra compreende seis assentamentos resultantes do desmembramento da antiga fazenda Ribeirão Bonito, todos de 1997. Diferentemente do grupo anterior, o processo de implementação desses assentamentos foi pacífico e recebeu principalmente famílias que já trabalhavam na fazenda Ribeirão Bonito ou no entorno.

O quarto grupo reúne três assentamentos implementados em 2003, momento em que o Itesp já havia especificado critérios técnicos claros para a seleção de famílias a serem assentadas, implicando em escolhas que, por vezes, divergiam das listas dos movimentos sociais. Paralelamente, a situação econômica do País já era bem melhor que a vivida na década anterior e a reivindicação por reforma agrária havia arrefecido⁴¹.

A Tabela 2 apresenta a distribuição calculada e a efetiva da amostra.

⁴⁰ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” propriamente é criada somente em janeiro de 1999 e regulamentada em outubro daquele ano; o Itesp havia sido criado em 1990.

⁴¹ Informações sobre o histórico dos assentamentos foram obtidas com a técnica em desenvolvimento agrário do Itesp Mari Estela da Silva, que acompanhou desde a infância o movimento da reforma agrária na região.

Tabela 2 - Assentamentos considerados na amostra e estimativa do número de sitiantes; distribuição proporcional e número de entrevistas realizadas.

Assentamentos	Famílias	Ano Instalação	Amostra Calculada	Amostra Efetiva
Água Sumida	121	fev/88	12	13
Água Branca I	29	set/98	3	3
Alcídia da Gata	18	set/98	2	2
Laudenor de Souza	60	set/97	5	4
Santa Terezinha da Alcídia	26	set/98	3	3
Santa Zélia	104	mar/99	10	12
Vô Tônico	19	out/98	2	2
Santa Cruz da Alcídia	25	jan/00	2	3
Santa Terezinha da Água Sumida	48	jul/99	4	1
Cachoeira do Estreito	29	nov/97	3	4
Santa Rita da Serra	40	nov/97	4	4
Haidéia	27	nov/97	3	2
Santa Vitória	27	nov/97	3	3
Santo Antônio dos Coqueiros	23	nov/97	2	2
Vale Verde	50	nov/97	5	5
Recanto do Porto X (Fusquinha)	43	set/03	4	3
São Pedro Alcídia (Padre Josimo)	96	jul/03	9	11
Santa Edwiges	25	set/03	3	4
Assentados Teodoro Sampaio	810		79	81
Sitiantes	109		11	15
TOTAL (sitiantes + assentados)	919		90	96

Fonte: Dados da pesquisa

A escolha dos lotes a serem visitados em cada assentamento foi aleatória, buscando-se sempre alcançar residências em pontos distantes entre si – em nenhum dos assentamentos há agrovilas. No dia 21 de julho, especificamente, as entrevistas foram feitas no centro da cidade, tendo em vista o interesse por se observar a sociabilidade entre produtores de diferentes assentamentos. A data foi escolhida pelo fato de ser o “dia da compra” para muitas das famílias que têm o leite como fonte principal de renda – em muitos casos, o pagamento é feito no dia 20.

Quanto ao contato com sítios tradicionais, a busca se deu de forma aleatória trafegando-se pelas quatro estradas principais que dão acesso às propriedades rurais do município, conforme orientação de técnicos da Cati e do departamento municipal de Agricultura. Contudo, em muitas visitas, era encontrado apenas o funcionário da propriedade, que, em várias ocasiões, informava que o proprietário tinha negócio principal na cidade.

3.2.3 Métodos de análise do material coletado

Para a interpretação das entrevistas guiadas, adotou-se a análise do significado semântico-pragmático da conversação, seguindo-se orientações de Mattos (2005); por sua vez, a análise dos dados quantitativos se baseou na ferramenta de tabela dinâmica do Excel e também em regressões feitas através do software estatístico *Stata 9.0*.

Para a análise de entrevistas guiadas, Mattos (2005) defende que seja feita com “aproximação da análise pragmática da linguagem, e a razão principal a favor disso é a de que a entrevista não-estruturada ou semi-estruturada realmente *é uma forma especial de conversação*” (p.825-826; destaque do original). Para esse autor, o entrevistador não pode “sumir” da cena no momento da interpretação, como se a sua presença e contexto criado por ocasião da entrevista não existissem. Esse ambiente faz parte da entrevista, incluindo todo tipo de manifestação além da verbal, igualmente carregada de significado.

Em sua análise sobre formas de interpretação de entrevistas não-estruturadas ou semi-estruturadas, Mattos (2005) a divide em cinco fases. A primeira é a recuperação do momento da entrevista, com a transcrição da conversa e anotações de observações. A segunda é subdividida em duas. Na primeira delas, o foco é analisar como se desenrolou o contexto pragmático do diálogo, como se o objetivo fosse responder: o que aconteceu ali entre aquelas pessoas ou como o assunto foi se desenvolvendo? A segunda parte dessa fase consiste em observar atentamente cada pergunta-resposta, captando-se o significado nuclear de cada resposta ao mesmo tempo em que se buscam outras informações importantes para a pesquisa e suposições implícitas a respeito do contexto. A terceira fase apontada por Mattos (2005) é a da validação pelo menos do significado nuclear da resposta junto ao próprio entrevistado. Na fase seguinte, o conjunto de informações deve ser organizado com o propósito de facilitar a visualização de relatos, opiniões, atitudes do(s) entrevistado(s), de modo que a etapa seguinte,

de análise de conjuntos, aproveite tudo o que pôde ser captado na entrevista. Também essa última fase é subdividida pelo autor, que sugere inicialmente a visualização detida das evidências relativas a cada entrevistado, depois das evidências que se referem a cada resposta e, em terceiro lugar, que “paire meditativamente” sobre todo o conjunto da entrevista. Nesse processo, são feitas, então, observações conclusivas, as quais deverão ser ligadas aos fatos de linguagem (expressões).

Quanto aos dados provenientes das entrevistas estruturadas, numa primeira etapa, foram descritos com o apoio de tabela dinâmica do Excel - as estatísticas descritivas das principais variáveis do perfil da amostra estão no Anexo 1. Posteriormente, em busca de argumentos estatísticos que proporcionassem a checagem da hipótese principal, foram especificados dois modelos econométricos. Através desses modelos, busca-se, de forma aproximada, verificar-se se há influência da comunicação sobre o “desenvolvimento” e quais variáveis ajudariam a explicar o grau de comunicação e de “desenvolvimento” das famílias.

Para tanto, as variáveis foram agregadas de modo a serem obtidas uma *proxy* de comunicação e outra que expressasse “desenvolvimento”. No entanto, a dificuldade de se representar a amplitude deste conceito através de variáveis com teor quantitativo no contexto em análise levou à elaboração de uma *proxy* baseada na combinação da condição de vida da família, conforme cada entrevistado a tenha declarado, e a evolução da sua produção agropecuária, aspectos que integram a noção de desenvolvimento, mas não a encerram, reconhece-se. Para as análises estatísticas, essa *proxy* de desenvolvimento e também outra proposta para comunicação foram consideradas “indicadores”, chamados de: indicador de *condição de vida e produção* e de *comunicação cotidiana das famílias assentadas*.

O primeiro indicador se baseia nas respostas às duas questões-chave que o definem, uma relativa à condição de vida da família e outra à evolução da atividade agropecuária. A variável *condição de vida da família*, apesar de poder refletir aspectos distintos selecionados pelos entrevistados, tem o mérito de permitir ao respondente que considere os aspectos que deseja ao manifestar sua percepção sobre como considera a *condição de vida de sua família*. A avaliação podia ser: condição péssima (zero no indicador), ruim (1), razoável (2), boa (3) e ótima (4). A outra variável, *evolução da produção agropecuária*, reflete o resultado já obtido com a atividade, também em função de uma série de aspectos afetos à realidade de cada um.

Conforme discutido, desenvolvimento rural deve otimizar a multifuncionalidade do rural, mas, segundo autores como Kageyama (2008), a atividade agropecuária ainda prevalece no centro desse processo. A agropecuária é também destacada nas políticas de reforma agrária. A Lei nº 8.629, de 25/2/1993, que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, menciona no parágrafo único do artigo 19 que os beneficiários devem se propor a “exercer a atividade agrícola” e, no artigo 21, completa que “assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou através de seu núcleo familiar” (BRASIL, 1993). O II Plano Nacional de Reforma Agrária⁴², de 2004, assim como diretrizes do Incra e da Fundação Itesp também destacam a ampliação da produção de alimentos.

Para o indicador proposto, caso a produção tivesse diminuído em relação ao segundo ano de assentamento, essa variável teria coeficiente 1, se estivesse igual (categoria na qual foram incluídos quem está há menos de dois anos), seria 3 e se aumentado, 6. Essa codificação objetivou conceder pesos iguais às duas variáveis do indicador - ambas somam 10. Esse indicador representa a soma dos coeficientes de cada uma das variáveis e é expresso em pontos, indo de 1 (condição de vida péssima [0] somada a redução da produção agropecuária [1]) a 10 (condição de vida ótima [4] mais aumento da produção [6]).

As diferentes combinações de respostas dividem os entrevistados em três grupos, que serão chamados, por convenção, de grupos de desenvolvimento – ainda que reconheçam as limitações que a *proxy* apresenta em relação ao conceito de desenvolvimento. Assim, haveria os grupos “desenvolvimento comprometido”, “desenvolvimento parcial” e “desenvolvimento pleno”. Ao se propor tal configuração para essa *proxy*, procurou-se compreender, prioritariamente, a situação daqueles que estavam nos extremos, ou seja, dos que estariam mais e dos que estariam menos “desenvolvidos”. O objetivo era identificar características marcantes em um e em outro grupo de modo que, eventualmente, pudessem ser propostas ações para aqueles com menor desenvolvimento a fim de serem melhorados alguns de seus indicadores e também para os da outra ponta, reforçando-se as condições que já vêm lhes proporcionando bons resultados.

A evolução da renda total também foi sondada para se somar ou mesmo substituir a evolução da produção na *proxy* de desenvolvimento. No entanto, optou-se por excluir o efeito da renda obtida com benefícios sociais e/ou de empregos fora do lote pelo fato de se ter

⁴² Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf Acesso 17 jun. 2011.

adotado a perspectiva de desenvolvimento calcada na agropecuária. Trata-se de decisão metodológica da pesquisa, a qual implica reconhecimento da limitação do enfoque proposto, ainda que conte com respaldo da literatura e da legislação, conforme apresentado.

Paralelamente, é sabido que a pluriatividade na agricultura familiar está longe de indicar fragilidade, representando, sim, uma estratégia eficiente de locação de força de trabalho disponível na família e oportunidades de ocupações ainda que temporárias fora da unidade familiar (WANDERLEY, 2009). Não se está, igualmente, ignorando a importância de aposentadorias/pensões e dos programas de proteção social para determinados segmentos vulneráveis de populações urbanas e rurais, mas tão-somente restringindo-se o *foco* da *proxy* proposta com fins operacionais. Ciente, portanto, da complexidade do conceito de desenvolvimento, reconhece-se a franca possibilidade de serem combinadas outras variáveis que o expressem.

No tocante à comunicação, o *indicador* agrega 14 variáveis que poderiam ser relacionadas aos elementos principais da comunicação para a mudança social, que são o acesso a informação, o diálogo e a participação social em condições de igualdade.

- Relacionadas a *acesso* a informação via meios formais: tem TV; rádio; usa internet (independente do local).
- Relacionadas a *diálogo* e *participação social*: costuma participar de cursos; participa de associação/cooperativa; sente-se motivado para participar de atividades coletivas; informa-se com extensionista (inclui menção a ONG); informa-se com produtores/outros agentes (distintos de extensionistas); costuma recorrer a extensionistas quando é o senhor quem precisa discutir, tirar dúvida; costuma recorrer a outros produtores e/ou familiares quando é o senhor quem precisa discutir; costuma visitar vizinhos; gostaria de ter oportunidades para conversar mais; tem meio de transporte (carro e/ou moto); tem telefone (celular e/ou fixo) - as duas últimas são tidas como meios para viabilizar interações sociais.

As variáveis tiveram pesos iguais, sendo contabilizado um ponto para cada resposta positiva. O indicador de *comunicação* proposto, portanto, é uma soma simples. Terão os maiores escores aqueles que apresentarem acesso a um número maior de meios para acessar informação e tiverem práticas de interação, ou condição de (no caso de ter carro e telefone), mais diversificadas. A pontuação máxima possível é 14; na amostra, o máximo foi 13 e o mínimo, 4.

Como houve nove pontuações distintas, as três menores (4, 6 e 7) foram agrupadas em “comunicação baixa”, as três do meio (8, 9 e 10) compuseram a categoria “comunicação média” e as três maiores (11, 12 e 13), a “comunicação alta”.

Foram também propostas duas variáveis resultantes de interações entre dois dos três grupos de desenvolvimento que vieram a ser formados e o seu indicador de comunicação.

Como metodologia, foram usadas regressões linear múltiplas, estimadas pelo método de mínimos quadrados, o qual assume que o termo erro apresenta uma distribuição normal com média zero e variância constante (GUJARATI, 1995).

Segundo Hoffmann e Vieira (1987), uma regressão linear múltipla é aquela em que se admite “que o valor da variável dependente é uma função linear de duas ou mais variáveis independentes” (p.109). O modelo de uma regressão linear múltipla com k variáveis, segundo os mesmos autores, pode ser expresso da seguinte maneira (Equação 2):

$$Y_j = \alpha + \beta_1 \chi_{1j} + \beta_2 \chi_{2j} + \dots + \beta_k \chi_{kj} + u_j, \quad j = 1, \dots, n \quad (2)$$

Dessa forma, as premissas assumidas são:

- A variável dependente (Y_j) é uma função linear das variáveis independentes (X_{ij} , $i=1, \dots, k$);
- $E(ui) = 0$, ou seja, $E(u) = 0$, onde 0 representa um vetor de zeros;
- Os erros são homocedásticos, isto é $E(u_j^2) = \sigma^2$
- Os erros são não-correlacionados entre si, isto é, $E(u_j u_h) = 0$, para $j \neq h$;
- Não há multicolinearidade entre as variáveis.

Sob essa orientação metodológica e após estudo detalhado dos dados, foram ajustados um modelo que tem o *indicador de comunicação cotidiana* como variável dependente e outro para o *indicador de condição de vida e produção das famílias assentadas*. As variáveis de controle se repetem nos dois modelos, uma vez que se pressupõe que elas tenham influência tanto em uma quanto em outra variável dependente.

A fim de se evitar problema de multicolinearidade, as variáveis de controle inicialmente selecionadas foram submetidas a análise de correlação. Foram considerados: gênero, idade, escolaridade do entrevistado, escolaridade da pessoa com quem ele divide as

decisões, tempo que está no lote, forma como obteve a terra (assentado/segunda geração ou Portaria nº 50/permuta), possibilidade de tomar novos financiamentos, rendas agropecuária, do trabalho fora, do governo e *per capita* (Anexo 2).

As maiores correlações apontadas nesta análise foram: 0,6087 entre a escolaridade do entrevistado e a de quem ele compartilha a administração; de 0,5729 entre renda recebida com benefícios pagos pelo governo e renda *per capita*; de 0,548 entre renda recebida do governo e idade; e de 0,496 entre a idade e a escolaridade do entrevistado.

Mesmo não sendo observados valores muito elevados, optou-se por eliminarem-se as duas variáveis que eram as mais correlacionadas: renda *per capita* e escolaridade de quem divide as decisões no lote. A opção de se retirar a renda *per capita* e não a proveniente de benefícios sociais foi feita por se entender relevante a identificação de eventuais diferenças na influência das diferentes rendas (agropecuária, trabalho fora e de benefício do governo) sobre a comunicação e o desenvolvimento.

No modelo de comunicação não foi incluído o *indicador de condição de vida e produção das famílias assentadas* por se considerar que o efeito de dependência é da comunicação para o “desenvolvimento”, não o contrário. Por sua vez, foram incluídas binárias dos grupos “desenvolvimento parcial” e “desenvolvimento pleno” (não se trata, portanto, dos *indicadores* de desenvolvimento desses grupos) com o objetivo de se observar se há diferenças do efeito dos “níveis de desenvolvimento” sobre a comunicação.

Já no modelo de “condição de vida e produção” (*proxy* de desenvolvimento), com a intenção de se analisar se há diferenças da influência da comunicação dos diferentes grupos (“desenvolvimento comprometido”, “desenvolvimento parcial” e “desenvolvimento pleno”) sobre o *indicador de condição de vida e produção das famílias assentadas*, foram criadas duas variáveis de interação.

Cada uma das binárias representando o grupo desenvolvimento parcial e o desenvolvimento pleno foi multiplicada pelo indicador de comunicação, de forma que a variável resultante (interação) assumia o valor do indicador de comunicação quando a binária era um e zero quando a binária era zero.

Na seqüência, foram ajustados o modelo de *comunicação cotidiana* (Equação 3) e o de *condição de vida e produção das famílias assentadas* (Equação 4):

$$y = \alpha + \sum_{i=1}^8 \beta_i x_i + \sum_{i=1}^2 \lambda_i w_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

sendo:

y = indicador de comunicação cotidiana;

x_i = variáveis de controle;

w_i = variáveis binárias (i=1 referente ao grupo desenvolvimento parcial, i=2 para o grupo desenvolvimento pleno) (variáveis binárias foram construídas com valor 1 para as informações relativas a um determinado grupo e zero para os outros);

ε_i = termo estocástico

Na Tabela 3, são descritas essas variáveis e as respectivas siglas usadas na regressão do modelo de comunicação cotidiana.

Tabela 3 - Descrição das variáveis utilizadas no modelo de *comunicação cotidiana*.

Sigla	Variável	Descrição
x_1	Gênero	Masculino = 1, Feminino = 0
x_2	tempo_no_lote	Tempo que está no lote (em anos)
x_3	escolaridade	Anos de estudo
x_4	obtenção_terra	Assentado/Segunda Geração =1; se Port. 50/Permuta=0
x_5	renda_agropecuária	Renda total obtida com agropecuária (inclui pesca) (R\$/mês)
x_6	renda_gov	Renda total recebida por benefícios sociais (R\$/mês)
x_7	renda_trab	Renda total obtida com trabalho fora do lote (R\$/mês)
x_8	financiamento	Tem crédito para obter novos financiamentos agr. familiar = 1, se não = 0
w_1	parcial	Grupo Desenvolvimento parcial = 1, se não = 0
w_2	pleno	Grupo Desenvolvimento pleno = 1, se não = 0

Fonte: Dados da Pesquisa

A seguir, o modelo de *Condição de Vida e Produção das Famílias Assentadas* (Equação 4).

$$Z = \alpha + \beta_1 y + \sum_{i=1}^8 \beta_i x_i + \sum_{i=1}^2 \lambda_i \gamma_i + \varepsilon_i \quad (4)$$

sendo:

Z = indicador de condição de vida e produção

Y = indicador de comunicação cotidiana

x_i = variáveis de controle (descritas na Tabela 3);

γ = interação de variáveis binárias (i=1 referente ao grupo desenvolvimento parcial, i=2 para o grupo desenvolvimento pleno) com o respectivo indicador de comunicação cotidiana;

ε_i = termo estocástico

Na Tabela 4, são descritas as variáveis do modelo de condição de vida e produção e as respectivas siglas.

Tabela 4 - Descrição das variáveis utilizadas no modelo de *condição de vida e produção das famílias assentadas*.

Sigla	Variável	Descrição
Y	indexcomunic	Soma das formas usadas para se comunicar (apresentado no item 4.1.2)
x_2	genero	Masculino = 1, Feminino = 0
x_3	tempo_no_lote	Tempo que está no lote (em anos)
x_4	escolaridade	Anos de estudo
x_5	obtenção_tipo	Assentado/Segunda Geração =1; se Port. 50/Permuta=0
x_6	renda_agropec	Renda total obtida com agropecuária (inclui pesca) (R\$/mês)
x_7	renda_gov	Renda total recebida por benefícios sociais (R\$/mês)
x_8	renda_trab	Renda total obtida com trabalho fora do lote (R\$/mês)
x_9	financiamento	Tem crédito para obter novos financiamentos agr. familiar = 1, se não = 0
γ_1	com_parcial	Comunicação grupo Desenvolvimento parcial (interação y * grupo Desenvolvimento parcial = 1)
γ_2	com_pleno	Comunicação grupo Desenvolvimento pleno (interação y * grupo Desenvolvimento pleno = 1)

Fonte: Dados da Pesquisa

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os assentamentos de reforma agrária, nitidamente, dão vida a Teodoro Sampaio – e não somente à sua área rural. São pelo menos 839 famílias que se movimentam, consomem, trabalham e constroem um novo território.

4.1 Perfil das famílias pesquisadas

Os levantamentos de campo junto a esses atores sociais, especificamente, envolveram entrevistas estruturadas com 81 deles que vivem em 18 assentamentos: Água Sumida, Água Branca I, Alcídia da Gata, Laudenor de Souza, Santa Terezinha da Alcídia, Santa Zélia, Vô Tônico, Santa Cruz da Alcídia, Santa Terezinha da Água Sumida, Cachoeira do Estreito, Santa Rita da Serra, Haidéia, Santa Vitória, Santos Antônio dos Coqueiros, Vale Verde, Recanto do Porto X (Fusquinha), São Pedro Alcídia (Padre Josimo) e Santa Edwiges. O primeiro projeto da lista, o Água Sumida, foi instalado em 1988; outros 13, entre 1997 e 1999, um no ano 2000 e os outros três, em 2003. O período de maior número de assentamentos, portanto, coincide com a fase em que as ocupações de terras na região foram mais intensas (1995-1998), conforme registrado pelo Dataluta (2009).

Os respondentes eram titulares do lote ou o cônjuge. Ao todo, foram entrevistadas 37 mulheres e 44 homens, com idades que variavam de 22 a 83 anos (as estatísticas descritivas da amostra encontram-se no Anexo 1). Divididos por grupos, 18,5% estavam na faixa de 22 a 39 anos, 38,3% tinham de 40 a 54 anos, outros 29,6% estavam entre 55 e 65 anos e 13,6% da amostra passava dos 65 anos (Figura 2).

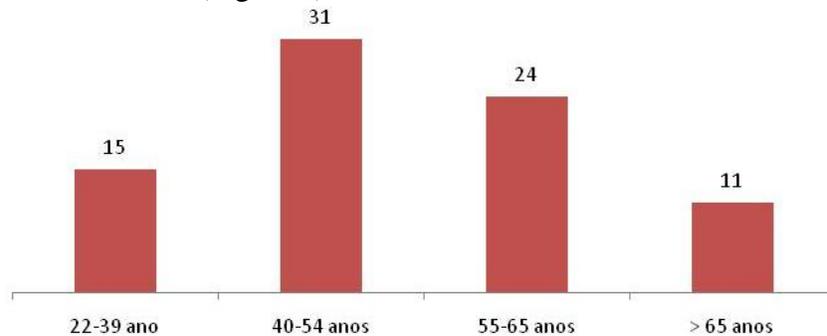


Figura 2 - Perfil da amostra quanto à idade do entrevistado – número de pessoas.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

A escolaridade máxima dessas pessoas era o “colegial” completo (correspondente ao ensino médio), nível obtido por 17 (21%) deles; na outra ponta, estavam 14 (17%) entrevistados sem escolaridade, mas sete deles compartilhavam a decisão sobre o lote com cônjuge ou filho que sabia ler e escrever. Nas faixas “primário” (primeiro ciclo do ensino fundamental) e “ginásio” (segundo ciclo do ensino fundamental), completo e incompleto, estavam 50 respondentes (62% da amostra) (Figura 3).

Essas médias ficam abaixo do apurado pelo Censo 2000 do IBGE para o município, que já era bem inferior à média do estado e mesmo da região administrativa de Presidente Prudente. No ano do Censo, a taxa de analfabetismo da população teodorenses de 15 anos e mais era de 13%; 10 anos depois, ao se realizar esta pesquisa amostral em assentamentos, como se vê, o analfabetismo seria de 17%.

Essa proporção, no entanto, praticamente coincide com os 16% que não sabiam ler e escrever encontrados pelo Inca ao entrevistar 16.153 famílias em 1.164 assentamentos – 63 eram em São Paulo – em 2010. Por outro lado, o Inca identificou que apenas 6,5% haviam concluído o ensino médio (com alguns chegando ao nível superior), ao passo que na amostra em análise 11 entrevistados (13,5%) tinham 12 anos de estudo (nenhum com nível superior).

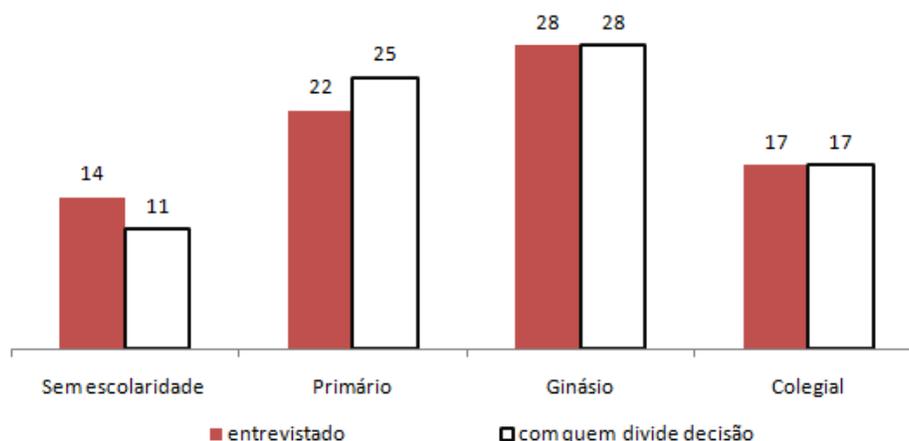


Figura 3 - Perfil da amostra quanto à escolaridade do entrevistado e da pessoa com quem divide a direção do lote – número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Maciçamente (76,5%), os entrevistados moravam num raio de até 200 quilômetros de Teodoro Sampaio (incluindo regiões do Paraná e de Mato Grosso do Sul) antes de serem assentados; cinco vieram de regiões mais distantes do interior paulista; três, da Grande São Paulo e 11, de outros estados (MG, RS, AL, PE, CE, BA e MS, num raio superior a 200 km).

Antes de receberem o lote, exatos dois terços dos entrevistados trabalhavam na agricultura, especialmente como bóia-fria; cerca de 25% tinham empregos urbanos, mas seus pais já haviam lidado com a terra, e 8,5% eram donas de casa que já tinham experiência com o trabalho no campo (Figura 4).

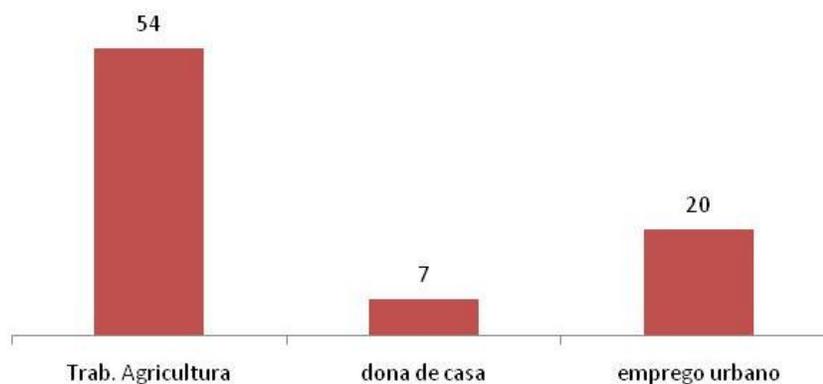


Figura 4 - Perfil da amostra quanto ao ramo de atividade profissional antes de ser assentado – número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Como pode ser visto na Figura 5, dos 81 entrevistados, 55 (que representam 68% da amostra) foram assentados diretamente por programa de reforma agrária dos governos federal e estadual (no caso, 8 pelo Incra e 47 pelo Itesp). Outros quatro (5%) eram “segunda geração”, ou seja, receberam o lote dos pais ou avós. Dois (2,5%) entrevistados obtiveram o direito ao lote a partir de permuta – essas duas categorias permitem a mudança oficial do nome do titular junto às entidades fundiárias e financeiras – e outros 20 (25%), a partir dos critérios da Portaria do Itesp nº 50, de 16 de junho de 2004, que estabelece procedimentos para desistência de lotes em assentamentos estaduais⁴³, permitindo o ingresso de novo beneficiário – portanto, esse grupo também tem sua titularidade devidamente reconhecida. No agregado, 12% estavam no lote há 3 anos ou menos, 28,5%, entre 4 e 9 anos, 48% estavam de 10 a 15 anos e 11%, há mais de 15 anos.

⁴³ Detalhes disponíveis em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx> Acesso em 10 jun. 2011.

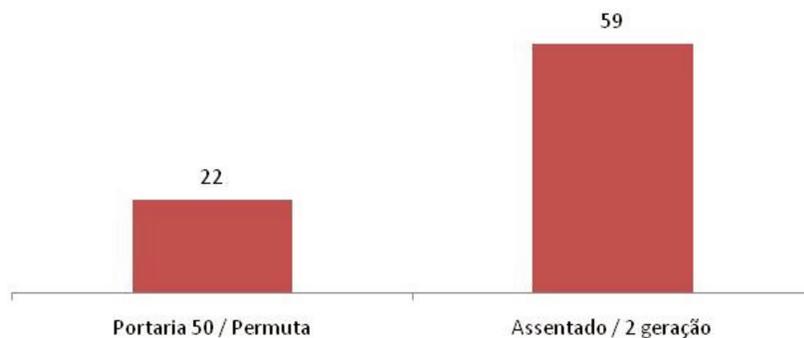


Figura 5 - Perfil da amostra quanto à forma de obtenção do lote – número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

As imagens abaixo ilustram um caso de assentado de segunda geração (Figura 6) e outro que adquiriu o lote a partir da Portaria nº 50 do Itesp (Figura 7).



Figura 6 – Assentado de segunda geração.

Cristiano Simões, 25 anos, recebeu dos avós o lote de 18 hectares no assentamento Cachoeira do Estreito, vizinho ao lote dos pais. Ao lado da esposa, planejava expandir a produção de leite implementando, se possível, irrigação nas pastagens e resfriador para o leite.



Figura 7 – Assentado pelos critérios da Portaria nº 50 do Itesp. Paulo Vitor Gonçalves, 54 anos, mecânico; leite era o principal produto do lote no Santa Cruz da Alcídia, mas objetivava diversificar. Renda também de serviços prestados e de aposentadoria da esposa.

Em 81,5% das entrevistas, constatou-se que moravam na residência duas, três ou quatro pessoas, sendo que todas as casas dispunham de energia elétrica e água encanada. Conforme observações, grande parte das moradias era de alvenaria e tinha banheiro em seu interior, porém, o esgoto era predominantemente despejado em fossa comum (Figuras 8 e 9). Comparativamente à pesquisa do Inkra em cerca de 1,1 mil assentamentos no País (INCRA, 2010b), as famílias nos projetos de Teodoro Sampaio são menores – o Inkra identificou que quase 52% das famílias tinham de três a cinco pessoas – e têm melhores condições de acesso à água e à energia elétrica – na média do levantamento do Inkra, cerca de 80% dispunham de água suficiente para as necessidades da família e 23,5% ainda não tinham energia elétrica.

Foram encontrados também casos em que filhos do titular do lote havia construído uma segunda casa para viver com a família que também formara – às vezes, mais de um filho assumia essa estratégia. Nessas situações, era comum os pais dividirem ou mesmo delegarem a produção agropecuária para o filho e manterem-se prioritariamente com a aposentadoria e/ou pensão.



Figura 8 – Infraestrutura de boa qualidade.

Givete A. Santos, o marido José e a filha Daniela estavam ampliando a casa de alvenaria; dispõem de energia elétrica e água de poço semi-artesiano. Na imagem, o capricho com o “poço caipira” desativado. O leite e a pensão do marido falecido compunham a renda - Santa Rita da Serra.



Figura 9 – Assentamento consolidado.

Há 12 anos no lote de 18 hectares no assentamento Santa Vitória, Anaíra Teixeira Lima (com filhas e neta) considera boa a situação de vida da família. Renda provém do leite e da aposentadoria do seu marido.

Os lotes variam de 17 a 29 hectares. Os maiores, entre 25 e 29 hectares, eram do primeiro assentamento do município, o Água Sumida (1988), que foi originalmente planejado para ter lotes voltados para a agricultura e outros para a pecuária, sendo esses com maior extensão, segundo apurado com entrevistados. Nos assentamentos, havia estrutura de ensino, com classes até o terceiro ano do ensino médio, de saúde e transporte coletivo, ainda que alguns tenham se queixado da qualidade e/ou frequência dos serviços.

Quanto à renda dessas famílias, era baixo o número (6%) das que viviam com até um salário mínimo por mês – que era de R\$ 510,00 na época da pesquisa. Um grupo com 38% das famílias auferia montante que ia de um a dois salários mínimos e outro, com 33%, dispunham em média de dois a três salários; quase 20% tinham receita total média entre R\$ 1.650,00 e R\$ 3.700,00 (Figura 10).

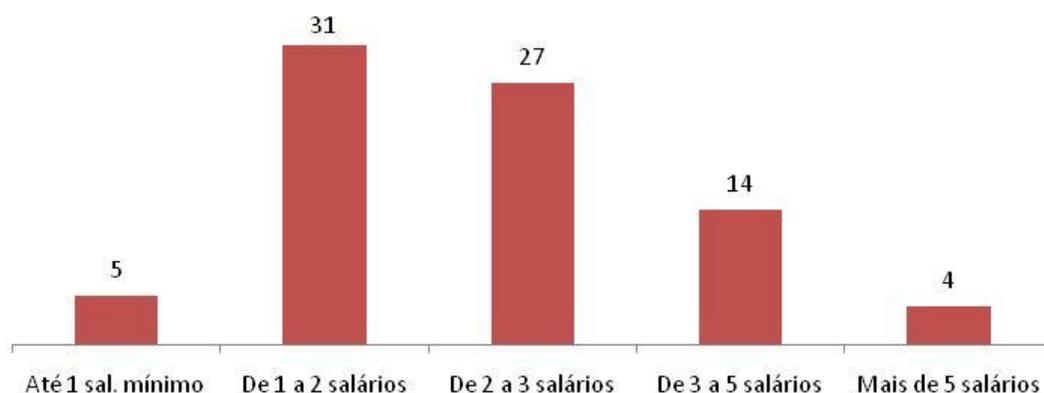


Figura 10 - Perfil da amostra quanto à renda familiar mensal – número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Somente 7,5% das famílias (6 casos) dependiam exclusivamente da renda auferida no lote; para outros 18,5% (15 entrevistados), a receita proveniente da agropecuária representava mais da metade e, para 16% (13 famílias), equivalia à metade da receita familiar. Para um grupo significativo, de 48% (39 famílias), a renda obtida no lote era menos da metade da total. Outros 10% não tinham nenhuma receita do lote – essas oito famílias tinham alguma renda do governo e quatro delas, também receita obtida em trabalho fora do lote (Figura 11).

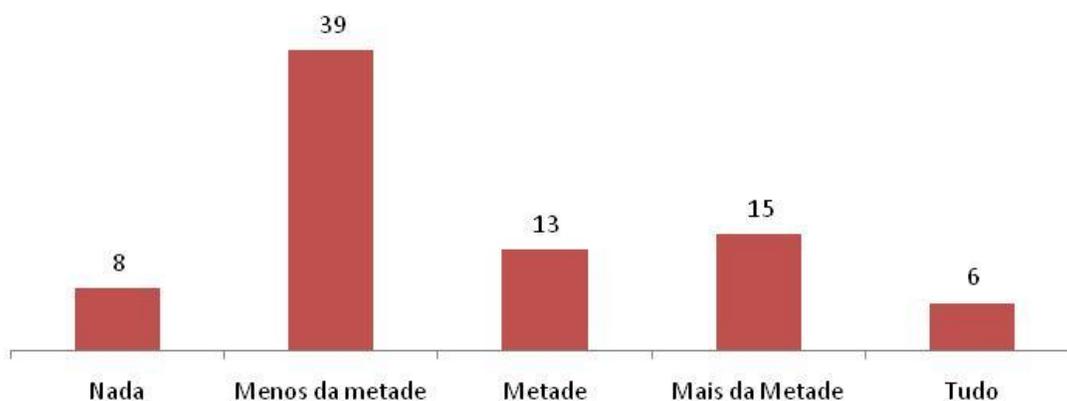


Figura 11 - Participação da receita agropecuária na renda familiar – número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Das 81 famílias entrevistadas, 62 (77%) recebiam alguma renda do governo (aposentadoria, pensão, bolsa família, afastamento do INSS, auxílio deficiente ou renda cidadã) e 29 (36%) tinham receita do trabalho fora do lote (Figuras 12 e 13). Essas fontes de receitas tiveram destaque também nas estatísticas do Censo 2006 relativas a assentamentos. Segundo o IBGE (2009), em 45,5% dos estabelecimentos de assentados, a receita agropecuária era complementada por salários de atividades externas; em 40% deles, por aposentadorias e em 9%, por programas sociais. Nos assentamentos de Teodoro Sampaio, portanto, o trabalho fora seria complemento de um percentual menor de famílias que a média nacional; por outro lado, é maior a fatia daqueles que recebem do governo mensalmente.

Na amostra do município, foram identificadas 12 famílias que contavam com renda agropecuária, do governo e do trabalho fora, o que proporcionava, na média desses entrevistados, R\$ 1.970,00/mês (vai de R\$ 860 a R\$ 3.730). Nos quatro casos em que a família contava apenas com renda do governo – duas dessas famílias estavam no lote há cerca de um ano apenas –, os recebimentos mensais iam de R\$ 578,00 (um salário de aposentadoria mais R\$ 68,00 de bolsa família) a R\$ 1.530,00 (três aposentados na casa), com média de R\$ 1.038,00. Por sua vez, entre as famílias que tinham apenas renda agropecuária, a receita mensal ia de R\$ 530,00 a R\$ 1.800, com a média dos seis casos em R\$ 942,00.



Figura 12. Renda principal vem do governo. Dona Idalina A. Pereira, de 74 anos, contava com os filhos para manter a produção de leite no seu lote (Haidéia), mas a renda principal vinha da aposentadoria e de benefício recebido pela filha que teve derrame (AVC).



Figura 13. Renda principal vem da agropecuária. A família de Waldomiro P. dos Santos (Aparecida, Polyana e Marcelo) combinava renda da produção diversificada no lote chamado “Só Por Deus” com Bolsa Família e Ação Jovem.

Entre os que obtinham alguma renda do lote, a produção leiteira era a principal atividade para 90% deles, acompanhada, em mais da metade dos casos, pela plantação de eucalipto como segunda fonte de renda. Conforme o ex-funcionário de fazenda e de usina sucroalcooleira Silvano dos Santos, de 34 anos, assentado pela Portaria n.50 do Itesp no projeto Santa Edwiges, três laticínios disputavam a matéria-prima produzida por eles. Seu “sonho” era ter um trator e uma caminhonete que, segundo ele, lhe ajudariam muito a aumentar a produção leiteira.

A predominância da pecuária leiteira verificada nesta amostra é condizente com os dados do Censo 2006, que a identificou em 728 do total de 1.004 estabelecimentos do município – desses 806 seriam de agricultura familiar e 633 foram declarados como sem titulação definitiva, ou seja, lotes de assentamentos.

Considerando-se toda a amostra, constata-se que a produção agropecuária aumentou em 46% dos lotes no comparativo com o segundo ano do assentamento e diminuiu em 18,5%. É importante destacar que seis entrevistados (7%) estão no lote há dois anos ou menos e, por esse motivo, foram considerados, por convenção, no grupo de produção estável (Tabela 5). Ao

se tomar como referência o segundo ano de assentamento o propósito era observar a produção agropecuária no presente comparativamente a um período inicial. Como é sabido, a estruturação mínima de um lote requer certo tempo. A determinação de dois anos para se começar a avaliar a produção agropecuária levou em conta conversas com técnicos do Itesp de Teodoro Sampaio a respeito da realidade do conjunto de assentamentos daquele município.

Tabela 5 - Número de entrevistados de acordo com a evolução da produção agropecuária - por faixa de participação da agropecuária na renda familiar.

Prod. Agropecuária	Diminuiu	Estável	Aumentou	TOTAL
Sem participação	3	5	0	8
Menos da metade	5	18	16	39
Metade	1	4	8	13
Mais da Metade	4	2	9	15
Toda	2	0	4	6
TOTAL	15	29	37	81

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

De forma complementar à evolução da produção, procurou-se saber também se havia intenção de aumentar a produção do lote, fosse pela ampliação da produção principal ou via diversificação de atividade. A resposta de 81% da amostra (66 pessoas) foi positiva, com 59% desses dispostos prioritariamente a intensificar a produção que já era principal – o leite, com uma única exceção – e 33% interessados tanto em aumentar a principal quanto em diversificar; outros 5% pensavam em diversificar a atividade. Entre os 15 que não demonstravam interesse por aumentar produção do lote, dez eram aposentados e, no grupo dos mais jovens, quatro tinham a renda do trabalho fora do lote como a principal.

Com o objetivo de conhecer a avaliação que os assentados faziam da sua condição de vida, foi perguntado como a consideravam no presente e também em relação ao período anterior ao assentamento. Somente 6% a avaliaram como pior que no passado; 5% sinalizaram que igual à anterior, um grupo que representava 45,5% respondeu que melhor e outros 40,5%, que a condição atual era muito melhor, uma sinalização forte sobre os benefícios que o programa de reforma agrária conferiu para grande parte dos beneficiários. Esse resultado também vai ao encontro do identificado pelo Incra ao pesquisar a qualidade de vida, produção e renda em assentamentos de todo o País (INCRA, 2010b). Tal levantamento apontou, por

exemplo, que cerca de 75% das famílias consideravam ter casas melhores ou muito melhores do que antes, 65% destacavam a melhora da alimentação e 63%, avanços na educação e renda.

Especificamente sobre a condição de vida atual da família, as respostas também se concentraram nas alternativas mais positivas. Um único entrevistado (1,2%) a considerava péssima e outros dois (2,5%), ruim; para 23 entrevistados (28%), a situação era razoável, ao passo que 51% a consideravam boa e outros 17%, muito boa (55 famílias nestes dois últimos grupos). Quando questionados se se sentiam dono do seu negócio, 92,5% responderam positivamente - apesar de não terem a posse definitiva do lote.

É importante destacar que, ao se perguntar como consideravam a condição de vida atual da família, os entrevistados tinham liberdade para fazer um balanço daquilo que considerassem relevante – saúde, educação, renda, condições da moradia, harmonia familiar, convivência e liberdade social etc. As respostas concedidas à questão, portanto, podem expressar aspectos distintos priorizados subjetivamente pelos entrevistados – não foi perguntado o que cada um considerava ao avaliar a condição de vida da sua família. Essa característica das respostas pode ser considerada negativa pela falta de uniformidade, mas, por outro lado, atende à diversidade, ou melhor, à liberdade que cada um tem para definir o que é importante para si expressa na teoria sobre desenvolvimento apresentada em SEN (2000) e pelo PNUD (2009)⁴⁴. Dessa forma, pode ser interpretada como uma variável relevante para compor uma *proxy* que objetive representar desenvolvimento, considerando-se a multidimensionalidade desse conceito.

Com vistas ao escopo de desenvolvimento rural desta pesquisa, combinou-se a resposta sobre a avaliação que fazem da condição de vida presente da família com o interesse por investir ou não na produção agropecuária (Tabela 6).

⁴⁴ Kageyama (2008) comenta diferentes trabalhos internacionais sobre o que vem a ser uma “vida boa”, desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento humano, e conclui que “existe uma certa visão comum sobre ‘o que é bom’” (p.57).

Tabela 6 - Número de entrevistados de acordo com a intenção de investir na produção agropecuária - por faixa de condição de vida da família.

Situação Atual	Não quer aumentar	Quer aumentar	TOTAL
Péssima	0	1	1
Ruim	0	2	2
Razoável	6	17	23
Boa	6	35	41
Ótima	3	11	14
TOTAL	15	66	81

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Esta tabela mostra um viés positivo para as atividades no lote: a maior parte já considera sua condição de vida boa e ótima e planeja investir para aumentar a produção da atividade principal e/ou diversificar. Dos 66 que planejavam aumentar a produção no lote, 10 deles declararam resultado negativo em relação ao segundo ano de assentamento, ou seja, apesar das dificuldades atuais, havia motivação para investir.

Desse grupo de 66 entrevistados, 50 recebem algum benefício social do governo e 24 tinham receita de trabalho fora do lote (14 estão nos dois grupos). Durante a aplicação dos questionários, foram encontradas pessoas que aproveitavam parte da renda obtida fora do lote (fosse do governo ou de outras atividades) para investir na produção agropecuária, tentando estruturar o lote de modo que viesse, no futuro, a ser sua atividade principal.

Esse é o caso, por exemplo, de J.E.S, que trabalhava como operador de máquina em usina de cana-de-açúcar e investia parte do salário na produção de leite, que vinha aumentando. Apesar de a renda do trabalho externo superar em muito a do lote no momento da pesquisa, seus planos eram de tornar a agropecuária seu negócio principal e se orgulhava do patrimônio que já tinha formado, contrastante com o “nada de antes”, conforme declara.

Por outro lado, em alguns casos, o lote havia se tornado apenas “dormitório” de quem trabalhava na usina Alcídia (do grupo ETH) ou mesmo no núcleo urbano de Teodoro Sampaio ou ainda de quem se dava por satisfeito com a receita de benefícios sociais. Essa situação pode ser exemplificada com a família de S.R. Depois de tentativas frustradas de obter renda com a agropecuária, há três anos o chefe da família trabalhava na cidade como autônomo e a produção do lote era apenas para o consumo próprio.

4.2 Enlace entre comunicação e “desenvolvimento” em assentamentos

Tendo em vista a hipótese principal desta pesquisa de que comunicação contribui para desenvolvimento, foram propostos os indicadores de *condição de vida e produção das famílias assentadas* em programas da reforma agrária – numa tentativa de que essa combinação represente, modestamente, uma *proxy* de desenvolvimento – e o de *comunicação cotidiana* dessas mesmas famílias (especificados no item 3.2.3).

Sob as premissas adotadas, a amostra foi dividida em três grupos quanto às suas condições de vida e evolução da produção agropecuária, convencionados, aqui, de grupos de “desenvolvimento”: o de desenvolvimento pleno, o de desenvolvimento parcial e o de desenvolvimento comprometido.

O primeiro deles foi formado por 26 produtores que consideravam sua condição de vida e de sua família boa ou ótima e que, simultaneamente, tinham obtido aumento da produção no período analisado. No outro extremo (8 famílias), na categoria desenvolvimento comprometido, estão os produtores que consideravam sua situação péssima, ruim ou razoável e cuja produção tivesse diminuído. Os demais (47 assentados) foram alocados na categoria desenvolvimento parcial (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição da amostra segundo as categorias de condição de vida e produção.

	“Nível de Desenvolvimento”		
	Pleno	Parcial	Comprometido
Número de Produtores	26	47	8
Proporcional à amostra	32%	58%	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Entre os classificados como desenvolvimento parcial, estão entrevistados que consideram sua condição de vida ruim, razoável, boa e ótima, cuja produção diminuiu, se manteve e aumentou. Na exploração dos dados desse grupo, constata-se que 29 pessoas (62% dessa categoria) consideravam a condição de vida de sua família boa ou ótima, mas a produção agropecuária de seu lote teria se mantido igual (22 casos) ou diminuído (7 casos) em relação ao segundo ano de assentamento.

Dos 29 produtores nessa situação, somente um auferia renda exclusivamente da agropecuária; para quatro deles, essa fonte representava mais da metade da renda, sendo complementada por recebimentos do governo. No grupo com os 24 restantes (condição de vida boa ou ótima, não aumentaram a produção e não tinham a renda agropecuária como principal), 19 recebiam algum benefício do governo e nove tinham renda de trabalho fora – quatro tinham renda das três fontes. É possível, portanto, que as rendas não-agropecuárias exerçam efeito positivo sobre a percepção de condição de vida de um grupo considerável de assentados, ainda que não estimulem a produção agropecuária propriamente.

Conforme se apurou, a pluriatividade dos assentados de Teodoro Sampaio pode ser ilustrada por: trabalho em diferentes funções na usina Alcídia que fica próxima a vários assentamentos, pesca, transporte de leite, prestação de serviços veterinários baseados na experiência em lidar com rebanhos, serviços autônomos de pedreiro, trabalho nas redes de saúde e educação dos próprios assentamentos, venda de produtos industrializados de forma improvisada dentro da casa da família, venda de cosméticos e produção e venda de queijo e doces caseiros entre outras atividades

Na categoria desenvolvimento parcial, encontram-se também 18 pessoas (38% da categoria) que apontavam condição de vida ruim (1 caso) ou razoável. Nesse subgrupo, a produção de sete entrevistados se manteve estável e a de 11, aumentou. A renda agropecuária era a principal (toda ou mais da metade) de oito desses 11; também oito deles recebiam benefício social e dois tinham receita de trabalho fora do lote.

Para o entendimento dessa categoria, são observadas também características do perfil de seus componentes, como idade e escolaridade. E diante dessas variáveis, constatam-se distinções entre os quatro subgrupos de desenvolvimento parcial que sinalizam o efeito positivo da escolaridade sobre a produção, mas o inverso quanto à satisfação com as condições de vida no assentamento (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de produtores por subcategoria e estatísticas sobre idade e escolaridade dos entrevistados que compõem o grupo “desenvolvimento parcial”.

	Nº Pessoas	Idade*	Escolaridade*
Condição vida boa/ótima			
Produção agropec diminuiu	7	De 43 a 70; 56,6**	De 0 a 10; 2
Produção agropec se manteve	22	De 22 a 83; 63	De 0 a 12; 6
Condição vida ruim/razoável			
Produção agropec se manteve	7	De 26 a 79; 44	De 6 a 12; 8
Produção agropec aumentou	11	De 24 a 64; 50,9**	De 4 a 12; 12
“Desenvolvimento parcial” (moda)	47	63	6

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* São apresentadas a dispersão da amostra e, após o ponto e vírgula, a moda.

** Não foi possível o cálculo de moda; apresenta-se a média.

Nota-se que os mais satisfeitos com a condição de vida têm idade um pouco maior e escolaridade inferior aos que se mostraram mais críticos com a situação.

É preciso complementar que, de toda a amostra, somente oito entrevistados (10%) pensariam em voltar para a cidade. Quatro desses estão no grupo de desenvolvimento parcial e dois em cada um dos outros grupos. Cinco, dos oito, avaliam a condição de vida da família boa ou ótima. Percebe-se que não há um padrão no perfil desses interessados em voltar para a cidade; a motivação, aparentemente, estaria relacionada a circunstâncias pessoais.

Retomando-se a análise com base nas três categorias principais, nota-se que o grupo desenvolvimento comprometido é formado por produtores com escolaridade maior que o grupo desenvolvimento pleno (Tabela 9). Porém, o foco dos que integram o desenvolvimento comprometido estava voltado para atividades fora do lote. Para cinco desses oito entrevistados (com escolaridade relativamente elevada), a renda obtida com outras atividades era a principal da família e, para um, representava metade. Dessa forma, infere-se que a relação entre escolaridade mais elevada e redução da produção agropecuária estabelece-se à medida que os anos a mais de estudo, justamente, teriam proporcionado alternativas aos assentados que seriam consideradas mais atraentes que o trabalho no lote. Quanto ao tempo de assentamento, não se constata diferença significativa entre as categorias.

Tabela 9 - Número de produtores por categoria e estatísticas sobre idade, escolaridade e tempo no lote.

Categoria	No. Produtores	Idade*	Escolaridade*	Tempo lote*
Desenv. Comprometido	8	De 30 a 65; 47	De 0 a 12; 8	De 8 a 22; 11
Desenv. Parcial	47	De 24 a 83; 63	De 0 a 12; 6	De 1 a 22; 12
Desenv. Pleno	26	De 24 a 74; 58	De 0 a 12; 4	De 3 a 22; 12

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* São apresentadas a dispersão da amostra e, após o ponto e vírgula, a moda.

Ao se analisar a renda, a Tabela 10 mostra que o montante auferido tanto na agropecuária quanto em trabalho fora do lote e por benefícios do governo é bem maior na faixa desenvolvimento pleno que em comprometido. Quando é analisada a média *per capita* (calculou-se, primeiramente, a renda média *per capita* de cada família e desta fez-se a média *per capita* de cada grupo), a diferença salta para quase 1,5 vez.

Tabela 10 - Médias das rendas mensais auferidas pelas diferentes categorias da pesquisa (R\$).

Renda	Média Total	Per Capita	Agropec*		Governo*		Trabalho fora*	
			<i>No.</i>	<i>peessoas</i>	<i>No.</i>	<i>peessoas</i>	<i>No.</i>	<i>peessoas</i>
Compr	895	225	460	5	318	4	597	6
Parcial	1.245	480	544	42	600	36	875	16
Pleno	1.495	553	645	26	695	22	973	7

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

*Média somente dos que recebem este tipo de renda

Analisando-se as categorias em função da possibilidade de tomada de empréstimo através das linhas para a agricultura familiar, constata-se que as diferenças são ainda maiores entre as categorias extremas. Dois terços dos produtores que estavam em situação de razoável para baixo e tiveram redução da produção (categoria desenvolvimento comprometido) estavam também sem crédito. Entre os “plenos”, a restrição era enfrentada por 42% deles.

No grupo intermediário (desenvolvimento parcial), somente 32% estavam impedidos de tomar novos financiamentos, o que pode ser um bom sinal do ponto de vista econômico dos assentamentos de Teodoro Sampaio. Aqueles que se declararam tomadores de financiamentos correntes, mas com pagamento programado e, portanto, com possibilidade de contrair novos créditos, foram considerados como aptos a renovar esses contratos. Os classificados como impossibilitados eram aqueles sem previsão de pagamentos já atrasados (Tabela 11).

Tabela 11 - Condição dos produtores, por categoria, quanto à possibilidade de obter financiamento das linhas destinadas à agricultura familiar em bancos.

Categoria	Financiamento-Não	Financiamento- Sim	% dos Aptos (Sim)
Desenv. Comprometido	6	2	25%
Desenv. Parcial	15	32	68%
Desenv. Pleno	11	15	58%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

As três categorias geradas a partir do indicador de condições de vida e produção foram analisadas também quanto a variáveis relacionadas aos seus hábitos de comunicação, as quais compõem o indicador de *comunicação cotidiana* – agrega variáveis que se relacionam aos elementos-chave da comunicação para a mudança social: acesso a informação, diálogo e participação social em condições de igualdade.

Diferentemente de muitas abordagens sobre a temática comunicação, inclusive da que rendeu a denominação clássica de *extensão* aos serviços de comunicação com o produtor rural, aqui, considera-se o acesso apenas como um de seus alicerces, não o único. A intenção não é ignorar a importância de se ter acesso a informações, mas, sim, valorizar também os intercâmbios que ocorrem na malha social entre os próprios assentados e destes com outros atores sociais, seja pelo contato direto ou através de instrumentos como telefone e internet.

Num primeiro momento, são analisados os hábitos de comunicação que implicam em interação direta do produtor tanto para se informar (entendido, aqui, como as ocasiões em que *recebe* informação) quanto para expressar suas ideias/dúvidas (neste caso, consideram-se as ocasiões em que o produtor *recorre* ao outro com o objetivo principal de ele apresentar suas ideias e/ou obter determinada informação). Ainda que, na prática da comunicação, ações de *informar-se* e de *recorrer* a outrem para se expressar se interseccionem, a separação feita no levantamento objetivou identificar especialmente em que o produtor mais confia quando precisa obter determinada informação (tem uma dúvida) ou discutir algo (apresentar uma ideia, por exemplo), ou seja, a quem é que “recorre quando precisa” de informação. Entende-se que essas situações são distintas daquelas em que se “recebe” informação, nem sempre as consideradas mais importantes.

Posteriormente, são examinados os meios formais para se acessar informação.

Na Tabela 12 estão apresentadas as frequências, por “categoria de desenvolvimento”, das respostas às questões sobre de quem costuma receber informações (gerais) e a quem costuma recorrer quando quer trocar ideias, discutir/tirar dúvidas, bem como se costuma visitar vizinhos, participar de cursos, de associação e/ou cooperativa e se se sente motivado para participar de atividades coletivas. Essas variáveis buscaram representar o grau de sociabilidade do produtor ou, em outras palavras, da sua participação social. Ter carro e/ou moto e telefone, fixo ou celular (com sinal de operadora), são entendidos como meios que possibilitam a interação social e, por isso, estão incluídos na mesma tabela.

Tabela 12 - Hábitos dos entrevistados que denotam interação social ao receber informação e expressar-se.

	Desenv. Pleno	Desenv. Parcial	Desenv. Comprometido
Informa-se c extensionistas*	42%	60%	0%
Informa-se c/prod/familiar/outros**	85%	64%	88%
Recorre a extensionistas*	62%	62%	63%
Recorre a prod/familiar/outros**	81%	64%	38%
Visita vizinhos	88%	62%	63%
Participa de cursos	65%	51%	13%
Participa associação/cooperativa	23%	34%	38%
Motivado p/ atividade coletiva	69%	60%	50%
Tem carro e/ou moto	88%	79%	88%
Tem telefone (fixo ou celular)	85%	77%	88%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* Incluem menções ao Itesp, ao Incra e à organização não-governamental Ipê.

** Incluem as menções a comprador da produção, loja agropecuária, colega de trabalho na usina, associação, sindicato, cooperativa, banco e igreja (distintos de extensionistas).

Os maiores percentuais indicam maior interação do produtor no sentido de se informar, manifestar-se e discutir, ações (acesso, diálogo e participação) que representam a base da comunicação para a mudança social. Fica claro que o grupo desenvolvimento comprometido interage socialmente menos que os demais. Chama a atenção, em especial, o fato de que nenhum dos oito produtores classificados no grupo com “menor desenvolvimento” declarou ter extensionistas entre suas fontes de informação - ao ser perguntado com quem costuma se informar, o entrevistado podia assinalar mais de uma alternativa. Os dados desta tabela sinalizam que a hipótese de que comunicação pode contribuir para o “desenvolvimento” não deve ser rejeitada, tendo em vista que os produtores “mais desenvolvidos” na perspectiva

adotada têm hábitos mais ativos de comunicação, relação que será testada com mais profundidade na seqüência. A seguir, apresentam-se também os meios formais que os entrevistados dispõem para obtenção de informações (Tabela 13).

Tabela 13 - Meios formais que entrevistados dispõem para obter informação.

	Desenv. Pleno	Desenv. Parcial	Desenv. Comprometido
Tem rádio	96%	89%	87,50%
Tem TV	100%	98%	100%
Usa internet*	4%	6%	12,50%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* Sete entrevistados tinham computador e somente um com internet; o uso apontado na tabela independe do local de acesso.

Somente em uma das casas não havia aparelho de televisão (por motivos religiosos), sendo quase uma constante a soma deste aparelho a antena parabólica, que transmite programação nacional em detrimento da regional. Rádio não havia em apenas sete das 81 residências. O fato de os assentamentos estarem próximos da divisa do estado de São Paulo com Mato Grosso do Sul e Paraná fazia com que muitos sintonizassem a programação desses estados, ao invés de noticiário/entretenimento da região de Teodoro Sampaio/Presidente Prudente, o que os limitava de saber o que acontecia na região onde vivem.

Por outro lado, uma das entrevistadas, Eunice Ferreira Soares, de 59 anos, do assentamento Padre Josimo, conta que ela e outros assentados ouvem com frequência uma rádio de Anaurilândia (Mato Grosso do Sul) e que, quando precisam, ligam para a rádio, pedem e eles transmitem o recado que seria de interesse de assentados da região – como festas e reuniões mais importantes. Alguns lotes de diferentes assentamentos, no entanto, não captavam, pelo menos não com seus aparelhos, qualquer sinal de rádio.

Nenhum dos entrevistados costumava comprar ou acessar gratuitamente publicações impressas. No entanto, ao serem perguntados sobre o interesse por se ter um meio de comunicação formal que tratasse de assuntos relacionados ao cotidiano da agricultura familiar, 42 deles, incluindo sete produtores sem escolaridade, prefeririam um informativo impresso a um programa de rádio, mencionado por cinco pessoas, ou televisão, sugerido por 33. Somente um dos entrevistados declarou não ter interesse por qualquer meio.

A internet é ainda distante da grande maioria dos entrevistados - somente 6% (5 dos 81) declararam usar esse meio (Tabela 13). Apesar disso, veio à tona em várias entrevistas

como um desejo, que estivesse acessível ao menos para os filhos nas escolas dos assentamentos. Um desses interessados, José Gonzaga Torres, de 39 anos de idade e cinco de escolaridade, ex-cortador de cana, assentado no projeto Santa Terezinha da Água Sumida, planejava comprar um computador. Sua esposa tinha só até a terceira série do ensino fundamental, mas seus dois filhos terminaram o ensino médio e tinham algum conhecimento sobre internet, aumentando o interesse por dispor desse meio. Dos 81 produtores entrevistados, somente uma família tinha internet em casa (Figura 14).



Figura 14. Acesso a meios formais de comunicação - internet.

Sr. José dos Santos, a esposa Francisca e o filho Alexandre eram a única família que dispunha de internet; eram também os únicos que não tinham TV – Santo Antônio dos Coqueiros.

A seguir, a distribuição percentual e absoluta dos entrevistados segundo as categorias dos indicadores de *comunicação* e de *condição de vida e produção* (Tabela 14).

Tabela 14 – Comunicação dos entrevistados segundo o “grupo de desenvolvimento”.

Categoria	Desenv. Pleno	Desenv. Parcial	Desenv. Comprometido	Total
Comunicação Baixa	15,4%	25,5%	37,5%	23,5%
Comunicação Média	50,0%	55,3%	50,0%	53%
Comunicação Alta	34,6%	19,1%	12,5%	23,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Em concordância com o observado especialmente da Tabela 12, as diferenças quanto aos hábitos de comunicação entre as categorias de desenvolvimento pleno e comprometido são acentuadas. Essas relações são estatisticamente analisadas na seqüência.

4.2.1 Relações entre “desenvolvimento” e comunicação: uma análise estatística

Reiterando-se o propósito de se conhecer as relações entre comunicação e “desenvolvimento”, foram ajustados modelos estatísticos tendo como variável dependente o indicador de *condições de vida e produção de famílias assentadas* e, posteriormente, o indicador de *comunicação cotidiana* dessas famílias. Os modelos foram ajustados utilizando-se o software Stata 9.0, e a metodologia adotada foi a de regressão linear múltipla. O método utilizado foi de Mínimos Quadrados Generalizados, uma vez que houve necessidade de se controlarem os efeitos da heterocedasticidade. A seguir, os resultados dos modelos.

4.2.1.1 Apontamentos estatísticos sobre a *comunicação cotidiana*

Os resultados desses modelos indicam que o “nível de desenvolvimento” tem efeito positivo sobre o de *comunicação*, ou seja, quanto “mais desenvolvida a família” segundo os critérios adotados, mais ela se comunica. Esse fato é evidenciado quando se consideram as diferenças entre os grupos de desenvolvimento pleno e parcial (Tabela 15). O coeficiente da variável binária “desenvolvimento parcial” apresentou-se positivo, mas não significativo. No entanto, o coeficiente da variável binária “desenvolvimento pleno” é positivo e significativo (Tabela 15 e Anexo 3).

Tabela 15 - Estimativa da função do *indicador de comunicação cotidiana*.

Ind. Comunicação	Coeficiente	Teste t
Gênero	0,195	0,49
Tempo no lote	-0,049	-1,11
Escolaridade	0,1652***	2,83
Obtenção da terra	0,9826*	1,92
Renda agropecuária	0,0002	0,3
Renda do governo	0,0000	0,12
Renda trab fora do lote	-0,00026	-0,68
Acesso a financiamento	1,0797**	2,43
Grupo Desenv. Parcial	0,6971	1,09
Grupo Desenv. Pleno	1,7494**	2,25
<i>Constante</i>	6,3127	6,5

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* Nível de significância: 10%; ** Nível de significância: 5%; *** Nível de significância: 1%

As variáveis escolaridade, acesso a financiamento e forma de obtenção da terra têm coeficientes positivos e significativos estatisticamente ao nível de 0,006, 0,018 e de 0,059 de probabilidade, respectivamente.

Em relação à escolaridade, o resultado comprova a percepção comum de que pessoas mais instruídas tendem a buscar mais informação e também a expressar mais intensamente suas ideias – não se está, contudo, negando o potencial de comunicação daqueles com baixa ou mesmo sem escolaridades. Essa situação pode ser relacionada também com a resposta obtida para acesso a crédito. Interpreta-se que pessoas que têm maior escolaridade e que se comunicam mais acabam tendo melhores possibilidades financeiras, seja nas formas de negociar, seja na capacidade de provisão dos recursos necessários. Ter condições de tomar novos financiamentos, por sua vez, tende a estimular investimentos na produção agropecuária, o que contribuiria para o desenvolvimento das famílias na perspectiva assumida nesta tese. Visualiza-se nessa relação, portanto, um efeito positivo da comunicação sobre o desenvolvimento.

Ao apontar com sinal positivo a forma com que o lote foi obtido, a regressão informa que assentados no início do projeto ou que receberam o lote de seus pais/avós tinham hábitos de comunicação mais intensos que aqueles que o conseguiram mediante os critérios da Portaria nº 50 do Itesp e/ou por permuta. Corroborando esse resultado do modelo, tem-se que a média do indicador de comunicação – segundo variáveis apresentadas nas Tabelas 12 e 13 – de “assentados originais/2ª geração” é 9,1, ao passo que a do outro grupo é de 8,4. Isso pode se relacionar à construção de vínculos mais efetivos entre aqueles que estão juntos desde o período de luta pela terra que entre outros que chegaram depois.

4.2.1.2 Apontamentos estatísticos sobre *condição de vida e produção*

Os resultados do modelo ajustado para o indicador *condição de vida e produção das famílias assentadas* (proxy de desenvolvimento) apontam que as duas variáveis que representam a “comunicação do grupo desenvolvimento pleno” (multiplicação da binária desenvolvimento pleno pelo indicador de comunicação) e a “comunicação do desenvolvimento parcial” (multiplicação da binária desenvolvimento parcial pelo indicador de

comunicação) têm coeficiente positivo e significativo estatisticamente a menos de 0,001 de probabilidade. O indicador de comunicação (que, neste modelo, representa a “comunicação do grupo desenvolvimento comprometido”, uma vez que a comunicação de cada um dos outros dois grupos está expressa separadamente) também se mostrou significativo, mas com coeficiente negativo. É preciso observar que, apesar de ser positivo, o coeficiente da variável “comunicação do grupo desenvolvimento parcial” torna-se negativo quando se subtrai dele (0,40263) o coeficiente do indicador de comunicação (-0,52156) (Tabela 16 e Anexo 4).

Com base nesses resultados, a hipótese de que comunicação leva a “desenvolvimento” não pode ser rejeitada para o grupo “mais desenvolvido” (coeficiente 0,7393). Para os demais, não se obteve o mesmo resultado estatístico. No entanto, o efeito negativo da variável “comunicação do grupo desenvolvimento parcial” é bastante menor que o efeito da “comunicação do grupo desenvolvimento comprometido” sobre o indicador proposto para desenvolvimento. Como resultado geral desse modelo, portanto, constata-se que o efeito da comunicação em favor do “desenvolvimento” aumenta conforme se analisam produtores nos “estágios superiores de desenvolvimento”.

Para quem está satisfeito com a condição de vida no assentamento e tem aumentado a produção, reforços na comunicação tendem a refletir positivamente sobre o seu “desenvolvimento” (tal qual operacionalmente assumido nesta pesquisa), com possíveis efeitos também sobre o território. Já para o grupo que se encontra no outro extremo, com assentados insatisfeitos, desmotivados ou sem condições de alavancar a produção, “comunicação não é o remédio”. Entende-se que, para esses, a comunicação não tem funcionado como elemento de estímulo ao que está sendo considerado desenvolvimento devido à ênfase dada à evolução da produção agropecuária. Muitas famílias assentadas, como de apurou, não estão completamente focadas nessas atividades. Por isso, interpreta-se que o resultado estatístico não invalida o papel da comunicação para este grupo, mas, sim, a centralidade que foi conferida à agropecuária na *proxy* de desenvolvimento – respaldada, por sua vez, no teor das políticas públicas e na literatura acerca de desenvolvimento rural.

Tabela 16 - Estimativa da função do *indicador de condição de vida e produção das famílias assentadas*.

Ind. Cond. Vida Produção	Coefficiente	Teste t
Indicador Comunicação	-0,5215***	-4,98
Gênero	-0,2666	-1,06
Tempo lote	0,0635**	2,53
Escolaridade	0,06865*	1,95
Obtenção terra	-0,7328**	-2,23
Renda agropecuária	0,0004	1,20
Renda governo	0,0001	0,66
Renda trab fora do lote	-0,0001	-0,42
Financiamento	0,0395	0,14
Comunic. Desenv. Parcial	0,4026***	7,68
Comunic. Desenv. Pleno	0,7393***	13,54
<i>Constante</i>	6,4974	7,25

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

* Nível de significância: 10%; ** Nível de significância: 5%; *** Nível de significância: 1%

Os resultados da regressão mostram também que o coeficiente de tempo no lote se mostrou significativo estatisticamente ao nível de 0,014 de probabilidade, o mesmo sendo verificado para os coeficientes de escolaridade e de forma de obtenção da terra, ao nível de 0,055 e de 0,029 respectivamente. Este último, no entanto, com sinal negativo.

Chama a atenção o fato de a variável forma como se obteve a terra ter sinal positivo quando se analisa o indicador de comunicação, mas negativo diante do indicador de condição de vida e produção. Isso significa que “assentados originais/2ª geração” têm hábitos de comunicação mais intensos, mas a evolução da produção foi proporcionalmente mais positiva no outro grupo. Dos 59 entrevistados que formam o primeiro grupo, 26 deles (44%) aumentaram a produção, ao passo que 11 dos 22 que obtiveram a terra posteriormente alcançaram esse resultado.

Vale lembrar que dos 26 entrevistados que compõem o grupo desenvolvimento pleno, 21 são “assentados originais/2ª geração” - pessoas que consideravam a condição de vida de suas famílias boa ou ótima e cuja produção aumentou. Metade dos que chegaram ao assentamento por meio dos critérios da Portaria nº 50 do Itesp/permuta, tem obtido êxito em elevar a produção, porém, mesmo assim, seis desses 11 produtores consideravam as condições de vida apenas razoáveis.

O tempo no lote (com sinal positivo) é também um indicativo estatístico de que o “desenvolvimento” das famílias requer um “tempo de amadurecimento”, seja para que obtenham avanços na produção – não se pode esquecer que, ao ser assentada no início de um projeto de reforma agrária, a família costuma partir do zero em termos de estruturação do lote –, seja para reforçar seus relacionamentos sociais de modo que sintam satisfação com a sua condição de vida. No entanto, no grupo dos que tinham “menor desenvolvimento”, cinco dos oito integrantes também estavam no lote há 11 anos, sem que esse tempo tivesse corrido positivamente ao “desenvolvimento” – pelo contrário. O sinal positivo apresentado pelo modelo estatístico acaba indicando que esses casos não representam o padrão da amostra. Dos 37 assentados que estavam no lote há 10, 11 ou 12 anos, 21 (57%) aumentaram a produção e 26 (70%) consideravam a vida boa ou ótima.

Quanto à escolaridade, esse modelo reiterou a interpretação sobre o efeito positivo que anos de estudo têm sobre a comunicação e também sobre as condições de vida e produção.

4.3 Entrevistas guiadas: vozes de representantes públicos/sindicato dos trabalhadores

As entrevistas guiadas – realizadas separadamente por instituição – com representantes do Itesp, do Incra, da Cati, do departamento de agricultura municipal e do sindicato dos trabalhadores, o qual abrange os agricultores assentados, também revelaram diferentes grupos de produtores quanto à forma de condução das atividades no lote e resultados que obtêm. Foi unânime a afirmação de que há produtores que despontam quanto ao afinco e vocação para produção agropecuária. Todos, porém, também mencionaram haver assentados pouco interessados ou empenhados em fazer crescer a produção do lote.

Nesse contexto, a impossibilidade de obter novos recursos das linhas especiais da agricultura familiar, enfrentada por muitas famílias – quase 40% da amostra entrevistada –, torna-se um agravante para aqueles que estão pouco animados e um risco à continuidade do crescimento de quem vem avançando. O produtor fica impedido de contrair crédito quando está em débito com parcelas vencidas.

Os motivos para o não pagamento, segundo profissionais do Itesp e do Incra locais, dividem-se entre a dificuldade para tirar da produção o montante requerido, seja pela baixa produtividade, seja pelos preços recebidos na venda dos produtos, e a aposta em anistia

política da dívida ou, ao menos, no seu parcelamento. Uma declaração do assentado C.N.S, de 47 anos, do projeto Santa Zélia, ilustra a ocorrência dessas duas situações simultaneamente. Segundo ele, na época do pagamento, faltou dinheiro, mas como a inadimplência é alta, ele estava esperando se haveria algum programa do governo voltado para aqueles tantos que estavam na mesma situação.

Observações não-participantes corroboradas por técnicos locais acrescentam ainda o impulso ao consumo por parte de famílias muito carentes de bens básicos quando foram concedidos os primeiros financiamentos em valores relativamente altos para os padrões daqueles produtores naquele momento. Com isso, em certos casos, parte dos recursos destinados à produção acabou sendo usado para suprir desejos ou mesmo necessidades de bens que, com o financiamento em mãos, passavam a ser acessíveis. Para muitas famílias, pesou também o próprio despreparo para lidar com questões financeiras de relativo vulto junto a banco. Outra causa identificada para uma parte dos casos de inadimplência foi a opção por produzir mandioca em determinada época, o que resultou em fortes prejuízos.

Sem acesso a novos recursos, no entanto, alguns acabariam mesmo desistindo ou perdendo o lote, comentam os técnicos. Além desse motivo, problema de saúde dos idosos, necessidade de estudo dos filhos (nos assentamentos, há classes até a conclusão do ensino médio), separação conjugal, falta de afinidade com a produção agropecuária e vontade de estar mais freqüentemente na cidade também seriam fatores apontados pelos extensionistas do Itesp para que o assentado venha a optar pela venda das benfeitorias do seu lote.

Muitos casos de desistência, no entanto, seriam acompanhados pelo arrependimento do ex-assentado, segundo técnicos do Itesp, o que estaria servindo de alerta a outros que tenham o mesmo plano. Em situação oposta, haveria alguns casos em que os filhos se casam, deixam os pais, vão para cidades grandes, mas acabam voltando. “Largam carteira assinada e voltam para o lote do pai... e o que estão fazendo? Tirando leite. É duro, mas é melhor do que antes, por conta de uma perspectiva”, relata a técnica em desenvolvimento agrário do Itesp Mari Estela da Silva.

Na avaliação do engenheiro agrônomo, analista de desenvolvimento agrário do Itesp, Ibrahim Antonio Jorge Filho, a tendência é de renovação de uma parte dos assentados. Os que obtêm o lote mediante o pagamento das benfeitorias – conforme se apurou em entrevista com os assentados, a obtenção de benfeitorias num lote com cerca de 25 hectares, efetivada no

início de 2010, tinha se dado ao valor de R\$ 50 mil –, chegam com mais vontade, dispostos a produzir para reaver o investimento – os dados do questionário confirmaram essa postura.

De acordo com representantes do Incra, em assentamentos mais novos, a coletividade seria maior, ao passo que nos mais antigos, bem mais escassa. O interesse por propostas de cursos e novos projetos apresentadas por esses técnicos, segundos eles mesmos, também seria bem maior naqueles que estão começando. Apesar disso, o técnico em agropecuária, coordenador regional do Incra, Sidnei Macedo (“Piu”), destaca que uma das políticas de trabalho do Instituto é formar associações, juntar os assentados. “Eles têm que discutir e ter consciência de que trabalhando juntos, todos vão ter vantagem (...) Que a atuação de um, o jeito que tira o leite, a qualidade, pode interferir no leite de todo mundo. Isso faz parte do dia-a-dia do técnico, estimular.”

Esse processo de individualização seria em parte acentuado pela atração que a TV exerce sobre as famílias, comentam representantes tanto do Incra quanto do Itesp. Para eles, a TV pesaria contra o desenvolvimento das atividades no lote e mesmo de integração entre os produtores. “Com a TV e outros meios, [os assentados] começam a ficar individualizados, perdem identidade camponesa. Passa a ser um assentado que se restringe à casa dele”, comenta o coordenador regional do Incra. O técnico em desenvolvimento agrário do Itesp Leandro Marques da Silva completa que às vezes chega no sítio dos produtores e se depara com a família vendo TV no meio do dia.

Novamente, profissionais dessas duas entidades dão declarações concordantes ao dizerem que, conforme a situação da família melhora, a tendência a se tornarem mais individualistas seria acentuada. Esse posicionamento também foi notado durante a aplicação dos questionários e evidenciou a diferença entre “trabalhar coletivamente” e “interagir socialmente”.

Muitos dos que se mostravam mais empenhados na produção do lote teciam comentários negativos sobre “trabalhar junto”, em alguns casos mencionando experiências frustrantes que tiveram. Por outro lado, individualmente, esses produtores se mostravam ativos quanto a conversar com extensionistas, produtores, pessoas de outros setores da sociedade, a participar de cursos e a visitar experiências bem-sucedidas na região, por exemplo.

Resgatando dados obtidos pelo questionário, dos 81 entrevistados, somente 25 (31%) declararam participar de associação/cooperativa (em alguns casos, declaravam ter o nome em

associação, mas que preferiam responder que não participavam dada a sua falta de envolvimento), mas metade (42 entrevistados) costumava frequentar cursos oferecidos pelas entidades de extensão e Sindicato, dois terços (54 pessoas) gostariam de ter mais ocasiões para conversar/discutir e 70% deles (57 casos) declararam que visitam vizinhos com frequência. É preciso considerar ainda que mais da metade dos entrevistados (58%) tinham parentes em assentamentos do município, o que também tende a aumentar a interação social particular.

Conforme o técnico do Itesp Walter Santos comenta, “tem alguns caras que são extremamente produtores, mas o nível de organização está aquém do que a gente queria.” Do Incra vem depoimento semelhante. “Se a gente fala que vai fazer um trabalho em cooperativa, associação, de cinco que seja, eles já reclamam que um e outro não trabalha”, exemplifica a engenheira agrônoma, responsável técnica de assentamento Gilda Werneck.

Ao mesmo tempo em que têm a percepção de que muitos produtores não seriam dispostos a participar de atividades coletivas, profissionais do Itesp e também do Incra relatam que os assentados costumam visitar conhecidos em diferentes assentamentos, fazem festas e também se integram muito bem quando estão na cidade – o que reitera o nosso entendimento de que “trabalhar coletivamente” é claramente distinto de “interagir socialmente”.

Das representantes do Sindicato, Denise Aparecida Soares e Aparecida Santos Vasconcelos vêm declarações que acrescentam solidariedade às relações engendradas entre os assentados. “Se alguém passa mal, tiram combustível de um carro, de outro, se juntam para trazer a pessoa. E quando não tem combustível para voltar, vêm pedir aqui no sindicato”, exemplifica Denise Soares, assistente jurídica e secretária da presidência do Sindicato. Sua colega, a ex-cortadora de cana e tesoureira da instituição, Aparecida Santos Vasconcelos, reitera que não tem ninguém isolado, que se movimentam muito bem, ainda que, naturalmente, alguns sejam mais tímidos que outros. “Fazem festas, provas de laço, torneios...Existe todo um trabalho comunitário dentro de cada assentamento. No Padre Josimo [projeto de assentamento], por exemplo, eles estão construindo uma igreja fruto do trabalho comunitário. Essa é católica, mas outras religiões usam os espaços comuns. Fazem quermesses por assentamento, mas eles convidam e os outros também vão. Todo mundo é convidado, eles se juntam, sim... e conversam sobre tudo. Os filhos também vão para a escola e conversam muito, de vários lugares”, explica Aparecida.

Esses comentários, incluindo o observado durante as entrevistas, sinalizam que, com o passar dos anos de assentamento, o interesse por trabalhos ou ações coletivas perderia força, com as famílias tendendo a conduzir suas atividades mais por conta própria. Essa postura dos produtores, portanto, destoa do processo de associação previsto na maioria das políticas públicas atuais para a concessão de recursos. Durante a apuração, era comum produtores declararem que participam de associações só para poder acessar linhas de crédito, mas sem se envolver em atividades conjuntas.

Por sua vez, a interação no âmbito individual foi presenciada. Na cidade, produtores de vários assentamentos se encontram, conversam animadamente, almoçam juntos nos bares, lanchonetes e restaurante de Teodoro Sampaio, além de despenderem um tempo na praça, banco e lojas do comércio (Figura 14). Nitidamente, nos dias posteriores ao pagamento do leite (por volta do dia 20), o núcleo urbano de Teodoro Sampaio fica bem mais movimentado que o normal. Conforme relatado por alguns entrevistados, essa face consumidora das famílias assentadas, inclusive, tem levado segmentos mais conservadores da sociedade local a mudar a imagem que tinham dos ex-sem-terra. Também no campo pôde ser constatada a integração através do futebol do domingo de manhã e de conversas em espaços onde são realizados bailes (Figura 15).

Toda essa dinâmica faz crer que não pode ser rejeitada a hipótese de que existe uma rede de interações sociais que favorece trocas consistentes entre os produtores e desses com outros atores, independentemente de limites administrativos do rural e urbano.

As representantes do Sindicato, do Departamento de Agricultura e da Cati também reafirmam a boa participação dos assentados nos cursos e programas que organizam – muitas vezes, em parceria. Representante do sindicato, Denise Soares destaca que é comum reunirem-se nesses eventos produtores de vários assentamentos. O convite sobre a realização de determinada atividade, segundo ela, costuma ser transmitido através de líderes que se comunicam tanto com os produtores do próprio assentamento quanto de outros. No entanto, em alguns assentamentos, haveria discordâncias entre as lideranças, o que levaria à criação de diversas associações e causaria divisões do grupo. Nesses casos, comenta Denise, “a gente tem dificuldade de desenvolver um trabalho de qualidade”.



Figura 15. Interação social na cidade.

Famílias de diferentes assentamentos se encontram especialmente no “dia da compra”, quando a família toda costuma ir à cidade; é nítido o movimento no comércio nesses dias.



Figura 16. Interação social no campo.

Eunice Soares em sua casa, no Padre Josimo; realiza bailes que reúnem pessoas de vários assentamentos. Convite é anunciado por rádio de Anaurilândia (MS), contatada por celular.



Figura 17. Lazer de fim-de-semana. Com o Morro do Diabo ao fundo, homens jogam futebol e bilhar em estabelecimento criado à beira de uma estrada que dá acesso a vários assentamentos – estabelecimento e campo ficam um de frente para o outro.

A rede de relacionamentos gerada pelos assentados, com alguns interagindo mais intensamente que outros, mas sem se notar nenhum nível de isolamento, inclui extensionistas de instituições públicas, representantes do sindicato e também de outros setores da sociedade, conforme se ouviu nas entrevistas e se observou em campo. Representantes das cinco entidades ouvidas declararam serem convidados para festas que acontecem nos assentamentos, inclusive para algumas de caráter pessoal, como batizados e aniversários, e que, em geral, são

bem recebidos. Técnicos do Itesp e do Incra relatam que, além do contato em campo e no escritório das instituições na cidade, eles são frequentemente contatados pelos assentados também por telefone e mesmo em suas residências.

A diretora do Departamento de Agricultura do município, Gabriela Cristina Ribeiro Grilli Cardoso, que já trabalhou para a Cati via convênio desta instituição com a Prefeitura local, destacou a mudança de postura dos assentados em relação à Cati e à Prefeitura ao longo do tempo. A agressividade foi substituída por uma posição de parceria, segundo ela. “Quando eu cheguei aqui no Pontal [há 9 anos], eles vinham com uma agressividade terrível, como se nós fossemos os inimigos deles. Hoje é outra visão, é outro relacionamento. Eles enxergam a gente de outra forma. (...) Eles entendem que a gente é parceiro, que a gente quer o benefício para eles. Vêm para cursos, implementam, acreditam”, comenta Gabriela.

Em estreito contato com assentados, os técnicos do Itesp destacam que têm relacionamento muito “particular” com esse público. “Eu costumo dizer que tenho duas famílias: uma em casa e outra os assentados”, diz o técnico em desenvolvimento agrário Leandro Silva. Apesar disso, o seu colega Walter Santos lembra que “temos sempre a pecha de ser Estado. Eles deixam transparecer para nós que nós somos um agente do Estado.”

Esse comentário faz menção às funções que os técnicos do Itesp desempenham simultaneamente. Esses profissionais se dividem entre extensão rural, assistência técnica e fiscalização do cumprimento de normas previstas para os assentamentos e para a agricultura em geral. Os produtores, comentam, sabem que os técnicos têm essas distintas funções e acabam estabelecendo uma relação de “amor e ódio”. Diante desse conflito, alguns entrevistados dizem que enviaram em 2007 à direção do Itesp proposta para alterar as funções que desempenham junto aos assentados, mas não teriam obtido resposta.

Paralelamente a esse perfil considerado pelos entrevistados como conflitante das funções, haveria também limitação de pessoal e de recursos, como carro. Seriam por volta de 100 a 120 famílias por técnico do Itesp local, sendo, segundo eles, impossível o contato freqüente. De fato, durante as entrevistas com os produtores, foi comum ouvir queixas sobre a pouca presença dos técnicos em seus lotes. As atividades de escritório, como as relativas às documentações dos assentados, consumiria cerca de metade da semana, com o restante, apenas, dedicado às atividades de campo. Nessas circunstâncias, uma das estratégias adotadas era a realização de reuniões juntando, às vezes, produtores de mais de um assentamento.

O Incra também tem dificuldade para equacionar o número de técnicos ao de famílias a serem atendidas, que estaria à razão aproximada de 140 famílias/técnico, conforme os entrevistados dessa instituição. Na impossibilidade de tratar caso a caso, trabalham por núcleos, onde são realizados encontros semanais ou quinzenais. Cada núcleo tem um coordenador que fica como representante do Incra. Esse assentado é escolhido pela comunidade e atua como um porta-voz, podendo ser substituído diante de reclamações do grupo ou por não dispor de tempo para as atividades. Dos profissionais da Cati e da prefeitura, também se ouviu sobre a dificuldade de dar conta da demanda com os recursos disponíveis.

Conforme os técnicos entrevistados do Itesp, a área de cobertura do escritório local abrange 23 assentamentos, incluindo três do Incra, nos municípios de Teodoro Sampaio, Sandovalina e Mirante do Paranapanema, com um total de 1.210 famílias. O Incra teria quatro assentamentos na região, nos municípios de Teodoro Sampaio (projeto Água Sumida, com 121 famílias), Rancharia, Presidente Epitácio e Mirante do Paranapanema, segundo declarado pelos entrevistados da instituição.

Quando questionados sobre o perfil dos assentados de Teodoro Sampaio, os representantes das instituições apresentaram respostas que também se reiteraram. Apesar de não corresponder à totalidade, haveria a predominância de pessoas que se manifestam, que se impõem, que perguntam, que correm atrás de seus direitos, cobram, sabem a quem recorrer, independente de escolaridade. De acordo com os entrevistados, a maioria fala de política, debate e não se intimida em apresentar opinião diferente da do técnico – houve oportunidade de se presenciar um diálogo com esse teor. Alguns entrevistados comentam que há ocasiões, inclusive, em que os assentados buscam direitos que não têm ou, pelo menos, que eles, representantes de tais entidades, desconhecem. É preciso observar, contudo, que os próprios técnicos também se sentem carentes de informações, declarando ser esporádico, por exemplo, o acesso a produtos da imprensa especializada.

A assistente jurídica do Sindicato dos Trabalhadores, Denise Soares, cita o exemplo em que um assentado do projeto Santa Zélia passou a divulgar que havia dinheiro a fundo perdido para eles comprarem móveis. “Daí ele começou a organizar reuniões e convidava o Sindicato para falar sobre Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, mas, quando chegava lá, ele invertia a situação e perguntava desse dinheiro, e em cada assentamento era falado um valor diferente.

Chegamos a procurar o Itesp para saber se tinha esse recurso, porque estava fervendo de gente aqui e não eles também não sabiam de nada”, detalha.

De fato, essa informação (ou boato) a respeito de um eventual recurso para a compra de móveis foi ouvida durante a aplicação do questionário. Muitas famílias já tinham pronta a lista do que desejavam comprar e, neste afã, custavam a aceitar a resposta dos técnicos de que desconheciam esse recurso.

Uma declaração do engenheiro agrônomo, analista de desenvolvimento agrário do Itesp, Luiz Fernando Munhoz Arantes reforça o quão ativo é o exercício de assentados na busca pelo cumprimento de direitos. “Eles escutam às 7 horas da noite a Voz do Brasil e ficam sabendo que o governo vai liberar não sei quantos milhões para eles plantarem, para isso e aquilo. Eles já vêm aqui no outro dia perguntar e vão ao banco ver se o dinheiro está liberado. Só que eles chegam lá e pode ser que tenham problema no CPF ou outra coisa e não podem pegar. A culpa é do Estado. O Lula falou que tem o dinheiro, mas o Estado, o banco não deixa pegar.” Outro técnico, Walter Santos, completa que, numa situação desta, eles, do Itesp, podem ter a imagem daquele que “não quis fazer o projeto para ele pegar o dinheiro.”

A postura participativa seria uma constante também durante os cursos, dias de campo e palestras organizados pelas diferentes entidades, muitas vezes em parceria – realizados nos assentamentos, na cidade ou mesmo em outras localidades da região. “Vêm assentados de vários assentamentos e começam a conversar, não ficam calados. O coitadinho, com vergonha, não, não existe mais isso, não”, explica o técnico de campo do Inca Aldemir Gimineano.

Em algumas dessas ocasiões, são reunidos também sitiantes tradicionais, havendo boa interação. No entanto, segundo a engenheira agrônoma que era responsável técnica da Cati até 2009 e, então, assistente executiva da Prefeitura Thelma Saara Inoue, esses proprietários ressentir-se-iam de não dispor das mesmas linhas de crédito e de outros benefícios que são exclusivos para os assentados.

Ao mesmo tempo em que reconhece a franca criticidade dos assentados, essa profissional observa que muitos deles ainda se apoiam no assistencialismo. Técnicos do Itesp também destacam esse aspecto e comentam que parte dos assentados transparece aguardar do Estado uma melhora para a sua condição de vida. Nesse sentido, a emancipação interpretada como maior autonomia e menor dependência de políticas assistencialistas, que são

fundamentais no início do projeto de assentamento, teria sido alcançada por poucos, segundo entrevistados do Itesp.

Na opinião de vários dos profissionais entrevistados, tal postura teria reflexos também na situação dos assentados junto ao banco – ao apostar numa quitação política do seu saldo, haveria alguns que não priorizariam o pagamento das parcelas e poderiam acabar impedidos de pegar novos recursos – como, de fato, ocorre.

Do conjunto de dados e observações geradas, no entanto, extraem-se subsídios para que não seja rejeitada a hipótese de que os produtores assentados de Teodoro Sampaio, apesar de ressalvas, têm avançado no processo de emancipação, de construção da sua cidadania. Sobre esse processo de emancipação das famílias, a técnica em desenvolvimento agrário do Itesp Mari Estela da Silva, filha de assentado em município vizinho, faz a seguinte generalização: “O desenvolvimento... como a gente vai medir? Em termos de retorno econômico e melhora da qualidade de vida. O que ganhou de qualidade de vida foi porque, de uma forma ou outra, o Estado trouxe. Agora, quando vai medir resultado econômico, é onde não se identifica essa mentalidade [de emancipação].”

Apesar da identificação de problemas no processo de desenvolvimento dos assentamentos em Teodoro Sampaio, o balanço feito pelos entrevistados é positivo. Do coordenador local do Incra, Sidnei Macedo, ouve-se: “Melhorou em todos os aspectos. As políticas públicas conseguiram chegar ao seu objetivo, e nós fazemos parte disso.” A diretora do Departamento de Agricultura e Abastecimento do município, Gabriela Cardoso, acrescenta: “Eu, que estou aqui no Pontal há 9 anos, do que eu já vi e estou vendo hoje, acredito que, daqui a uns 8 anos, a gente vai ter uma diferença gritante. Estão melhorando. Ainda que haja problemas, para o nosso município, a reforma agrária foi importantíssima.”

A avaliação das representantes do Sindicato dos Trabalhadores vai ao encontro: “O balanço é que as coisas estão melhorando, estão bem melhores do que estavam há 10 anos. (...) Nós vemos mudanças”, comenta a assistente jurídica com o aval da tesoureira do Sindicato.

Na avaliação de técnicos do Itesp, o desenvolvimento não foi (ou tem sido) como eles gostariam, mas, ainda, assim, é positivo. “Valeu a pena ter assentamentos em Teodoro? Teodoro agora e há 15 anos? Valeu a pena? Valeu. Poderia ter sido melhor, mas que valeu a pena, valeu”, resume o analista de desenvolvimento agrário do Itesp, o engenheiro agrônomo doutor em agronomia Ivan Bordin.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centenas de famílias, com ou sem laços anteriores, têm construído, juntas, um novo território em Teodoro Sampaio – assim como em outras áreas de reforma agrária desse País. A saída de uns e chegada de novos ocupantes de parte dos lotes faz com que as primeiras etapas do processo de socialização, de identificação de afinidades, coexistam com aquelas mais maduras, de consolidação das relações. Nesse sistema orgânico, estabelecem-se distintos hábitos de interações sociais e também de níveis de desenvolvimento.

Esse contexto foi considerado bastante atraente à investigação de relações entre desenvolvimento e comunicação. A partir da análise estatística dos dados coletados em questionários, concluiu-se que a hipótese principal desta pesquisa, de que a comunicação contribui para o desenvolvimento de agricultores familiares, não pode ser rejeitada para uma parcela dos produtores, para aqueles que apresentam “maior desenvolvimento” segundo o indicador proposto para se operacionalizar a análise estatística – combina condição de vida e evolução da produção agropecuária.

Para os demais (dois grupos), o sinal do coeficiente da regressão se mostrou negativo. Porém, não se considera acertada, apesar da indicação estatística, a interpretação de quanto mais se comunicarem menos se desenvolverão – sob qualquer que seja a *proxy* assumida para desenvolvimento. Para esses grupos, considera-se, apenas, que a comunicação, tal como concebida na análise, não tem funcionado como elemento de estímulo ao desenvolvimento que tem arrimo na agropecuária especificamente. A busca por fatores que poderiam ser otimizados a fim de se elevar a satisfação com as condições de vida do assentamento e simultaneamente gerar aumento da produção deve se estender para áreas além da comunicação. Paralelamente, no entanto, conjectura-se que o aumento da *comunicação* no cotidiano dessas famílias poderia ser positivo para outras interpretações que se adotem para *desenvolvimento rural*, conceito que abraça atividades complementares às agropecuárias.

Atendo-se aos resultados estatísticos obtidos, a interpretação que se faz é que o impacto da comunicação em prol do desenvolvimento – conforme assumido nesta pesquisa – aumenta à medida que se analisam produtores nos estágios superiores de desenvolvimento. Conclui-se que, para quem está satisfeito com sua condição de vida e tem aumentado a produção, reforços na comunicação tendem a refletir positivamente sobre o desenvolvimento de suas famílias e, de forma agregada, dos assentamentos.

De maneira complementar, o modelo do indicador de comunicação revelou também que, conforme aumenta o nível de desenvolvimento, aumenta o de comunicação. Assim, quem é “mais desenvolvido” se “comunica mais”, estabelecendo-se um círculo virtuoso.

Em busca de uma visão panorâmica da comunicação dos agricultores familiares de Teodoro Sampaio, a esses resultados estatísticos, somaram-se entrevistas com representantes públicos e do sindicato que representa os assentados e ainda observações não-participantes. E o quadro que se forma não deixa dúvidas sobre as potenciais contribuições da comunicação para as diferentes perspectivas de desenvolvimento que aquelas famílias venham a assumir – como se viu, muitas não priorizavam o agropecuário. Notou-se que há “sede” por informação e grande interesse por interação social. Já existe uma rede de comunicação que favorece trocas consistentes entre os agricultores familiares do município e desses com outros atores locais – o que torna possível a contribuição da comunicação para a mudança social –, mas, certamente, a qualidade dessas interações poderia ser melhorada sobretudo caso houvesse maior acesso a informações concernentes ao dia-a-dia daquelas famílias.

As interações então observadas se dão entre todos os assentados – com alguns interagindo mais que outros, mas sem se identificar isolamento –, destes com representantes de instituições públicas, de entidade de classe e também de outros setores da sociedade local, como sitiantes tradicionais, comerciantes e prestadores de serviços em geral. A comunicação entre esses diversos atores é efetivada tanto no ambiente dos assentamentos quanto urbano, de forma periódica, com o desenrolar contínuo de negociações entre os vários participantes. Posições divergentes encontram-se inclusive entre os produtores, o que pode ser interpretado como sinal de criticidade, em oposição à passividade pejorativa. Observou-se também que o perfil participativo torna dinâmica a rede de interações sociais, mas não necessariamente estimula o interesse por trabalhos em conjunto (coletivos). Esse aspecto do perfil daquelas famílias poderia ser levado em conta nas políticas públicas que atualmente exigem que o produtor participe de associação para ter acesso a recursos. O resultado dessa exigência na área de pesquisa foi a existência de muitas associações apenas no papel.

A postura participativa em eventos mais restritos e também maiores bem como a ação para fazer valer direitos seriam predominantes entre os agricultores, levando-se a concluir que também a hipótese de que têm avançado no processo de construção de sua cidadania não pode ser rejeitada. Aproximadamente 93% deles se sentiam dono do seu lote e das atividades que

nele realizam bem como da “própria vida”, segundo apurado por questionário. No entanto, declarações de representantes do Itesp dando conta de que uma parcela dos assentados mantém postura de aguardar por assistencialismo do Estado pesam contra o alcance efetivo da emancipação de parte dessas famílias.

Apesar de dinâmica, a rede de comunicação estabelecida exibe carências quanto aos três elementos previstos na teoria da comunicação para a mudança social. Do tripé apresentado por Béltran Salmón – acesso, diálogo e participação em condições de igualdade –, o conjunto de apurações feitas em campo mostrou que o acesso a informação pode ser considerado precário e que as oportunidades de diálogo e participação também poderiam ser ampliadas.

Analisando-se especificamente as formas de se obter informação (acesso) que os assentados costumam usar, não resta dúvida de que a comunicação interpessoal é predominante, com meios formais em posição marginal. Do contato pessoal, a principal fonte para se informar são produtores/familiares (sinalizados por 72% dos entrevistados – inclui casos em que se informam com produtores e também com outros agentes) e, secundariamente, extensionistas (indicados por 48% – também inclui casos em que se informam com extensionistas e com outros agentes).

Profissionais do Itesp e do Incra, no entanto, deixaram claras as limitações para manter contato freqüente com o conjunto de assentados, adotando muitas vezes a estratégia de encontros com grupos ou líderes. Além disso, esses profissionais também declaram carências no processo para se manterem informados, para se atualizarem sobre os assuntos que prestam assistência. Seria baixo o acesso a publicações da imprensa especializada e, por falta de recursos, também a participação em eventos era limitada. Alguns técnicos do Itesp também declararam não ter conhecimento do texto da Pnater.

O entrosamento entre produtores, inclusive de assentamentos distintos, deu sinais de ser bem estruturado, mas seria insuficiente quando se considera que esses contatos representam a principal forma de se obter informação sobre os tantos assuntos que podem lhes interessar. É preciso considerar ainda o círculo vicioso que pode ser gerado num contexto em que a principal fonte de produtores são os próprios produtores e que, predominantemente, eles são carentes de informações externas ao grupo.

A respeito dos meios de comunicação de massa, os produtores assentados dispõem basicamente de televisão e rádio. Na maioria das casas, a televisão é sintonizada com apoio de

antena parabólica que transmite programação nacional, privando-os até mesmo do noticiário regional – que seria genérico para a sua realidade, mas tenderia a aproximar-se mais dos interesses desse público que a grade somente nacional. A programação radiofônica captada – ressalva-se que em alguns lotes não se capta nenhuma estação – também não os tem como público-alvo, ou seja, a seleção do conteúdo transmitido não leva em conta os assuntos pelos quais eles se interessariam diretamente, mas, sim, outras audiências – em geral, paranaense ou sul-mato-grossense. poucas exceções poderiam ser identificadas. Meios impressos não se constituem fonte regular de informação para os assentados, e a internet era, na época da pesquisa, acessada por uma minoria (por cinco dos 81 entrevistados).

Esse contexto, como se presenciou, constitui terreno fértil para a proliferação de boatos e oportunismos. Nesse sentido, a principal sugestão desta pesquisa é que entidades públicas relacionadas com assentados do município (ou da região, ou do País) se preocupassem em aumentar as formas de acesso a informações corretas e que fossem de interesse desses atores sociais – e que não se repitam práticas direcionistas vistas em outro século.

Ao se falar em aumento das formas de acesso, destaca-se, não se tem em mente ações que tratem os produtores como meros receptores, apartados de interação. Pelo contrário. Imaginam-se iniciativas que atrelem acesso e diálogo, levando-se em conta ainda que, no rural, onde há distância física, é preciso incluir com atenção a categoria “ocasião de encontros” (diálogo). Resgatando-se as relações entre liberdades individuais e desenvolvimento social propostas por Amartya Sen, entende-se que acesso a informação e a prática do diálogo no contexto em questão podem ser considerados “condições habilitadoras” que favorecem as realizações individuais e, do conjunto destas, o desenvolvimento social.

Vale destacar que ao serem questionados sobre o interesse por terem um meio que lhe apresentasse informações afetas à sua realidade, a resposta foi extremamente positiva – somente um entrevistado declarou não ter interesse. Quanto ao meio, houve grande preferência por informativo impresso, em detrimento, inclusive, do rádio e da televisão. O interesse maciço pelo impresso, conforme se ouviu, refletia duas vantagens comparativas deste meio: a possibilidade de ser lido no momento em que for possível e também de se ter a informação registrada, passiva de ser mostrada para outros e reivindicada, se for o caso, junto a instituições públicas.

Quanto à internet, muito desejada por algumas famílias, não bastaria franquear o acesso a esse meio. Percebeu-se que uma boa parte dos assentados – não apenas aquele grupo sem escolaridade ou com poucos anos de estudo – ainda enfrentaria, num primeiro momento, os “obstáculos humanos” mencionados por Pierre Lévy, os quais incluem barreiras culturais e mesmo o sentimento de “incompetência e de desqualificação” frente às novas tecnologias.

Essas barreiras, no entanto, poderiam ser superadas pelo menos por uma parte deles mediante programas talhados para os perfis que se têm naquele conjunto de assentamentos. Percebeu-se também que outros já “estariam prontos” para ter contato com essa tecnologia, o mesmo sendo válido para os jovens com quem se conversou, incluindo filhos do primeiro grupo mencionado. Muitos desses falavam com ansiedade, mas também descrença devido à demora, sobre um projeto que implantaria sala de computadores com acesso à internet nas escolas dos assentamentos.

Como se sabe, meramente dar possibilidade de acesso à internet para um público leigo no uso dessa tecnologia teria pouco significado sob a ótica do desenvolvimento. No entanto, programas dirigidos, com temáticas de interesse desse grupo, poderiam, simultaneamente, elevar o nível de informação que têm sobre os assuntos – estimulando a criticidade e a defesa contra boatos – e também o sentimento de inclusão numa sociedade que o tempo todo fala de internet, de *e-mail*, de *sites*. Como diz Manuel Castells, ainda que nem todas as instituições e dimensões da sociedade sigam a lógica da “sociedade em rede”, todas seriam em alguma intensidade impactadas pelos efeitos dessas tecnologias. A proposição que se faz, parafraseando-se Castells, é que as ferramentas da tecnologia sejam incluídas no contexto dos assentamentos, com respeito à cultura, valores e interesse dessas pessoas.

Frente ao discurso público de permanente escassez de recursos, programas de inclusão digital estruturados com responsabilidade para os assentados poderiam ser viabilizados através de parcerias com empresas privadas e/ou instituições do terceiro setor. O depoimento das representantes do Sindicato dos trabalhadores sobre o dinamismo da economia local – de fato, atestado durante as frentes de pesquisa –, puxado especialmente pelas usinas de cana-de-açúcar, dá pistas neste sentido. E levando-se em conta ainda o bom relacionamento com outros setores da sociedade local declarado pelas entrevistadas do Sindicato, esta instituição poderia capitanear um projeto como o ora sugerido.

Nessa investida de inclusão tecnológica, se devidamente projetada, haveria oportunidade também para o fortalecimento das outras duas vertentes do tripé da comunicação para a mudança social: o diálogo, e não somente com aqueles com quem se divide o espaço físico, e a simultânea participação social. Poderiam, por exemplo, serem contatados grupos de assentados de diferentes regiões do País. Na apuração por questionário, constatou-se que exatos dois terços dos entrevistados gostariam de ter mais ocasiões para conversar.

Por fim, é fundamental lembrar que a análise estatística sobre comunicação e desenvolvimento desses produtores se estruturou pela perspectiva da produção agropecuária. Mas a diversificação das fontes de renda das famílias vem ganhando espaço e contribuindo para as suas condições de vida – como se viu, a pluriatividade é defendida na literatura de desenvolvimento rural. Nesse sentido, entende-se que a dinâmica da pluriatividade nos assentamentos precisa ter uma interpretação atualizada por parte das entidades que lidam com a reforma agrária a fim de que também recebam apoio técnico e financeiro.

Em campo, foram encontrados casos em que o esforço para melhorar a renda familiar através da conjugação de atividades, entre as quais a agropecuária se inclui, era acompanhado por temor de que aquela soma acarretasse até mesmo na perda do lote. No entanto, a própria reforma agrária, como se sabe, e nesta pesquisa foram obtidas evidências, tem externalidades positivas para além das diretamente relacionadas à produção de alimentos.

Dessa forma, paralelamente ao ângulo de análise adotado, reitera-se o endosso a novos estudos que relacionem comunicação e outros enfoques de desenvolvimento dessas pessoas que, nitidamente, estão construindo um novo território. A comunicação é a “liga” entre os elementos deste processo, e o estudo da forma como se realiza pode otimizar as suas contribuições para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf 2010**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 340 p.

BARRANQUERO, Alejandro. Concepto, instrumentos y desafíos de la edu-comunicación para el cambio social. **Comunicar**, Huelva, España, año/vol. XV, n. 29, p. 115-120, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/>> Acesso em: 27 abr. 2011.

BELTRÁN S., Luis Ramiro. **Comunicacion para el Desarrollo en Latinoamerica: Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años**. IV Mesa Redonda sobre Comunicación y Desarrollo organizada por el Instituto para América Latina (IPAL) en Lima, Perú, entre el 23 y el 26 de febrero de 1993. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/beltran1.htm> Acesso em: 22 jan. 2011.

BELTRÁN S., Luis Ramiro. La comunicacion para el desarrollo en latinoamerica: un recuento de medio siglo. In: CONGRESO PANAMERICANO DE LA COMUNICACION, 3., Buenos Aires, 2005, Buenos Aires. **Anais eletrônicos ...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/teoria_textos/lrb_com_desarrollo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2011.

BELTRÁN S., Luis Ramiro. **El pensamiento latinoamericano sobre comunicación democrática**. In: Tendencias'2007 - Medios de Comunicación: El Escenario Iberoamericano. Colección Fundación Telefónica, 2007. p. 275-289. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/primeranauario_medios.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema Leone. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n. 1-3, p. 68-80, jan-jul. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 12 maio 2011.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação?** 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. 84 p.

BORDENAVE, Juan Díaz; CARVALHO, Horacio Martins de. **Comunicação e planejamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 246 p.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 18 set. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM601.htm> Acesso em: 12 abr. 2011

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial**, Brasília, 26 fev. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. Brasília: MDA, 2004. 22 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf> Acesso em: 20 jan. 2010.

BRASIL. Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 24 de jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 31 mar. 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Brasília, IICA, 2006. 135 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 5).

BURCH, Sally. **Desafios de palavras**: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação. Coordenado por Alain Ambrosi, Valérie Peugeot e Daniel Pimienta, 2005, por C & F Éditions. Disponível em: <<http://vecam.org/article519.html>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e Intercom: balanço para entrar no século XXI. In: CALLOU, A.B.F (Org.) **Comunicação rural e o novo espaço agrário**. Recife: Imprensa Universitária – UFRPE, 1999. p. 181-193.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e educação na era das tecnologias do virtual: proposição para um debate. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS DE LA COMUNICACIÓN (ALAIC), 5., 2000, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile: 2000.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Estratégias de comunicação em contextos populares: implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 7., 2004, La Plata. **Anais...** La Plata: 2004.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão rural: polissemia e resistência. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. v. 3, 497p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005. v. 1, 698 p.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Elementos para uma semiótica discursiva do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Universidade Rural**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1-2, p. 95-107, jan.-dez. 2006.

CAVALCANTE, José Luiz. A lei das terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista História**, São Paulo, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CHAYANOV, Alexandr Vasilevich. Sobre La teoria de los sistemas económicos no capitalistas. In: ARICÓ, José (Org). **Chayanov y la teoría de la economía campesina**. Tradução de Mariano Martín, Safia Gallardo, Oscar Terán, Stella Mastrángelo. Coyoacan, México-DF: Siglo XXI editores, 1981, p. 49-79.

CORTEZ, Cácia. O movimento sem terra e seus sistemas de comunicação. In: FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC; ECA/USP, 1999, p. 133-140.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, 2003. p. 36-61. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2010

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. Coord. Bernardo Mançano Fernandes - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária: NERA (UNESP), 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2009.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2011.

DEANE, James. El contexto de la comunicación para el desarrollo. In: FAO/ONU (Org.). **Comunicación y desarrollo sostenible**: selección de artículos de la 9na mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo. Roma: FAO/ONU, 2007. p. 43-63. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1476s/a1476s00.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2009

DEBONI NETO, Aníbal. **Estudo de capacidade de carga de duas trilhas do Parque Estadual do Morro do Diabo-Teodoro Sampaio (SP)**. Rosana: UNESP, 2007 (Monografia)

EMUBRA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Pres. Prudente, 2011. Disponível em: <http://www.camaraprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/tsampaio/historia.html>. Acesso em: 2 maio 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. As relações de gênero nos estudos de recepção: notas sobre metodologias de pesquisa e suas repercussões teóricas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os estudos culturais em debate. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Escosteguy.PDF>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ESTUDOS AVANÇADOS, 1997. **Dossiê Questão Agrária**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a02.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

FAO/ONU. **Comunicación y desarrollo sostenible**: selección de artículos de la 9na mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo. Roma. FAO/ONU. 2007. 147 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1476s/a1476s00.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2009

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 239-254, dez. 2001.

FETT, J. Pesquisa em comunicação para o desenvolvimento rural. In: BRAGA, G.M.; KUNSCH, M.M.K. (Org.) **Comunicação rural**: discurso e prática. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993. p. 43-53.

FÍGARO PAULINO, Roseli; BACCEGA, Maria Aparecida. Sujeito, comunicação e cultura (entrevista com Jesús Martín-Barbero). **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 15, p. 62 a 80, maio/ago. de 1999. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/comueduc/artigos/15_62-80_05-08_1999-9.html>. Acesso em: 28 jan. 2011.

FIGARO PAULINO, Roseli. Recepção da comunicação no mundo do trabalho: uma crítica à ação comunicativa. **Ciberlegenda**. n. 9, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/roseli1.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

FONSECA JÚNIOR, W.C. **Juan Díaz Bordenave**: o resgate da utopia. 2003. Enciclopédia do Pensamento Comunicacional Latino-Americano. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/2/23/CTA2E_-_Texto_4_-_Wilson_Junior.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971. 93 p.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 149 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 91 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cultivando sonhos**: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo: Itesp, 1998. 112 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Assentamentos**: situação quanto à localização municipal, 2011. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. v. 24, n. 4, p. 483-486, out.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

GERALDO, Sebastião. **O cotidiano e a comunicação no assentamento Boa Sorte em Restinga-SP**. São Paulo: ECA-USP, 2002 (Relatório de pesquisa de pós-doutorado).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

GUJARATI, D.N. **Basic econometrics**. 3. ed. New York: Mcgraw-Hill, 1995. 828 p.

GUMUCIO DAGRON, Alfonso, TUFTE, Thomas. **Communication for social change anthology**: historical and contemporary readings. New Jersey: Ed. Communication for Social Change Consortium, 2006. 1.068 p.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sérgio Pereira. Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil. In: _____ **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Mônica Castagna Molina (Org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.

HOFFMANN, Rodolfo; VIEIRA, Sônia. **Análise de regressão**: uma introdução à econometria: 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 379 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Manual Operacional de Ates**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/manual_ates_2008_revisado.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Jornal Incra**. Brasília: v. 1, n. 2, dez. 2010a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/images/arquivos/jornal_incra_27_01_2011.pdf>. Acesso em: 05 maio 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos de reforma agrária do Brasil.** Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://pqra.incra.gov.br/>>. Acesso em: 5 maio 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O livro branco de grilagem de terras no Brasil.** Brasília: s.d. 41 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=315&Itemid=140>. Acesso em: 12 jan. 2011.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008. 229 p.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; OLIVEIRA, Julieta Aier. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no censo agropecuário de 2006. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 31-74, 2010.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; OLIVEIRA, Julieta Aier. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. In: JORNADA DE ESTUDOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS, 5. 2011, **Anais** Campinas: 2011. 1 CD-ROM.

LEAL, Gleison M. **Impactos dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio-SP. 2003.** 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/ltd/gleison.pdf>> Acesso em: 02. Fev. 2011

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998. 202 p.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p. 144-158, jul./dez. 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000, (6ª. Reimpressão, 2007), 260 p.

MARQUES DE MELO, José. Comunicação na América Latina: a conjuntura pós-desenvolvimentista. In: _____. **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**, Campinas: Papirus, 1989. p. 13-38.

MARTINO, Luiz C. Marcos teóricos do estudo da comunicação na América Latina. **UNirevista**, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Martino.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, p. 823-847, 2005. Disponível em: <http://www.admead.ufla.br/moodle/file.php/1/moddata/glossary/1/102/MATTOS-Pesq.NA_oEstruturada2005.pdf> Acesso em: 24 abr.2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005. 159 p.

NEVES, Delma Pessanha. Construção sociopolítica do agricultor familiar: a SBSP em cena. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., Fortaleza: Editora, 2007A. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/59.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** 2007b. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

OLIVEIRA, Valter Lucio de. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 9-31, jan./jun. 2007.

OLIVETTE, Mário Pires de Almeida. **O setor agropecuário no contexto da sustentabilidade**: a região oeste do estado de São Paulo. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA G., José Miguel; PRINS, Mirla Villadiego (Ed.). **Comunicación, cultura y Globalización**. 1. ed. Bogotá: CEJA, 2003. 285 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **PCLA. Pensamento Comunicacional Latino Americano** (Online), São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

PETTAN , Kleber Batista. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. 355 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PNUD BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009-2010**: Brasil ponto a ponto - consulta pública, Brasília: PNUD, 2009. 72 p. Disponível em: <http://www.mostreuevalor.org.br/downloads/caderno1_rdh.pdf>. Acesso em: 15 maio 2010.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000. 245 p.

REZENDE, Guilherme Jorge. O plantador de utopias: a vida e a obra de Juan Díaz Bordenave. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 25, p. 69-93, 1996.

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP)**: uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). 2002. 224 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 155 p.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 175 p.

SERVAES, Jan; MALIKHAO, Patchanee. Comunicación y desarrollo sostenible. In: FAO/ONU (Org.). **Comunicación y desarrollo sostenible: selección de artículos de la 9na mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo**. Roma: FAO/ONU, 2007, p. 1-41. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1476s/a1476s00.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2009

SILVA, Aldenor Gomes; ARAUJO, Joaquim Pinheiro. Assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45;. 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane. **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais**. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Nera/Incra, 2006.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 297 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TAVEIRA, Luís Renato Silva. **A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema-SP**. 2005. 143 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TRIGUEIRO, Osvaldo. O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensejados pela escola Latino-Americana. **PCLA- Pensamento Comunicacional Latino-Americano**. v. 2, n. 2, jan./fev./mar. 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm#22>> Acesso em: 18 jan. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

VEIGA, José Eli. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, maio-ago. 2006.

VILLAÇA, Paulo Ignácio Corrêa. Terra e poder no sertão paulista: dominação de classe e conflito de terras no Pontal do Paranapanema (Autos da Comarca de Presidente Prudente – 1890/1940). In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF Editora, 2001. p. 21-55.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista ALASRU** (Nueva Época) n. 5, nov. 2010, p. 17-44. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 p.

THE COMMUNICATIONS INITIATIVE; FOOD AND AGRICULTURES ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; THE WORLD BANK. **World Congress on Communication for Development** – Lessons, Challenges, and the Way Forward, 1, 2007, Roma: The Communications Initiative; FAO/ONU; World Bank. 2007. 307 p.

ANEXOS

Anexo 1 - Estatísticas descritivas de algumas variáveis da amostra.

Gênero

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
genero	81	.5432099	.501233	0	1

1=Homem; 0=Mulher

Idade

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
idade	81	52.23457	13.57965	22	83

Escolaridade (em anos de estudo)

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
escolaridade	81	5.728395	3.856852	0	12

0=sem escolaridade; 2=primário incompleto; 4=primário completo; 8=ginásio completo; 10=colegial incompleto; 12=colegial completo

Escolaridade da pessoa com quem divide a administração do lote

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
escolari~ide	81	5.753086	3.825999	0	12

0=sem escolaridade; 2=primário incompleto; 4=primário completo; 8=ginásio completo; 10=colegial incompleto; 12=colegial completo

Forma de obtenção da terra

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
obtencao_t~a	81	.7283951	.4475585	0	1

1= assentado no início do projeto/2ª geração 0=Portaria 51 Itesp e permuta

Tempo que está no lote

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
tempo_no_l~e	81	10.03704	5.114793	1	22

Evolução da Produção (em relação ao segundo ano de assentamento)

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
-----+-----					
evolucao_p~o	81	4	1.974842	1	6

1= diminuiu; 3=manteve-se igual; 6=aumentou

Nota: quem estava no lote há menos de dois anos foi considerado produção estável

Situação de vida no presente

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
situacaode~1	81	2.802469	.7971787	0	4

0=péssima; 1=ruim; 2=razoável; 3=boa; 4=ótima

Renda total da família

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
renda_total	81	1290.259	649.8903	350	3730

Renda agropecuária

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
renda_agro~c	81	517.6543	334.7659	0	1800

Renda proveniente de benefícios sociais do governo

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
renda_gov	81	471.3951	518.7771	0	2550

Renda proveniente de trabalho fora do lote

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
renda_trab	81	301.2346	448.3034	0	1500

Renda toda da família per capita

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
rend_perc	81	478.4321	338.9378	71	1865

Anexo 2 – Correlação entre variáveis de controle usadas nos modelos de “condição de vida e produção” e de “comunicação”.

```
. correl genero tempo_no_lote idade escolaridade escolaridade_divide
obtencao_terra renda_agropec renda_gov renda_trab rend_perc financiamento
(obs=81)
```

	genero	tempo_no_lote	idade	escolaridade	escolaridade_divide	obtencao_terra	renda_agropec	renda_gov	renda_trab	rend_perc	financiamento
genero	1.0000										
tempo_no_lote	0.0506	1.0000									
idade	0.1537	0.4086	1.0000								
escolaridade	0.0902	-0.1934	-0.4961	1.0000							
escolaridade_divide	0.1621	-0.2486	-0.3612	0.6087	1.0000						
obtencao_terra	-0.0028	0.3812	0.1937	-0.1881	-0.1273	1.0000					
renda_agropec	0.1679	-0.0800	-0.1772	0.2106	0.1338	-0.0510	1.0000				
renda_gov	-0.0711	0.0748	0.5483	-0.2811	-0.1957	0.1308	-0.1622	1.0000			
renda_trab	-0.0815	-0.0736	-0.3287	0.2304	0.1940	-0.0376	0.1058	-0.2908	1.0000		
rend_perc	-0.1528	-0.0888	0.2234	-0.0339	-0.0010	0.0848	0.2423	0.5729	0.1966	1.0000	
financiamento	-0.0271	-0.0369	-0.0840	0.1446	0.0553	0.0768	0.2299	-0.0238	0.1058	0.1911	1.0000

Anexo 3 – Regressão linear do *Indicador de Comunicação Cotidiana das Famílias Assentadas*.

```
. regress indexcomunic genero tempo_no_lote escolaridade obtencao_terra
renda_agropec renda_gov renda_trab financiamento parcial pleno, rob
```

```
Linear regression                               Number of obs =      81
                                                F( 10,      70) =      4.51
                                                Prob > F       = 0.0001
                                                R-squared      = 0.3143
                                                Root MSE      = 1.7062
```

indexcomunic	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
genero	.1948296	.3976853	0.49	0.626	-.5983287	.9879879
tempo_no_lote	-.0494587	.0443728	-1.11	0.269	-.1379575	.0390401
escolaridade	.1652776	.0583082	2.83	0.006	.0489856	.2815697
obtencao_terra	.9826702	.5120009	1.92	0.059	-.0384834	2.003824
renda_agropec	.0001954	.0006582	0.30	0.767	-.0011174	.0015081
renda_gov	.0000423	.0003626	0.12	0.908	-.0006809	.0007654
renda_trab	-.0002559	.0003742	-0.68	0.496	-.0010022	.0004904
financiamento	1.079748	.4445967	2.43	0.018	.1930281	1.966468
parcial	.6971003	.6373278	1.09	0.278	-.5740099	1.96821
pleno	1.749468	.7785866	2.25	0.028	.1966256	3.30231
_cons	6.312654	.9718258	6.50	0.000	4.374409	8.2509

```
. estat ic
```

Model	Obs	ll(null)	ll(model)	df	AIC	BIC
.	81	-167.5836	-152.3008	11	326.6015	352.9405

Anexo 4 - Regressão linear do *Indicador de Condição de Vida e Produção das Famílias Assentadas*.

```
regress indcondvidpr indexcomunic genero tempo_no_lote escolaridade obtencao_terra
renda_agropec renda_gov renda_trab financiamento com_parcial com_pleno, rob
```

Linear regression

```
Number of obs =      81
F( 11,      69) =    40.22
Prob > F      =    0.0000
R-squared     =    0.7862
Root MSE     =    1.0978
```

Indcondvidpr	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
indexcomunic	-.5215668	.1048319	-4.98	0.000	-.7307007	-.312433
genero	-.2665561	.2517242	-1.06	0.293	-.7687322	.2356199
tempo_no_lote	.0635748	.0251583	2.53	0.014	.0133855	.1137642
escolaridade	.0686597	.0352348	1.95	0.055	-.0016319	.1389512
obtencao_terra	-.7328546	.3289548	-2.23	0.029	-1.389101	-.0766078
renda_agropec	.0004471	.0003729	1.20	0.235	-.0002968	.001191
renda_gov	.0001376	.0002082	0.66	0.511	-.0002777	.0005529
renda_trab	-.000114	.0002701	-0.42	0.674	-.0006527	.0004248
financiamento	.0394752	.2741168	0.14	0.886	-.5073728	.5863232
com_parcial	.4026383	.0524242	7.68	0.000	.2980549	.5072218
com_pleno	.7393585	.0546006	13.54	0.000	.6304334	.8482837
_cons	6.497435	.8966291	7.25	0.000	4.708709	8.286161

. estat ic

Model	Obs	ll(null)	ll(model)	df	AIC	BIC
.	81	-178.4671	-115.9964	12	255.9928	284.7262